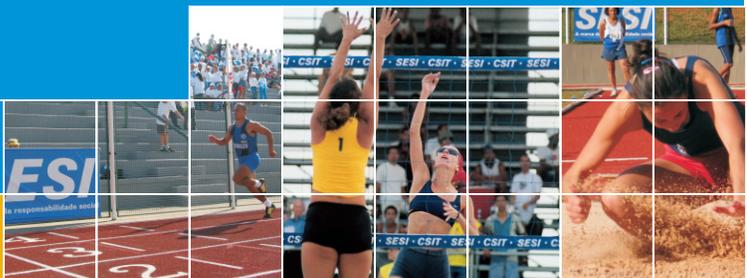


A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO PÓDIO

MANUAL VALORES DO ESPORTE SESI

FUNDAMENTOS

Versão Preliminar



MANUAL VALORES DO ESPORTE SESI

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Conselho Nacional

Jair Meneguelli

Presidente

SESI – Departamento Nacional

Armando de Queiroz Monteiro Neto

Diretor

Antonio Carlos Brito Maciel

Diretor-Superintendente

Carlos Henrique Ramos Fonseca

Diretor de Operações



*Confederação Nacional da Indústria
Serviço Social da Indústria
Departamento Nacional*

MANUAL VALORES DO ESPORTE SESI
Fundamentos

Versão Preliminar

Brasília
2007

2007. SESI – Departamento Nacional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SESI/DN

Unidade de Cultura, Esporte e Lazer - UCEL

Lamartine Dacosta

Ana Miragaya

Marcio Turini

Marta Gomes

Fábio F. S. Rodrigues

FICHA CATALOGRÁFICA

M294

Manual valores do Esporte-SESI: fundamentos / Lamartine DaCosta ... [et al.] ; SESI. Departamento Nacional.
– Brasília : SESI/DN, 2007.
195 p. il.

1. Esporte - SESI I. DaCosta, Lamartine II. SESI.
Departamento Nacional III. Título: Fundamentos

CDU 796

SESI

*Serviço Social da Indústria
Departamento Nacional*

Sede

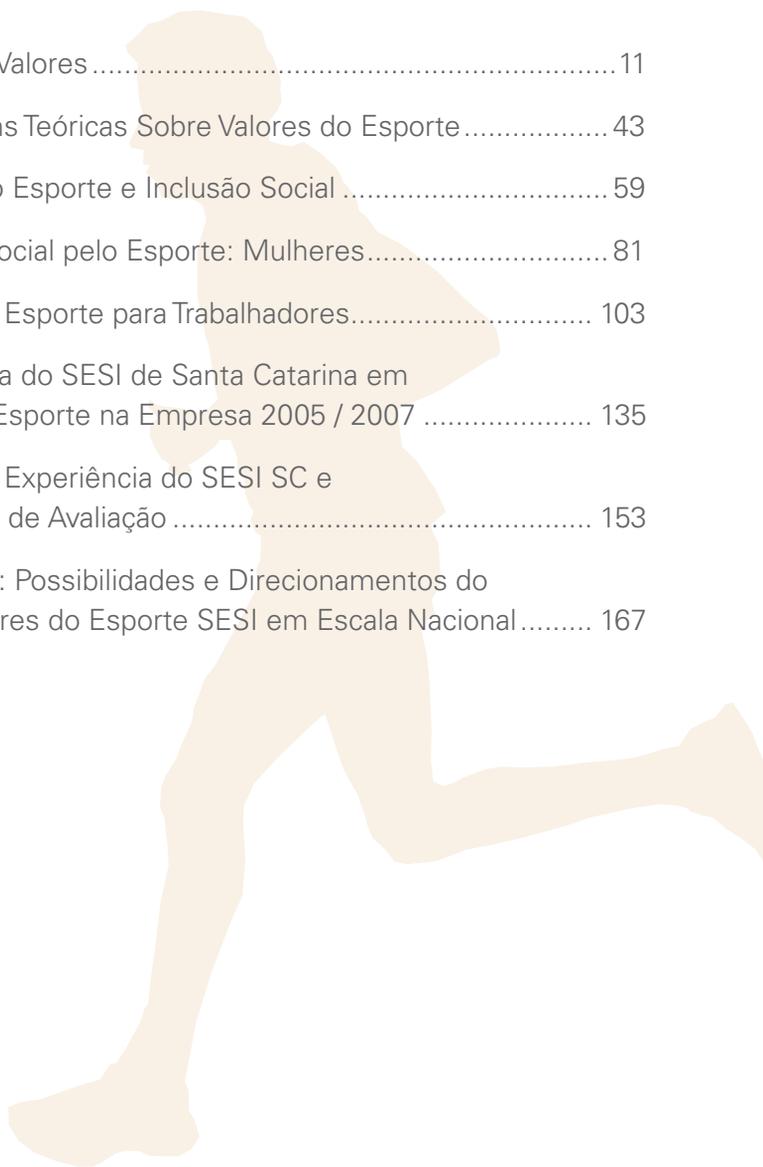
*Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9001
Fax: (61) 3317-9190
<http://www.sesi.org.br>*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características e valores associados ao Esporte Moderno nos século XIX e metade do século XX...	49
Quadro 2 – Exemplos de documentos e valores associados ao Esporte Moderno na segunda metade do século XX.....	50
Quadro 3 - Fases de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (1958)	54
Quadro 4 - Participação de mulheres atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos	91
Quadro 5 - Trabalhadoras-atletas que competiram internacionalmente 1995 - 2007	95
Quadro 6 - Participação de mulheres-atletas em competições nacionais em 2004	98
Quadro 7 - Participação de mulheres-atletas em competições nacionais em 2005	98
Quadro 8 - Participação de mulheres-atletas em competições nacionais em 2006	99
Quadro 9 - SESI Atividades competitivas com empresas, segundo os departamentos regionais, 2002	122
Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países	172

SUMÁRIO

Apresentação	
Capítulo 1 - Esporte e Valores	11
Capítulo 2 - Abordagens Teóricas Sobre Valores do Esporte	43
Capítulo 3 - Valores do Esporte e Inclusão Social	59
Capítulo 4 - Inclusão Social pelo Esporte: Mulheres	81
Capítulo 5 - Valores do Esporte para Trabalhadores.....	103
Capítulo 6 - Experiência do SESI de Santa Catarina em Valores do Esporte na Empresa 2005 / 2007	135
Capítulo 7 - Análise da Experiência do SESI SC e Alternativas de Avaliação	153
Capítulo 8 - Conclusão: Possibilidades e Direcionamentos do Projeto Valores do Esporte SESI em Escala Nacional.....	167



APRESENTAÇÃO

O texto que se segue foi elaborado de modo a identificar, analisar e destacar fundamentos e princípios que pudessem informar e legitimar o Projeto Valores do Esporte SESI, de acordo com direcionamentos preliminares da Gerência de Cultura, Esporte e Lazer do SESI Departamento Nacional, no estágio do primeiro semestre de 2007. Neste sentido, seus autores estabeleceram como propósito do estudo a análise crítica de valores do esporte, com base em seus antecedentes sociais e culturais, objetivando (i) levantar o estado do conhecimento atualizado na área em pauta e conseqüentemente (ii) definir orientações práticas para o desenvolvimento do Projeto no âmbito interno do SESI, a partir do segundo semestre de 2007.

Cabe também acrescentar que este estudo mobilizou fontes nacionais e estrangeiras, dando ênfase sobretudo às experiências brasileiras, incluindo as originadas do próprio SESI. O desdobramento da presente publicação consistirá em um manual operacional sobre a implantação Projeto em escala nacional nas unidades do SESI.

Antônio Carlos Brito Maciel
Diretor - Superintendente SESI/DN

Capítulo 1

Esporte e Valores



Introdução

Os valores relacionados ao esporte não constituem tema de estudos nem fato recentemente identificado. Nesta abordagem, a idéia original foi de associar atividades esportivas com educação, criando-se então um vínculo fundador na história do esporte. Desde a Antiga Grécia até a origem do esporte moderno em meados do século XIX, as atividades atléticas e o esporte têm sido considerados importantes elementos de veiculação de influências valorativas entre as pessoas. Os helenos incentivavam, com grande ênfase, a aquisição do valor da transparência moral e do vigor físico (*kalokagatia*), privilegiavam as atividades atléticas como meio de educação, embora não usassem a expressão “valor”, mas apenas julgamentos valorizativos. Ou seja, para os helenos o significado de “valor” não consistia em um termo sistematizado de conceitos e significados como é hoje, mas assumia um sentido de julgamento de comportamento expresso pelo termo “virtude” (comportamento bom, correto, honesto). Já o termo “valor” como compreensão axiológica é hoje frequentemente definido como uma crença coletiva consensual de duração estável que influencia sentido e significado das relações sociais e culturais (DACOSTA, 1989).

Em 1844, na Inglaterra, foi criada a Young Men’s Christian Association (YMCA- Associação Cristã de Moços) por George Williams com o objetivo de proporcionar aos jovens, que se aglomeravam nas cidades em busca do trabalho (Revolução Industrial), atividades saudáveis e motivadoras, unindo a prática esportiva ao objetivo inicial do seu fundador: o cultivo de valores ligados às virtudes do caráter e do espírito, da disciplina do corpo e, principalmente, do lado comunitário e humano. A preocupação com a disseminação de valores e a prática de atividades esportivas entre os trabalhadores encontra-se detalhada no Capítulo 5.

Em fins do século XIX, os esportes nas escolas inglesas, o associacionismo esportivo (clubes, federações, etc.) e o Olimpismo (doutrina de restauração dos Jogos Olímpicos na era moderna) lançaram as bases éticas do esporte moderno, o que fez reforçar os nexos valorizativos dos he-



lenos. Estes julgamentos de valor, ou ainda virtudes de comportamento, foram restaurados dos antigos gregos para inspirar e promover os valores do esporte moderno como, por exemplo, o “fair play” (jogo limpo). Digase de passagem, que o fair play foi o primeiro e principal valor do esporte moderno formulado até hoje prevalecendo.



O Fair Play (Jogo Limpo) é geralmente considerado como o principal valor do esporte moderno

Tavares (1999, p.178) explica que a “percepção de que o fair play, enquanto conjunto de valores normativos do comportamento individual e coletivo no ambiente da competição atlética reflete a formulação de um ambiente cultural específico”, ou seja, o *ethos* cavalheiresco de aristocratas ingleses do século XIX, freqüentemente associado ao ideal de um homem nobre, gentil, controlado, honrado e honesto. Logo, temos aqui uma formulação moral para a conduta individual e coletiva na prática da competição esportiva mundial, que tem parâmetros no esporte amador e que se desenvolve num contexto sociocultural bem específico (aristocrático inglês) em consonância com o projeto de desenvolvimento de uma nova sociedade tecnológica, industrial e civilizada.



Caillé (1994), por outro lado, observa que o *Fair Play* como um valor de bom comportamento no jogo não é uma invenção moderna da sociedade, uma vez que pode ser também encontrado, enquanto comportamento desejável, em sistemas de jogos de várias sociedades em diferentes épocas da história humana. No entanto, vimos que o termo *Fair Play* propriamente dito e com suas configurações muito específicas surge e ganha veiculação no contexto do Olimpismo Moderno, e tem, ainda hoje, o papel de referência conceitual da *ética esportiva*, principalmente, nos documentos que regulam o esporte de alta competição. Dessa forma, o *Fair Play* passa a ser considerado um valor do esporte a partir de um movimento de “naturalização” de valores sociais que são incorporados à prática esportiva. Além da normatização institucional das regras esportivas, se estabelece um código de ética universal.

Já no início do século XX, era corrente a expressão “valor” atribuída ao esporte, contudo relacionada às expressões “princípio”, “idéia” e “ideal” em diversas conotações. Uma síntese deste período entre os povos europeus consistiu em se entender o esporte como portador de valores ou “*carrier of values*” no modo expressivo da língua inglesa (DACOSTA, 2006). Podemos também inferir que existem **princípios** inerentes ao esporte, como competição, *performance* e excelência. Entretanto, não podemos perder de vista que o esporte é uma prática corporal construída, vivenciada e modificada na interação dos homens na cultura, refletindo seus valores e gerando novos; sua forma e constituição dependerão sempre dos objetivos atribuídos a ele. Logo, cabe-nos ressaltar que os valores não são essencialmente **do** esporte, mas se refletem **no** esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos e grupos sociais dão à prática esportiva.

As rápidas transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas ocorridas ao longo do século XX se refletiram de forma significativa no esporte gerando diferentes manifestações para a sua prática. Considerando os diversos objetivos, valores e motivações dos indivíduos, grupos e instituições, o esporte passa a ser pensado e praticado em três diferentes



dimensões: o esporte rendimento, o esporte educação e o esporte participação. Embora essas três dimensões estejam calcadas em objetivos, valores e motivações próprias, não podemos deixar de evidenciar o constante jogo de troca de influências e reflexos existentes no movimento entre elas. Resulta-se então em enorme influência que o esporte rendimento exerce sobre o imaginário das crianças e adolescentes provocando influências no seu comportamento esportivo e social. Este fato tem gerado constantes preocupações com o rumo do esporte moderno sob o ponto de vista da ética e levado a reflexões de como pode ser possível a existência do esporte e a sua prática numa convivência pacífica e não corruptível nas suas diferentes manifestações.

Tais tendências são notadas não só entre os profissionais da área de Educação Física, esportes e lazer, mas também de outras áreas com crescente atenção ao tema *valores do esporte* como princípio orientador da boa prática esportiva e meio de desenvolvimento moral dos praticantes esportivos. A partir destas considerações iniciais, identificam-se na literatura diversas formas de reflexão, investigação, divulgação e disseminação dos valores do esporte. Destacamos nesta revisão algumas das principais pesquisas e promoções de valores do esporte em três vertentes: (1) Documentos e Manifestos; (2) Pesquisas e Seminários; (3) Materiais Didáticos e Campanhas Educacionais. Em seguida são analisadas algumas investigações acerca dos valores do esporte de modo a delimitar resumidamente o estado do conhecimento nesta área de práticas e teorizações, pretendendo-se abordar adiante o esporte de grupos sociais e do trabalhador em particular.

Documentos e Manifestos

Os diversos fatos de violência gerados no esporte de rendimento, os modelos de competições escolares e de condução das práticas de Educação Física escolar geraram em épocas recentes maiores atenções sobre o fair play. Esta preocupação provocou a criação de diferentes instituições e movimentos relacionados à defesa do fair play no esporte. Com base



em Gonçalves (1999), relatamos em seguida a história resumida da formação institucional do fair play na Europa, que tem resultado na criação de relevantes documentos e comitês nacionais, seminários e conseqüentemente em campanhas educacionais nesta área.

Em 1964, em Bauting (Alemanha) foi criado o Comitê Internacional para o Fair Play (CIFP) resultado da troca de idéias entre representantes do ICPEP (International Council for Physical Education and Sport) e da AIPS (Association International de la Presse Sportive).

Em 1972 foi criada a Associação Internacional para um Desporto sem Violência (grafia com “d” em desporto é devido à origem portuguesa da denominação) e em 1977 a Associação Internacional para a Luta contra a Violência Associada no Desporto. Estes dois organismos foram criados com o objetivo prioritário da luta contra a violência no esporte e em 1981 eles se fundem dando origem a Entente Internationale pour un Sport sans Violence et pour le Fair Play.

Os documentos mais relevantes sobre o fair play são: Manifesto sobre Desporto e Fair Play (1971); Manifesto sobre Fair Play (1975); Manifesto sobre o Espírito Esportivo no Desporto e na Educação Física (1989); Código de Ética Desportiva (1992); Declaração sobre Fair Play – “Fair Play para Todos” (1992).

No Manifesto sobre o Espírito Esportivo no Desporto e na Educação Física (1989) foram analisadas as responsabilidades sobre o espírito esportivo dos “atores” envolvidos na prática esportiva. Ao citar o professor de Educação Física, o documento diz que ele pode contribuir para a formação do espírito esportivo, porque mantém contatos estreitos com os seus alunos e está em condições de, mesmo durante a competição, reagir imediatamente a toda violação das regras de conduta. O professor pode também encorajar os seus alunos a sentirem orgulho no seu comportamento disciplinado e generoso, como praticante esportivo, o que contribui, em curto prazo, a consideração própria das suas escolhas, e em longo prazo, uma adesão irreversível aos princípios do espírito esportivo.



O Código de Ética Desportiva (1992), documento aprovado pelo Conselho de Ministros do Conselho da Europa, apresentou a recomendação aos governos, no sentido de estimular as autoridades responsáveis pelo ensino escolar e extra-escolar a introduzir os princípios enunciados do Código de Ética Desportiva nos programas de Educação Física e reforçar junto às organizações esportivas nacionais e internacionais a idéia da ética esportiva.

A Declaração sobre Fair Play - "Fair Play para Todos" (1992) apresenta o contexto de desenvolvimento do valor do fair play nas diferentes manifestações do esporte: esporte para jovens; esporte de rendimento; esporte para todos, de tempo livre e de manutenção; e esporte para deficientes. A evolução do esporte ao longo do século XX estabeleceu diferentes manifestações do esporte, e com isso o Comitê Internacional para o Fair Play (CIFP) percebeu a necessidade de gerar um documento que promovesse diretrizes de desenvolvimento do fair play em cada uma destas manifestações. É significativo notar que este documento serviu como uma atualização dos mais de vinte anos passados do primeiro Manifesto sobre fair play ou espírito esportivo.

Em consequência dos documentos anteriormente citados, diversos Comitês Nacionais de Fair Play foram criados com a função de defender e promover os princípios do fair play. Estes organismos, cujas designações variam entre Comissões, Associações, Clubes, Academias, aparecem geralmente como órgãos associados ou autônomos dos Comitês Olímpicos Nacionais. É importante acompanhar a atuação destes órgãos junto aos poderes públicos, federações desportivas, clubes, escolas, associações profissionais de professores e treinadores, órgãos de comunicação social. Acompanhando a articulação dos Comitês Nacionais de Fair Play, já que deles surgem campanhas educacionais de fair play tais como, por exemplo, os Programas de Educação Olímpica e os Congressos anuais de fair play.

Em 1994, representantes de 14 Comitês Nacionais de Fair Play de países europeus fundaram, na Suíça, a European Fair Play Movement (EFPM). Este órgão passou a aglutinar todos os Comitês Nacionais de Fair



Play. Na sua função de divulgar e difundir o fair play, destacamos: (1) desde 1995, os Seminários Europeus de Fair Play, realizados todos os anos em países diferentes, e com temas relevantes de valores do esporte; (2) a edição do desdobrável “Meet the European Fair Play Movement”; (3) a edição da revista *Fair Play*; (4) e a presença do European Fair Play Movement em competições esportivas ligadas à juventude na Europa.

Pesquisas e Seminários

Em termos de construção de conhecimento, Vieira (1993) apresenta as teorias da aprendizagem social e a teoria cognitivista ou abordagem construtivista como as duas principais na área do estudo sobre valores do esporte e desenvolvimento moral. De acordo com teóricos da aprendizagem social, o indivíduo internaliza normas e convenções do grupo ao qual pertence e o seu comportamento esportivo é o resultado de fatores como o condicionamento e reforço diferenciado do técnico ou professor, sua expectativa em função de fãs e amigos e a própria modelação comportamental dos colegas e outros atletas. Segundo o pesquisador brasileiro citado, as pesquisas na abordagem da aprendizagem social têm sido focadas em temas como: (1) a influência do esporte sobre o caráter e personalidade (SHELDON; STEVENS, 1942; BLANCHARD, 1946; MARTENS, 1978; CARRON, 1980; ROMANCE, 1984; BREDEMIER; SHIELDS, 1987; BREDEMIER; WEISS, 1990); (2) comportamentos pró-sociais e atividade física (HORROCKS, 1977; ORLICK, 1981; GIEBINK; MACKENZIE, 1985; BREDEMIER; WEISS, 1990); (3) troca de valores quando da participação em esportes (BREDEMIER, 1980; THOMAS, 1983; WEBB apud ROMANCE, 1984; DUBOIS apud BREDEMIER; WEISS, 1990).

Todavia, de acordo com Vieira (1993) a teoria cognitivista ou abordagem construtivista de valores do esporte segue orientação na teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg e indica que o desenvolvimento moral do indivíduo está relacionado ao desenvolvimento cognitivo. Nesta teorização, o desenvolvimento moral resulta da interação entre a tendência



inata do indivíduo para organizar as experiências dentro de um padrão coerente de significado e interpretação e as experiências do meio ambiente e informações sobre a realidade social. Nesta interpretação clássica, o desenvolvimento moral é visto como um processo de reorganização e transformação das bases sobre as quais o raciocínio é organizado (BREDEMIER; SHIELDS, 1987 apud VIEIRA, 1993). As pesquisas que seguem a linha construtivista se dividem em quatro categorias: (1) diferenças de raciocínio entre esporte e vida diária (BREDEMIER; SHIELDS, 1984, 1986; BREDEMIER, 1987); (2) participação esportiva e maturidade de raciocínio moral (FIGLEY, 1984; BREDEMIER; SHIELDS, 1987); (3) raciocínio moral e tendências morais (FIGLEY, 1984; BREDEMIER; SHIELDS, 1984, 1986; BREDEMIER; WEISS, 1990); (4) educação moral (LICKONA, 1976; HORROCKS, 1979; MEAKIN, 1981; COLBY apud ROMANCE, 1984; ROMANCE, 1984; BREDEMIER; WEISS, 1990).

Seguindo a orientação construtivista, Vieira (1993) identificou e comparou o nível de raciocínio moral de adolescentes participantes de esporte escolar do Paraná, sul do Brasil, e alunos não-atletas da rede pública e particular de ensino de Maringá (município do Paraná) com relação a dilemas da vida esportiva e da vida diária. De acordo com o autor, os atletas apresentaram um raciocínio moral similar tanto no dilema de vida esportiva quanto no dilema de vida diária. Os não-atletas apresentaram um raciocínio diferente entre os dilemas da vida esportiva e da vida diária. Os atletas e não-atletas demonstraram um raciocínio similar para o dilema da vida esportiva e raciocínio diferente com relação ao dilema da vida diária.

Telama, Laakso e Heikkala (1993), pesquisadores finlandeses, investigaram as atitudes de fair play de jovens esportistas entre 12 e 16 anos baseadas em situações de dilemas morais em jogos de futebol. Foram realizadas entrevistas baseadas no comportamento instrumental, comportamento agressivo, comportamento pró-social e honestidade. Os resultados demonstraram que nas situações apresentadas, a maioria dos jovens foi a favor de soluções de acordo com as regras do fair play. Em situações relacionadas com altruísmo pessoal e honestidade, a maioria



dos jovens foi a favor de comportamentos que pudessem ser considerados contra o fair play de acordo com as regras. Os meninos apresentaram uma tendência maior do que as meninas em quebrar regras, mas não houve esta diferença entre os grupos por faixa etária.

No Brasil, Montenegro (1994) investigou, em aulas de Educação Física do segundo segmento do ensino fundamental de escolas do município do Rio de Janeiro, as representações que os alunos têm em relação ao processo de desenvolvimento moral nas aulas, onde a prática pedagógica pode se constituir em meio propiciador de autonomia ou heteronomia. O autor cita no contexto da prática a experimentação do valor da construção de noções de regras sociais fundamentadas no princípio da justiça. Para o autor, o ensino da Educação Física tem um importante papel no desenvolvimento moral do aluno, e com base nos resultados da pesquisa ressalta que essa contribuição passa necessariamente pela estratégia de inclusão, como elemento fundante do sentimento de justiça. O estudo teve como fundamento teórico a perspectiva kohlberguiana (construtivista) de desenvolvimento moral.

Seguindo a teoria da aprendizagem social, Gonçalves (1996) investigou, em escolas portuguesas, 434 alunos na faixa média de 12 anos, a influência dos agentes de socialização (treinador, professor de Educação Física, pais, companheiros, amigos, e TV) no comportamento desses jovens participantes no desporto de competição e a percepção que esses jovens têm em relação à aceitação que os agentes de socialização manifestam em face do uso de comportamentos anti-esportivos. De acordo com as respostas de questionários, o treinador seguido dos pais foram os agentes que mais influenciam o comportamento anti-esportivo desses jovens nas competições, e por último os companheiros, professor de Educação Física e TV. Quanto à percepção que os jovens têm em relação à aceitação pelos grupos de referência da utilização de comportamentos anti-esportivos temos em primeiro lugar os companheiros seguido pelos amigos, e por último o treinador, os pais e o professor de Educação Física.



Segundo Gonçalves (1999), a obra de Peter McIntosh (1979), *Fair Play: Ethics in Sport and Education*, deu início ao reconhecimento do fair play como matéria de estudo e investigação. Em 1982, em Mônaco, tem-se o primeiro simpósio internacional consagrado sobre fair play, seguindo-se em 1984 e 1987. O lema “Sans Fair Play, le sport n’est plus le sport” (sem espírito esportivo, o esporte não é mais esporte) foi o primeiro lema aparecido no Manifesto sobre Fair play do ICPES (1975) e muito divulgado na Europa. Em 1994, com a criação da European Fair Play Movement (EFPM), passaram a ser realizados anualmente, desde 1995, os Seminários Europeus de Fair Play com temas relevantes de valores do esporte.

Em 1989, com a criação da Academia Olímpica Brasileira, começam a ser intensificados os estudos na área do Olimpismo no Brasil e, a partir da década de 1990, começam a surgir as primeiras linhas de pesquisa no Brasil sobre o Olimpismo. Atualmente existem 8 (oito) grupos de pesquisa sobre Estudos Olímpicos localizados no Rio de Janeiro (2), Porto Alegre (2), São Paulo, Espírito Santo, Curitiba e Juiz de Fora, que promovem pesquisas e estudos na área, sendo um dos enfoques os valores do esporte. Esses estudos são geralmente apresentados no Fórum Olímpico Brasileiro, destinado a constituir um encontro para discussão acerca dos trabalhos desenvolvidos, tanto no Brasil como no exterior. Em 1997, no Rio de Janeiro, foi organizado o I Fórum Olímpico com a apresentação dos professores Fernando Portela e Marta Gomes. Neste evento foram apresentados os primeiros trabalhos de caráter empírico sobre o fair play na perspectiva da intervenção em ambientes escolares. Desde então foram realizados outros quatro Fóruns Olímpicos no Brasil (Porto Alegre, 2000; Rio de Janeiro, 2002; Curitiba, 2003; São Paulo, 2004). O Fórum Olímpico é hoje o principal e único evento especializado no Brasil para divulgar pesquisas sobre Estudos Olímpicos. Em todos os Fóruns realizados, foi destinado espaço para o debate na área de valores do esporte com ênfase no fair play.

No contexto brasileiro de Estudos Olímpicos, Abreu (1999) verificou entre pesquisadores e estudantes na Academia Olímpica Internacional



as principais tendências relacionadas com convergências ou divergências dos valores do Olimpismo. A amizade construída e entendimento internacional foram revelados pelo grupo multicultural como valores centrais do Olimpismo. Para a autora, que desenvolve programas, palestras e cursos sobre o tema, a Educação Olímpica sob o enfoque multicultural é sugerida para mediar particularidades locais com valores do Olimpismo.

Neste âmbito nacional, Portela (1999), Gomes (1999); Turini (2002; 2007) e Gomes & Turini (2004) criticam uma educação do fair play centrado em enfoques puramente teóricos e com procedimentos de ensino que dão ênfase nas tomadas de decisão do professor. Portela (1999) desenvolveu um estudo com base em reflexões de ética e moral no esporte (fair play), tendo como fundamento teórico conceitos estabelecidos por filósofos como Aristóteles, Kant e John Rawls. Também analisou os pressupostos teóricos assumidos pela tradição do esporte para o desenvolvimento de uma ética esportiva nas indicações fornecidas por adolescentes que praticavam e competiam sistematicamente em uma modalidade esportiva. O autor buscou descrever a predisposição racional dos respondentes com relação aos atos morais tanto na vida cotidiana quanto na vida esportiva. Concluiu-se que a instituição de um manual de instruções com comportamentos standardizados, sem discutir o porquê e o como alcançar tais comportamentos, pode tornar-se inócuo.

Na esfera internacional, Lee & Cockman (1994) examinaram a relação entre comportamento, atitudes e valores, identificando os valores que fundamentam a participação entre jovens (12-16 anos) praticantes de futebol e tênis. Os sujeitos foram convidados a discutir dilemas morais no esporte através de entrevistas semi-estruturadas. O conteúdo das entrevistas transcritas revelou 18 valores: realização ou êxito, dedicação, companheirismo, conformidade, consciência, estabelecer contratos, divertir-se, igualdade, bom jogo, saúde e boa forma, obediência, imagem pública, espírito esportivo, auto-atualização, demonstrar habilidades, unidade de grupo, tolerância e vitória. A espontaneidade das respostas serviu para elucidar alguns dos valores que emergem entre os próprios jovens atletas



e demonstrar o desenvolvimento do espírito esportivo e os benefícios que crianças e jovens podem obter através do esporte.

Gomes (1999) realizou uma pesquisa de caráter descritivo com o objetivo de verificar entre escolares do ensino médio as atitudes frente a situações hipotéticas esportivas tomando como referência os valores de solidariedade e honestidade sob o ponto de vista do fair play. Este trabalho foi publicado no livro *Estudos Olímpicos* (TAVARES; DACOSTA, 1999), num capítulo sobre fair play, juntamente com outros ensaios sobre o tema. Para Gomes, os resultados da pesquisa indicaram que a prática esportiva e os valores do esporte podem ter diferentes significados para os diferentes grupos sociais. A expectativa do técnico, dos organizadores ou mesmo da família podem influenciar o comportamento do jogador. Assim, para a autora, a discussão, reflexão e negociação do espírito do jogo parecem ser mais adequadas do que a instrução de fair play de cima para baixo.

Com propósitos similares, Turini (2002) comparou, entre estudantes do ensino fundamental, o comportamento efetivo na prática do fair play com o comportamento normatizado através da Carta do Fair Play (Oeiras, Portugal). Para tanto aplicou questionários, observou jogos de competição de handebol e fez entrevistas com os alunos. Os resultados indicaram que a simples instrução de valores baseada na Carta do Fair Play foi insuficiente para influenciar o comportamento efetivo dos alunos na prática do fair play. Identificou-se que algumas formas de comportamento se basearam em códigos de valores estabelecidos entre os próprios praticantes e com influências diretas do seu meio cultural. A avaliação recomenda que o desenvolvimento de atividades de fair play ultrapasse a codificação verbal para procedimentos mais construtivistas de desenvolvimento moral a partir não só de representações de valores universais, mas também de valores locais.

No estudo dos valores do esporte, verificam-se também investigações focadas nos esportes e atletas profissionais. Cruz (1997, p. 251), por exemplo, analisou em 24 jogos de futebol profissional da Espanha



e Inglaterra os comportamentos relacionados com o fair play. Nesta investigação, o autor considerou, além das regras constitutivas (as regras formais que devem ser aceitas por todos os jogadores), um “segundo tipo de regras chamadas regras normativas, que podem ter diferenças de esporte para esporte, mas refletem o sistema de valores estabelecidos pelos jogadores, pelos treinadores, pelos líderes e pelos adeptos”. O autor cita, como exemplo, o futebol, em que o atirar a bola para fora de campo para que um jogador contundido seja atendido ajuda a promover o fair play. No entanto, travar com falta um jogador de futebol da equipe adversária no meio campo quando ele tem a oportunidade de criar uma situação de perigo também se constitui em regras normativas que implicam violações intencionais de regras constitutivas para conseguir alguns benefícios para a própria equipe. Este comportamento denominado de “falta útil ou tática” torna-se um comportamento visto como legítimo por parte dos participantes do esporte de rendimento, e em consequência influencia os processos de socialização do esporte para jovens. Neste sentido o autor sugere tanto a educação do fair play quanto a reavaliação e alteração das regras do esporte de modo a tornar disfuncional um comportamento de violação das regras.

Um exemplo de estudo relacionado a atletas profissionais e valores do esporte é o de Tavares (1998), que diz que são escassos os estudos que se dediquem a tematizar os valores, concepções e atitudes de atletas de esporte de rendimento a respeito do Olimpismo. Para o autor, essa temática se torna mais relevante a partir do momento em que as recomendações do Congresso Olímpico de 1994 apontaram para a atribuição aos atletas de um papel mais substantivo na direção do Movimento Olímpico internacional. Neste sentido, Tavares investigou entre atletas brasileiros que participaram dos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996) as atitudes em relação a valores proclamados do Olimpismo: o internacionalismo, a harmonia físico-intelectual e o fair play. Segundo o autor, “os atletas tendem a concordar com valores proclamados do Olimpismo, no entanto, esta concordância é mediatizada pela articulação que fazem entre estes valo-



res e o valor da excelência e a cognição” (p.vii).

O mesmo autor brasileiro (TAVARES, 2003) apresenta um aprofundamento do tema no qual visou identificar os valores e compreensões dos atletas olímpicos a respeito dos Jogos e do Olimpismo. Para tanto realizou uma pesquisa comparativa internacional incluindo atletas olímpicos do Brasil e da Alemanha que participaram dos Jogos Olímpicos de Sydney (2000). A orientação teórico-metodológica da pesquisa foi baseada em quatro níveis de análise e interpretação: (i) as modalidades entendidas como subculturas esportivas; (ii) o sistema esportivo de alta competição como uma totalidade; (iii) o Olimpismo como uma ideologia do Movimento Olímpico e uma metateoria de prática esportiva e (iv) a cultura. Os resultados demonstram que os atletas têm uma atitude positiva a respeito dos Jogos e do Olimpismo que é, porém, influenciada pela excelência, cognição, pelas subculturas esportivas e por características culturais.

Os exemplos acima citados sugerem que a idéia de valores ‘do’ esporte, que é diferente de valores ‘no’ esporte, constitui uma impressão mais de norma do que de pacto, mais de inércia do que de movimento. Entretanto, a condição do esporte como “portador de valores” dissolve esta distinção uma vez que agrega valores tanto da sociedade como do próprio esporte para suas intervenções. Compactuamos com Parry (1998) no sentido de que cada um desses valores, mesmo estando articulados para um alto nível de generalidades, poderá admitir muitas formas de interpretação. Este autor percebe o Olimpismo como um conjunto de idéias que deve se esforçar para a compreensão do significado dos esportes em sua prática. Não ao contrário, ou seja, procurar exemplos nos esportes que possam afirmar e legitimar seu conjunto de princípios. Ele sugere aos professores e técnicos não tomarem os princípios do Olimpismo como inertes, mas como “idéias vivas” que tenham o poder de refazer a todo instante nossas noções de esporte e seu potencial para as discussões de fundo ético (p.12).



Materiais Didáticos, Campanhas e Programas Eduacionais

A Campanha sobre o Espírito Desportivo da Câmara Municipal de Oeiras (município de Portugal) é um dos programas pioneiros e mais difundidos de promoção do espírito esportivo. Este programa tem se destacado principalmente na Europa. Foi iniciado em 1989 e, segundo Gonçalves (1999), tem como objetivos básicos: (i) promover o conceito de Espírito Desportivo nas comunidades desportiva e educativa; (ii) relevar no desporto e na sociedade os valores e princípios do Espírito Desportivo e (iii) incentivar os jovens praticantes desportivos a adotarem atitudes e comportamentos de acordo com o Espírito Desportivo¹.

O programa envolve jovens dos 10 aos 18 anos, treinadores, pais, professores, dirigentes esportivos e mídia. Desenvolve-se através de cinco áreas fundamentais:

- 1) Programa educativo específico para professores, nas escolas do ensino básico e secundário;
- 2) Publicação de documentação de apoio;
- 3) Estudos de investigação;
- 4) Conferências e seminários em escolas e clubes;
- 5) Atribuição de prêmios anuais de espírito desportivo (desporto escolar e desporto federado).

Dois seminários foram realizados no âmbito deste programa: Seminário Internacional sobre “Espírito Desportivo, Desporto e Educação” (1989); Seminário Europeu sobre “Desporto de Alta-Competição: que Fair Play?” (1997). O programa tem reconhecimento internacional através dos prêmios de Menção Honrosa do Comitê Internacional para o Fair Play (1996) e do Prêmio Fair Play Europeu do European Fair Play Movement (1997).

¹ Em Portugal utiliza-se a expressão “Espírito Desportivo” para dar significado ao fair play.



Learn and Play Olympic Sports (1992) é um manual de Educação Olímpica da Amateur Athletic Foundation of Los Angeles que apresenta temas divididos por disciplinas escolares e estimula a interdisciplinaridade com a abordagem de temas comuns entre as disciplinas. Um dos temas principais acerca de valores do esporte é o “vencendo e perdendo: bom espírito esportivo”. Os objetivos deste tema são atingidos através de atividades que visam (i) desenvolver o bom espírito esportivo e o fair play, (ii) estimular o conhecimento e o uso das regras do jogo e (iii) estimular a competição e a participação em esportes.

A fonte Binder (1995) apresentou uma proposta educacional de fair play para crianças no manual *Fair Play for Kids*. Neste manual é proposto que jogando limpo a criança tem oportunidades para fazer melhores escolhas, no jogo e na vida. A criança interage com outras crianças em diferentes situações, constituindo-se, assim, um processo de socialização escolar, através de jogos e esportes, nos quais o fair play deve ser estimulado para que se atinja o amadurecimento das atitudes e comportamentos baseado em valores como honestidade, solidariedade e cooperação. A primeira edição foi publicada em 1990 e faz parte do Projeto da Fair Play Canada, e tem como liderança a professora Deanna Binder, uma das pioneiras da produção de materiais didáticos em valores do esporte.

Na investigação de Gibbons, Ebbeck & Weiss (1995), foi analisada a efetividade de um currículo de ensino de Educação Física para a pré-escola voltado para o desenvolvimento moral. Foram utilizados dois grupos de 452 alunos de escolas do Canadá. Um grupo recebeu o currículo *Fair Play for Kids* somente nas aulas de Educação Física, enquanto o outro grupo recebeu o mesmo currículo também em outras disciplinas escolares. Os resultados apontaram diferenças significativas em todos os indicadores de desenvolvimento moral entre os dois grupos. Os resultados de desenvolvimento moral foram mais significativos para o grupo que recebeu o currículo *Fair Play for Kids* também em outras disciplinas escolares. Os resultados reforçam que o crescimento moral não é uma consequência automática da participação em atividades



físicas, mas está especialmente associado a um currículo de ensino sistematizado e organizado para fazer a diferença.

O Comitê Olímpico Internacional (COI) (1995), através de uma Comissão de pesquisadores da Academia Olímpica Internacional (Grécia) produziu um manual didático de Educação Olímpica em meados da década de 1990, denominado *Keep the Spirit Alive: You and the Olympic Games*. O professor Lamartine DaCosta, então presidente da Academia Olímpica Brasileira, participou como um dos consultores na produção da obra. Através de informações e atividades para escolares, o manual difunde os principais valores olímpicos tais como solidariedade, paz internacional, busca de excelência, fair play, identidade cultural e multiculturalismo.

Ainda na década de 1990, no Brasil, destacaram-se dois programas de Educação Olímpica: o Programa Educação Olímpica na Escola (1998), em Poços de Caldas, Minas Gerais, e o Programa Educação Olímpica na Comunidade (1999), em Curitiba, Paraná.

O Programa Educação Olímpica na Escola (1999), em sua versão experimental, foi a primeira tentativa de difundir um manual de Educação Olímpica no Brasil e teve como autor o professor Cristiano Belém. Este Programa voltado para crianças de 11 a 12 anos de idade foi experimentado a princípio no município de Poços de Caldas, com o propósito de gerar um modelo a ser oferecido a todos os demais municípios do país usando a Internet. Seus objetivos específicos estavam relacionados com o conhecimento e aprendizagem dos tópicos do Olimpismo, e com as atitudes e os valores a serem desenvolvidos com o programa de Educação Olímpica. Após a versão experimental em Poços de Caldas o manual de Educação Olímpica foi difundido via Internet através da homepage - <ftp.pocos-net.com.br> - seguindo as referências do *Keep the Spirit Alive: You and the Olympic Games*. Na homepage foram disponibilizados um manual do educador e um caderno de atividades em Educação Olímpica com foco no fair play para aplicação na Educação Física escolar e o aperfeiçoamento de professores voluntários em qualquer lugar do território



nacional. Mais tarde, no ano de 2001, o professor Cristiano Belém inicia o projeto de Educação Olímpica “Esporte e Cidadania” com escolares do ensino fundamental na cidade de Poços de Caldas (MG), com base na experiência adquirida na versão experimental.

O Programa Educação Olímpica na Comunidade foi realizado, em 1999, dentro do Programa CATES (Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos) da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Curitiba. O programa é uma iniciativa de política pública municipal dirigida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, tendo como objetivo geral a aquisição de hábitos e atitudes embasados nos conceitos do discernimento moral e do fair play. O programa de Curitiba tem um conteúdo programático a ser desenvolvido, que de maneira geral são: os Jogos Olímpicos, o mundo dos Jogos Olímpicos, o fair play, o espírito do atleta olímpico. Algumas sugestões de atividades são dadas, como por exemplo, a utilização de filmes sobre Jogos Olímpicos, apostilas, murais e gincanas. Uma característica do programa, além de fomentar as atividades esportivas e o fair play, é o aprimoramento de talentos esportivos que surjam naturalmente durante as atividades, através de atividades de iniciação esportiva. Ainda em 1999, a professora Letícia Godoy inicia a primeira experiência de Educação Olímpica em curso superior de Educação Física com Projeto Educação Olímpica no Ensino Fundamental. O projeto visou capacitar os futuros professores de Educação Física a desenvolverem atividades de educação e valores olímpicos com estudantes do ensino fundamental (GODOY, 2002).

Em 1999, a FOSE (*Foundation of Olympic and Sport Education*), entidade grega não-governamental dedicada à divulgação dos valores do Olimpismo, com o apoio da UNESCO e do COI, iniciou um projeto para elaboração de um livro didático de Educação Olímpica com alcance internacional e multicultural. Sob a liderança da já citada professora canadense Deanna Binder, pesquisadores e educadores de vários países foram convidados a planejar, avaliar, sugerir e testar em atividades práticas de aula os textos, dinâmicas e exercícios propostos no livro para o desenvolvimento do gosto pela prática da atividade física e esportiva baseada



nos princípios do fair play e do respeito à diversidade cultural. No Brasil, a professora Marta Gomes participou nesse primeiro momento da elaboração do livro como revisora internacional, ao lado de Bernadette Dean (Paquistão), Yangshenh Guo (China), Doune Macdonald (Austrália), Doreen Solomons (África do Sul) e Nabilah Abdelrahman (Egito). O projeto então passou a se chamar *Be a Champion in Life*, apresentando os seguintes objetivos básicos para a Educação Olímpica:

- 1) Enriquecer a personalidade humana através da atividade física e do esporte, combinando com cultura e subentendida como experiência permanente de vida;
- 2) Desenvolver um senso de solidariedade humana, tolerância e respeito mútuo associado ao fair play;
- 3) Estimular a paz, o respeito pelas diferentes culturas, proteção ao meio ambiente, valores humanos básicos e interesses, de acordo com as necessidades nacionais e regionais;
- 4) Encorajar a excelência e a proeza (sucesso) de acordo com os ideais Olímpicos fundamentais;
- 5) Desenvolver o sentido de continuidade da civilização humana explorado através da história olímpica antiga e moderna.

Ainda em 1999, após a finalização do livro didático, um grupo de professores brasileiros coordenado pela professora Marta Gomes iniciou o projeto de Educação Olímpica no Brasil entre estudantes do ensino fundamental. O projeto abrangeu a aplicação das atividades do manual *Be a Champion In Life!!* em países de várias partes do mundo com o objetivo de coleta de dados para comparações internacionais e verificação de sua viabilidade prática. Entre os cinco capítulos deste manual destacamos: a) Corpo, mente e espírito: inspirando as crianças a participarem de atividades físicas; b) fair play: o espírito do esporte na vida e na comunidade; c) multiculturalismo: aprendendo a viver com a diversidade; d) em busca da excelência: identidade, autoconfiança e auto-respeito; e) os Jogos Olímpicos presente e passado: celebrando o espírito olímpico.



Em 2000, o manual *Be a Champion in Life!!* foi lançado como um dos mais importantes manuais de Educação Olímpica produzidos até hoje. A professora Letícia Godoy participou do congresso realizado na Grécia para lançamento e apresentação dos resultados da aplicação prática do manual, passando também a compor o quadro de consultores internacionais.

No início da década de 2000, Turini (2000; 2001; 2002) apresentou experiências e estratégias de desenvolvimento do fair play entre estudantes do ensino médio, entre as quais: (i) adaptação de algumas das atividades de fair play desenvolvidas pela UEFA no futebol europeu profissional; (ii) elaboração de seminários de fair play entre alunos antes da competição e elaboração em conjunto com eles de uma súmula de fair play para contabilizar pontuação do troféu fair play. Em 2002, Turini também apresentou, como antes resumido, os resultados da sua pesquisa de dissertação de mestrado na qual comparou o comportamento de fair play de estudantes do ensino fundamental em competição de handebol com o comportamento normatizado por valores também normativos de Carta de Fair Play. Os resultados demonstraram ser conveniente que o desenvolvimento de atividades de fair play com jovens escolares ultrapasse a codificação verbal para procedimentos mais construtivistas de desenvolvimento moral. Neste caso, o autor apresentou sugestões de estratégias de ensino com base nas características do grupo estudado.

A partir do ano de 2001, o professor Nelson Todt começa a desenvolver nos cursos superiores de Educação Física e outros cursos da Faculdade Cenecista de Osório-FACOS/RS e da PUC/RS experiências de disseminação de valores olímpicos com base na reprodução de Cerimônias Olímpicas. As atividades tiveram em média a participação de 120 alunos e mais 1.000 espectadores.

Diante dessas experiências, Tavares e colaboradores (2005) dizem que a Educação Olímpica encontra-se em um estágio inicial de desenvolvimento no Brasil, sendo que a concentração das iniciativas situa-se



nas regiões Sul e Sudeste. Um dos pontos positivos do desenvolvimento da Educação Olímpica brasileira é o desenvolvimento simultâneo de experiências práticas e produção teórica gerando base para ações futuras. No entanto, nenhuma das atividades de Educação Olímpica no Brasil contou efetivamente com a participação de órgãos do sistema de ensino nacional. As experiências de Sydney (2000) e Atenas (2004), que deram prioridade a programas de Educação Olímpica com a participação de órgãos do sistema de ensino nacional, contribuíram para alavancar os esforços de suas candidaturas à sede dos Jogos Olímpicos nos respectivos países-sede.

O Programa de Educação Olímpica nos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) foi uma série de pequenos programas desenvolvidos por ocasião da realização dos Jogos. Mesmo antes de ser confirmada como sede dos Jogos, Sydney já estava implementando outros programas de Educação Olímpica, desde 1992. Esses programas visavam ajudar também na escolha da cidade como sede dos Jogos. Quando Sydney foi confirmada como sede dos Jogos Olímpicos de 2000, os programas foram ampliados a diversas outras escolas da cidade. Os programas versavam em três linhas de ação:

- a) Compartilhar a mensagem do Movimento Olímpico;
- b) Criar oportunidades para viver os ideais olímpicos e
- c) Promover experiências de vivenciar sempre o tempo dos Jogos.





Trabalhadores brasileiros em competições internacionais - espírito olímpico e superação de barreiras

Dentro da ação dessas linhas de atuação, programas de Educação Olímpica foram desenvolvidos. A maioria das escolas indicou um legado positivo do envolvimento dos alunos e alunas em Educação Olímpica. Os estudantes ganharam uma compreensão do Movimento Olímpico e uma aceitação dos valores olímpicos. Adquiriram uma avaliação melhor do esporte de elite e a organização requerida para tal evento. Criou-se entre os estudantes o desejo de apoiar o Movimento Olímpico e atletas paraolímpicos. Criou-se um senso de orgulho nacional, reconhecimento de realizações, compromisso para ideais olímpicos e a inspiração para fazer melhor em todos os seus esforços. As escolas tiveram a oportunidade para conhecer as mudanças globais do final do século XX e obtiveram uma compreensão dos valores universais olímpicos. Os programas foram ressaltados como justificativas para envolvimento futuro em atividades de Educação Olímpica.



Neste estágio mais recente, Gomes (2002) analisou os quatro materiais didáticos mais conhecidos entre aqueles que trabalham com a Educação Olímpica no Brasil: (i) *Keep the Spirit Alive: You and the Olympic Games*, COI (1995); (ii) *Learn and Play Olympic Sports*, Amateur Athletic Foundation of Los Angeles (1992); (iii) *Educação Olímpica na Escola. Manual do Educador Olímpico*, Poços de Caldas, Brasil (1999) e (iv) *Be a Champion in Life!! A Project of Foundation of Olympic and Sport Education*, Grécia (2000). A análise desses materiais enfocou os conceitos de cultura, o etnocentrismo, e raça e cultura. A autora realizou uma análise crítica dos materiais de Educação Olímpica sob o enfoque multicultural e a mediação das particularidades locais com valores do Olimpismo. Os resultados da análise contribuíram para demonstrar que os materiais apresentam algumas deficiências nos temas investigados por conferirem demasiada atenção aos referenciais culturais e de valores europeus e norte-americanos, mantendo outros países e culturas sob uma perspectiva periférica, devendo, assim, ser aperfeiçoados em futuras edições e novos lançamentos na área da Educação Olímpica, principalmente no que tange ao multiculturalismo, regionalismo e diferenças.

Em idêntica linha de conta esboçada por Gomes, Turini (2007) apresenta as análises realizadas sobre as atividades de fair play do manual de Educação Olímpica do *Be a Champion In Life!!* correlacionadas com alguns dos conceitos mais discutidos atualmente no campo da Educação: a Aprendizagem por Competências e Competências para Ensinar (Perrenoud, 2000 e 2002). As análises realizadas no *Be a Champion In Life!!* indicaram que os professores podem, através das atividades de fair play, promover nos alunos o desenvolvimento de competências para mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar uma série de situações relacionadas ao convívio social. Indica-se que as atividades do manual investigado possam promover oportunidades para que os alunos construam conceitos, valores e procedimentos referentes à convivência ética-social.



REFERÊNCIAS

ABREU, Neíse. G. **Multicultural responses to Olympism:** an ethnographic research in Ancient Olympia, Greece. Tese (Doutorado em Educação Física)– Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.

BARA FILHO, Maurício; DACOSTA, Lamartine. A concepção de Pierre de Coubertin sobre a educação olímpica para os trabalhadores: uma abordagem atualizada. In: TURINI, M; DACOSTA, L. (Org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD-ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

BELÉM, Cristiano M. **Educação olímpica na escola.** Poços de Caldas, 1999.

BINDER, Deanna (Org.). **Fair play for kids.** Canada: Fair Play Canada, 1995.

BINDER, Deanna (Org.). **Be a champion in life:** a project of the foundation of Olympic and sport education. Greece: [s.n.], 2000.

BINDER, Deanna (Org.). **Keep the spirit alive:** you and the Olympic Games: a handbook for educators. [S.l.]: IOC Commission for the International Olympic Academy and Olympic Education, 1995.

BROWNLEE, Helen. **Olympic education programmes in the Sydney Olympic Games.** Olympia: International Olympic Academy, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS. **O espírito desportivo nas práticas desportivas.** Oeiras, 1995. Título original: Fair Play para Todos do Comitê Internacional para o Fair Play.



_____. **Código de Ética Desportiva:** Conselho da Europa. Oeiras, 1996.

CRUZ, Jaime. As regras protegem o fair play no desporto profissional? In: SEMINÁRIO EUROPEU SOBRE FAIR PLAY: DESPORTO DE ALTA COMPETIÇÃO, QUE FAIR PLAY?, 3., 1997, Oeiras. **Anais...** Oeiras, 1997.

DACOSTA, Lamartine P. **Valores e moral social no Brasil.** 1989. Tese (Doutorado em Filosofia)–Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1989.

DACOSTA, Lamartine P. Fundamentos do lazer e esporte na empresa. In: SAÚDE e exercício físico: uma atividade empresarial. Ministério da Saúde, 1990.

DACOSTA, Lamartine P. A never-ending story: the philosophical controversy over Olympism. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 33, p. 157-173, 2006.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GIBBONS, S. L.; EBBECK, V.; WEISS, M. R. Fair play for kids: effects on the moral development of children in physical education. **Research quarterly for exercise and sport by the American alliance for health, physical education, recreation and dance**, v. 65. n. 3, p. 247-255, 1995.

GODOY, Letícia. Educação olímpica no ensino fundamental. In: TURINI, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

GOMES, Marta C. Solidariedade e honestidade: os fundamentos do fair-play entre adolescentes escolares. In: TAVARES, O.; DACOSTA, L. (Org.). **Estudos olímpicos.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.



GOMES, Marta C. O multiculturalismo nos materiais didáticos de Educação Olímpica: uma análise crítica. In: TURINI, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD-ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

GOMES, Marta C.; TURINI, Marcio. Esporte, ética e intervenção no campo da educação física. In: TOJAL, J.; DACOSTA, L.; BERESFORD, H. (Org.). **Ética profissional na educação física**. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

GOMES, Marta C.; TURINI, Marcio. O impacto do programa SESI-Esporte para agregar valores na vida do trabalhador e da empresa: uma avaliação. In: MORAGAS, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Seminário Brasil-Espanha em estudos olímpicos**. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos - Universidad Autónoma de Barcelona, 2007.

GONÇALVES, Carlos. **O espírito desportivo e os jovens praticantes desportivos**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1996.

GONÇALVES, Carlos. O estudo do fair play na Europa. In: TAVARES, O.; DACOSTA, L. (Org.). **Estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

LEE, M. J.; COCKMAN, M. Values in children's sport: spontaneously expressed values among young athletes. **International Review for the Sociology of Sport**, march 1994.

MOORE, Cosetta. **Learn and play olympic sports: curriculum guide for teachers**. USA: Amateur Athletic Foundation of Los Angeles, [199-?]

MONTENEGRO, E. L. **A educação física e o desenvolvimento moral do indivíduo numa perspectiva kohlberguiana**. 1994.. Dissertação (Mestrado)–UGF, Rio de Janeiro, 1994.



MULLER, N. Olympism and sport for all. In: **Proceedings of the 28th international session**. Ancient Olympia, IOA, 1988. p. 187-199.

PORTELA, Fernando. **Fair play, que fair play?!: doutrina, ou exercício da moral**. . Dissertação (Mestrado)–UGF, Rio de Janeiro, 1999.

REIS, Daniela. **Investimento social privado: um novo patamar**. GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas/Brasil. Disponível em: <http://www.gife.org.br/artigos_open.php?codigo=6687>.

RODRIGUES, Fábio F. S. O Programa SESI Esporte e o Espírito Olímpico. In: TURINI, M.; DACOSTA, L. **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

TAVARES, Otávio. **Mens fervida in corpore lacertoso?: as atitudes dos atletas olímpicos brasileiros frente ao olimpismo**. 1993. Dissertação (Mestrado)–PPGEF/UGF, Rio de Janeiro, 1993.

AVARES, Otávio. Algumas reflexões para uma rediscussão do fair play. In: TAVARES, Otávio; DACOSTA, Lamartine (Org.) **Estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999b.

TAVARES, Otávio. **Esporte, movimento olímpico e democracia: o atleta como mediador**. Tese (Doutorado)–PPGEF/UGF, Rio de Janeiro, 2003.

TAVARES, Otávio et al. Estudos olímpicos: Academia Olímpica Brasileira: educação olímpica. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

TELAMA R.; LAAKSO L.; HEIKKALA J. **Conceptions about fair play and morals in sport among young Finnish athletes**. A.I.E.S.E.P; Meeting of Experts: Sports Coaching, 1993.



TODT, Nelson S. **Rituais e cerimônias olímpicas:** uma proposta de educação olímpica. In: FÓRUM OLÍMPICO GAÚCHO, 1., 2003, Porto Alegre, Parque Esportivo da PUCRS. Porto Alegre, 2003.

TURINI, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD-ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

TURINI, Marcio. Avaliação do fair play na IV olimpíada do SENAC, em Irajá, RJ. In: DACOSTA, L.; HATZIDAKIS. **Estudos olímpicos.** São Paulo: Uniban, 2001. CD-ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

TURINI, Marcio. Análise de atividades de fair play em olimpíada escolar como reforço do desenvolvimento do espírito esportivo. In: TURINI, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD-ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

TURINI, Marcio. **Comportamento normatizado versus comportamento efetivo na prática do fair play entre jovens escolares, de Quintino, Rio de Janeiro.** 2002. Dissertação (Mestrado)–PPGEF/UGF, Rio de Janeiro, 2002.

TURINI, Marcio. Análise das atividades de educação olímpica e fair play e os conceitos de aprendizagem por competências e competências para ensinar. In: MORAGAS, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Seminário Brasil-Espanha em Estudos Olímpicos.** Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos - Universidad Autónoma de Barcelona, 2007.

VIEIRA, José L. **Avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes em relação a dilemas morais da vida diária e da prática esportiva.** 1993. Dissertação (Mestrado)–UFSM, Santa Maria, 1993.



Capítulo 2

Abordagens Teóricas Sobre Valores do Esporte



Podemos definir *valores* como preferências que damos a certas coisas no mundo e que influenciam o comportamento coletivo (BUHLER, 1980), sendo que o comportamento coletivo influencia direta e indiretamente ao que atribuímos valor e aos valores que compartilhamos. *Valores* podem ser entendidos também como crenças coletivas relacionadas a religiões, modos de cultura, grupos étnicos, tipo de empresas, entre outros.

Na antropologia estruturalista de Radcliffe-Brown, “valor” refere-se sempre a uma relação entre um sujeito e um objeto, na qual se estabelece tanto o valor que o objeto tem para o sujeito quanto o interesse que o sujeito tem no objeto. Por outro lado, a sociedade se estabelece a partir das relações sociais entre indivíduos, que segundo o autor somente se efetuam quando há interesses convergentes “ou ajuste de interesses divergentes” (1973, p. 175). Logo, uma sociedade ou grupo social somente pode existir a partir de uma concordância de seus membros individuais com relação ao que seja reconhecido como valor e a uma relativa harmonia de interesses. Para que um objeto tenha **valor social**, necessita-se de que duas ou mais pessoas tenham interesse em comum neste mesmo objeto e sejam conscientes desses interesses, promovendo uma associação entre elas e um ponto em comum que as une (lembrando que num sistema social, pessoas também são objetos de interesse para outras).

Dentro do campo da axiologia ou estudo dos valores são apresentadas diferentes formas de classificação. De acordo com uma categorização simplificada de valores, podemos citar alguns exemplos:

- Valores econômicos (com conotações de prosperidade ou riqueza, pobreza e miséria);
- Valores religiosos (aqueles que se realizam através das normas e virtudes das religiões, em uma dimensão, ou na compreensão do que seja o santo, ou o sagrado);
- Valores estéticos (apresenta as perspectivas do belo e do feio, do bom gosto e do mau gosto);



- Valores sociais, éticos e morais (aqueles que se ocupam com o comportamento humano, da reflexão sobre os valores da vida, da virtude e do vício, do direito e do dever, do bem e do mal).



A busca continuada da excelência é um valor do esporte

Destacamos os *valores morais* para a análise dos *valores do e no esporte*. Valores morais são regras de conduta que têm como base a consciência moral das pessoas ou de um grupo social formado pelos costumes e tradições predominantes em um determinado meio cultural. Podemos citar ainda as normas jurídicas como elemento regulador do comportamento social; no entanto, segundo Cotrim (1988, p. 74), “estas últimas são regras sociais de conduta que têm como base o poder social do Estado sobre a população que habita seu território. Assim, uma das principais características da norma jurídica é a *coercibilidade*. Isto é: a norma jurídica conta com a força e a repressão potencial do Estado para



ser obedecida pelas pessoas”. O autor exemplifica dizendo que quando alguém desrespeita uma norma moral, como, por exemplo, um dever de cortesia, sua atitude ofende apenas a moralidade convencional de um determinado grupo, que não tem poderes enérgicos para promover uma punição. Ao contrário, se uma pessoa desrespeita uma norma jurídica prevista, por exemplo, no Código Penal, sua atitude provoca a coação do Estado, que tem poderes efetivos para impor uma pena ao infrator, assim como no esporte.

Podemos contextualizar no esporte o exemplo dado anteriormente aos conceitos de fair play formal e fair play informal (LENK, 1976). O fair play formal significa o valor de respeitar os códigos formais do esporte de acordo com as advertências e punições previstas nas regras do esporte. Neste caso o raciocínio moral do sujeito está condicionado à punição e recompensa, numa perspectiva da teoria kohlberguiana. Já o fair play informal significa o valor que associa as ações do sujeito ao seu raciocínio moral baseado em princípios morais. É possível identificar que o valor do fair play informal também está associado a certas formas de moralidade convencional (cortesia) como, por exemplo, quando o jogador de futebol joga a bola para fora para que um jogador adversário contundido possa ser atendido.

Devemos entender que o processo de formação de valores está associado diretamente ao processo de formação cultural de uma determinada sociedade. O desenvolvimento moral ou de valores significa o desenvolvimento de uma *consciência moral*. Segundo Mora (1982), *consciência moral* pode ser concebida como *adquirida*. Podemos considerar que se adquire por educação das potências morais ínsitas no ser humano, neste caso, a consciência moral é algo que se tem a *possibilidade* de possuir sempre que se suscite para isso uma sensibilidade moral adequada. Temos consciência moral quando fazemos escolhas, quando assumimos voluntariamente certas normas, atitudes, posturas, diante de situações com que nos defrontamos. A alienação moral é entendida como uma separação da realidade moral, ou seja, um sentimento de afastamento aos códigos reguladores de um meio social, sejam eles morais ou jurídicos. A



falta de consciência moral pode resultar, por exemplo, num agir agressivo, que se caracteriza em certos tipos de violência como vandalismo, falta de respeito e ausência de solidariedade.

Outro ponto importante, quando falamos em valores morais, é diferenciarmos moral e ética. De acordo com Fagundes (2000, p. 92-93), podemos entender por moral a maneira de se comportar regulada pelo uso e pelo costume, em que cada cultura estabelece uma série de padrões aos quais a conduta do indivíduo deve se adequar. A ética vai além da obediência às regras e normas sociais. Seu objetivo é justamente investigar, provocar reflexão. A ética pressupõe uma busca racional de como devemos viver para ter uma vida boa.

A ética pode ser entendida, então, como a reflexão sobre moral ou a reflexão sobre valores. Vários setores utilizam-se da ética como uma ferramenta para refletir sobre os valores que norteiam suas ações e seus procedimentos. Podemos citar como exemplo a ética profissional, a ética empresarial, a ética ambiental e a ética esportiva.

Breve Análise sobre a Ética Esportiva

As origens da Ética Esportiva no Esporte Moderno estão relacionadas a três fatores fundamentais:

- às práticas esportivas entre estudantes das escolas inglesas do século XIX, nas quais os estudantes praticavam o esporte segundo um contrato de regras baseado no jogo limpo e nos valores cristãos estabelecidos entre eles (“Muscular Christianity”);
- ao movimento de associacionismo esportivo, em que surgiram os primeiros clubes, federações esportivas, competições nacionais e internacionais organizadas segundo a universalização das regras;
- ao Olimpismo como filosofia do esporte moderno, tendo o fair play como principal valor olímpico e do esporte em geral.



Ao analisarmos a evolução do Esporte Moderno no século XIX e metade do século XX, podemos observar no Quadro 1 as principais características e valores associados:

Quadro 1 - Principais características e valores associados ao Esporte Moderno nos século XIX e metade do século XX	
Características	Valores predominantes
<ul style="list-style-type: none"> - Competições dirigidas por instituições esportivas (COI, CONS, confederações, federações e clubes) - Alto rendimento - Vitória como principal objetivo - Treinamento especializado e profissionalização - Valorização dos grandes atletas - Uso político e ideológico - Corrupção e doping - Exploração comercial exacerbada 	<p>POSITIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Excelência • Internacionalismo • Fair play • Paz e solidariedade <p>NEGATIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corrupção administrativa • Trapaça e doping • Discriminação da participação feminina • Violência

A prática esportiva baseada apenas no modelo de rendimento gerou entre os profissionais e pensadores da área a rediscussão do conceito de esporte. A partir da segunda metade do século XX, ocorreram uma profunda reflexão ética e a agregação de novos valores, gerando novos



conceitos de esporte. Além do esporte de rendimento, se admitia um esporte voltado para a educação e um esporte voltado para a participação. No Quadro 2 são apresentados exemplos de documentos e valores associados ao Esporte Moderno que se seguiram a partir da segunda metade do século XX.

Quadro 2 – Exemplos de documentos e valores associados ao Esporte Moderno na segunda metade do século XX

Documentos	Valores predominantes
Manifesto do Desporto (1964) <i>Esporte escolar e Esporte do homem comum</i>	<ul style="list-style-type: none">• Participação• Co-educação• Cidadania
Carta Internacional de Educação Física e Desportos (1978) <i>Atividade física como direito de todos</i>	<ul style="list-style-type: none">• Integração e desenvolvimento comunitário• Bem-estar• Qualidade de vida
Movimento EPT (a partir da década de 60) <i>Popularização da prática esportiva</i>	
Constituição Brasileira (1988) <i>“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (...)” (Artigo 217, p.59).</i>	



Hoje nota-se que as percepções no senso comum quanto à prática esportiva e à geração de valores sociais independem da manifestação esportiva (rendimento, educação ou participação). Assim, podem ser identificados valores associados ao esporte de modo geral, tais como:

- trabalhar em grupo;
- encontrar respostas nos momentos difíceis;
- aprender a decidir;
- respeitar diferença;
- aceitar seu limite e do outro;
- sentir orgulho de representar o time;
- aprender a ganhar e perder ...

No entanto, é tradição nas instituições esportivas eleger valores para constituírem seus princípios norteadores da prática. O exemplo mais clássico são os *Valores Olímpicos* – Excelência, Fair Play, Persistência, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Participação. Temos outros exemplos neste setor, como o do Comitê Olímpico Canadense que elegeu os valores de Excelência, Alegria, Honestidade, Respeito, Desenvolvimento Humano, Liderança e Paz. De acordo com os conceitos apresentados no Capítulo 1 sobre valores do e no esporte, consideramos esses valores eleitos pelas próprias instituições como *valores do esporte*, uma vez que são valores convencionados e assumidos como valores universais.





Integração dos trabalhadores com a empresa – equipe da Tupy SC, campeã mundial de futebol do trabalhador, 2006

As instituições sociais de um modo geral têm assumido esta tendência em eleger valores para orientar seus procedimentos. Podemos exemplificar com valores eleitos no exército americano – Lealdade, Responsabilidade, Serviço Social, Honra, Integridade e Coragem Pessoal; e valores eleitos em empresas como a Síntese Agricultura Estratégica – Inovação, Relacionamentos, Meio Ambiente, Pensamento Estratégico, Sustentabilidade e Flexibilidade.

Teorias de Desenvolvimento Moral e Valores no Esporte

De acordo com Romance (1984), as duas principais teorias de desenvolvimento moral são: a teoria da aprendizagem social (BANDURA, 1969) e a teoria cognitivista ou abordagem construtivista (PIAGET, 1932). Para



esse autor, os princípios que definem estas duas abordagens não são mutuamente exclusivos, mas possuem estruturas fundamentais e complementares (VIEIRA, 1993).

A abordagem da aprendizagem social também denominada “internalização” entende o desenvolvimento moral como a aceitação da aprendizagem do comportamento através da transmissão de valores. Nesse sentido o desenvolvimento moral se dá pela progressiva internalização das regulações sociais (VIEIRA, 1993).

Na perspectiva da aprendizagem social o desenvolvimento moral do praticante esportivo pode ser o resultado de fatores como o reforço do técnico e/ou líder de grupo, a sua expectativa em função de fãs ou amigos, a modelação comportamental dos colegas e outros atletas, e a influência das normas jurídicas do jogo – as regras e as punições.

No contexto da Educação Olímpica, a abordagem da aprendizagem social se dá através de (i) programas com enfoques puramente teóricos, (ii) trabalhos de explicações de instruções e lições acerca dos ideais olímpicos que surtem efeitos geralmente conceituais e permanecem no limiar das propagandas, (iii) eventos nos moldes tradicionais das competições das competições esportivas (GOMES, 1999, p.207) e (iv) desenvolvimento de valores universais predeterminados em normas de fair play desconsiderando os valores locais (multiculturais). De acordo com Tavares e colaboradores (2005), a Educação Olímpica pode ser definida como: “Trata-se não propriamente de um conteúdo definido, mas, ajustando-se ao que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), de um conjunto de atividades educativas de caráter multidisciplinar e transversal tendo como eixo integrador o esporte olímpico. Seguindo referências internacionais, as ações de educação olímpica até agora desenvolvidas no Brasil se articulam majoritariamente segundo cinco temas: fair play (jogo limpo); multiculturalismo; corpo, mente e espírito; busca da excelência; e Jogos Olímpicos, passado e presente”.

A abordagem construtivista ou cognitivista está relacionada ao desenvolvimento cognitivo, situando que o desenvolvimento moral resulta da



interação entre: (a) a tendência inata do indivíduo para organizar as experiências dentro de um padrão coerente de significado e interpretação e (b) as experiências do meio ambiente que proporcionam informações sobre a realidade social. Dessa forma, o desenvolvimento moral é visto como um processo de reorganização e transformação das bases sobre as quais o raciocínio é organizado (BREDEMIER; SHIELDS, 1987 apud VIEIRA, 1993). No processo de desenvolvimento moral através da abordagem construtivista, três conceitos são importantes – o raciocínio moral, o julgamento moral e o comportamento moral.

- Raciocínio moral – é a estruturação das informações, que passam por uma seqüência regular de transformações, sendo o resultado da combinação entre maturação e as experiências sociais com o meio ambiente (BREDEMIER; WEISS, 1990).
- Julgamento Moral – é a opinião do indivíduo que descreve seu raciocínio abstrato a respeito de uma situação moral (BEE, 1984).
- Comportamento Moral – é a ação realizada pelo indivíduo, nem sempre coerente com seu raciocínio ou julgamento moral (BEE, 1984).

A Teoria de Desenvolvimento Moral de Kohlberg é a base principal da abordagem construtivista (Quadro 3):

Quadro 3 - Fases de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (1958)

Nível III	Pós-convencional Direção universal	Estágio 6 – Princípios (convicção) Estágio 5 – Contrato social (negociação e concordância)
Nível II	Convencional Aos outros	Estágio 4 – Lei e ordem (autoridade) Estágio 3 – Aprovação (bem-estar)
Nível I	Pré-convencional Egocêntrico	Estágio 2 – Recompensa (sentir-se bem) Estágio 1 – Punição (obediência)



Para Kohlberg, cada estágio representa habilidades cognitivas e raciocínios morais superiores daqueles dos prévios. Dessa forma, todos os indivíduos começam no estágio 1 e progridem seqüencialmente para o mais elevado, sendo que o estágio mais alto representa a verdadeira moralidade. Sendo assim, a transição de um estágio para o outro ocorre como sendo o resultado de um “desequilíbrio cognitivo” (VIEIRA, 1993).

De acordo com a teoria, Kohlberg não está preocupado em medir valores, mas sim verificar o padrão de raciocínio (julgamento moral) que as pessoas usam para decidir qual é o valor mais importante numa determinada situação. Neste sentido uma pessoa pode ser honesta numa situação e desonesta em outra situação, de acordo com uma lógica de quando ser honesta e quando ser desonesta (BREDEMIER; SHIELDS, 1987 apud VIEIRA, 1993).

Na perspectiva da aprendizagem construtivista, as situações esportivas contribuem para que os praticantes esportivos pensem a respeito de valores e comportamentos, especificamente como eles constroem seu próprio entendimento pessoal. Ao contrário da abordagem da aprendizagem social, em que se internalizam valores nesta abordagem, os indivíduos criam concepções de moral (pessoal) a respeito do seu mundo social e pela interação com os outros.

No contexto da Educação Olímpica, a abordagem construtivista caracteriza-se por uma proposta crítica que, segundo Gomes & Turini (2004, p. 234), seria “não de inculcar passivamente nos alunos, mas de refletir conjuntamente que esporte eles querem, a que conjunto de normas e regras escritas e ocultas devemos nos atrelar para que nossa convivência se torne não somente possível, mas prazerosa, não somente baseada na tolerância, mas no diálogo, na troca de experiências, na possibilidade da argumentação (...) A abordagem moral deve ser acima de tudo educativa, privilegiando a reflexão, a tomada de consciência de que agir moralmente é um ato de responsabilidade que envolve escolha”.

De acordo com Huizinga (1937), “.. o jogo é um mundo dentro de um mundo”. As normas da vida cotidiana são diferentes da estrutura conven-



cionada do jogo. Algumas normas morais típicas podem ser observadas no jogo, tais como “golpear” outra pessoa, “enganar”, e as “crianças podem aprender a usar palavrões no jogo”. O esporte também pode ser um meio de valores negativos.

No esporte, decorrem situações morais que podem contribuir para promover o condicionamento e/ou o raciocínio e julgamento moral resultando num comportamento moral, positivo ou negativo.

Exemplos de situações morais no esporte:

- Respeitar diferença, respeitar regras e decisões dos árbitros.
- Aceitar seu limite e o do outro.
- Considerar as necessidades dos outros.
- Assumir papéis e tomar decisões.
- Encontrar respostas nos momentos difíceis.
- Sentir orgulho de representar o time.
- Trabalhar em grupo.
- Aprender o que é vencer e o que é perder.

Exemplos de situações que propiciam momentos de reflexão sobre a moral no esporte:

- O diálogo sobre as experiências com o grupo, com os amigos e com a família.
- O auto-diálogo.
- Os diálogos entre os indivíduos do grupo.
- Interação entre técnico e atleta.



REFERÊNCIAS

BUHLER, C. **A psicologia na vida do nosso tempo**. 4. ed. Lisboa: Fundação Clouste Gulbenkian, 1980.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia para uma geração consciente**. São Paulo: Saraiva, 1988.

FAGUNDES, Márcia Botelho. **Aprendendo valores éticos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LENK, Hans. Toward a social philosophy of the Olympic: values, aims and reality of the modern Olympic movement. In: GRAHAM, P. J.; UEBERHORST, H. **The modern Olympics**. West Point: Leisure Press, 1976. p. 109-69.

MORA, José F. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. **Tabu**: estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 167-190.

ROMANCE, Thomas. **A program to promote moral development through elementary school physical education**. Oregon: University of Oregon, 1984. Unpublished doctoral dissertation.

VIEIRA, José L. **Avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes em relação a dilemas morais da vida diária e da prática esportiva**. 1993. Dissertação (Mestrado)—UFSM, Santa Maria, 1993.



Capítulo 3

Valores do Esporte e Inclusão Social



A inclusão social se torna um valor na medida em que entendemos que a participação e o acesso das pessoas aos bens sociais coletivos são fundamentais para promover suas experiências de vida e contribuir para o seu desenvolvimento como entes sociais e cidadãos ativos. Na perspectiva do desenvolvimento humano, a inclusão social pode ser considerada como um valor social básico para que outros valores sociais possam ser desenvolvidos.

Santos (2006), refletindo sobre o processo de inclusão em educação, diz que “a necessidade de romper com a tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento justifica-se pela compreensão da importância da interação e transformação recíprocas entre as diferentes áreas do saber”.

Segundo Nogueira, Teves, Mataruna; DaCosta (2005), “a inclusão social é uma expressão atual que incorpora o passado das obras de caridade cristã, bastante influente desde o século XVIII no Brasil; a tradição do governo propor e agir para melhorar as condições da população pobre do país; o esforço de ordenação jurídica, desde o século XIX, de proteção e cuidado com pessoas desprivilegiadas e marginalizadas; e o empenho voluntário tradicional, de instituições privadas – internacionais, nacionais e empresariais – aos grupos carentes da sociedade” (DACOSTA, p. 597).

Esta visão originalmente filantrópica, contudo, ao se modificar ao longo dos séculos fez da *inclusão* um *valor social*, implicando em analisá-la, segundo os autores antes citados, como um fato complexo que demanda múltiplas intervenções. Estas hoje se apresentam desde as iniciativas do Estado, da sociedade civil organizada, das instituições, de todos aqueles enfim que têm por princípio direitos humanos, direitos de todos se desenvolverem, exercendo plenamente a cidadania, independentemente do estado físico, da condição social, ou de suas origens étnicas.

O entendimento da inclusão refere-se, então, à instância de direito de todos os integrantes da sociedade poder ter acesso aos bens sociais coletivos, incluindo-se as práticas esportivas. Tais concepções preliminares têm delineamento ao serem apreciadas as experiências brasileiras na área



de ações sociais em projetos esportivos, que registram iniciativas pioneiras no país desde a década de 1920. Nota-se que os espaços de práticas esportivas têm sido oportunizados às pessoas marginalizadas muito além das escolas e dos clubes. Esses espaços têm sido definidos nas empresas, nos condomínios, nos hospitais, entre outros. Em resumo, o esporte tem se revelado como uma poderosa ferramenta para atrair e incluir as pessoas em atividades educacionais e socioculturais. Ressalta-se a *inclusão social* como um dos principais valores sociais promovidos pelo esporte, assim como o esporte torna-se um valor social sendo um direito prescrito na Constituição. Logo, com a educação, saúde e lazer, o esporte é um dos elementos constitutivos das políticas sociais de inclusão.

No entanto, sabe-se que os avanços sociais produzidos pelas iniciativas advindas do esporte são eficazes, porém não corrigem a distorção estrutural que é usualmente pressuposta como educacional. Para Nogueira, Teves, Mataruna; DaCosta (2005), em princípio, os Programas Esportivos de Inclusão Social (PIS) que usam o esporte e/ou a Educação Física como meio de mobilização dos destinatários e da associação destes com os interventores – voluntários, grupos comunitários e/ou instituições, profissionais, etc. - podem ser definidos como ações de intervenção para o desenvolvimento social. Neste caso, tais iniciativas implicam estabelecer objetivos comuns com os destinatários, de acordo com as propostas do projeto. E, incluir atividades em espaços variados e para públicos diversificados requer dos profissionais a capacidade de lidar com a diferença.

Neste contexto de mediação por parte de profissionais, Nogueira et al. (2005), todavia, fazem remissão às recomendações de 1988 da UNESCO que reforça o favorecimento da igualdade de acesso a todas as categorias de população. No Brasil, esta orientação genérica é identificada nos atuais PIS pelo atendimento voltado para diferentes grupos-alvo (crianças e adolescentes, idosos, deficientes, entre outros). Neste sentido, os grupos-alvo são atendidos mediante objetivos voltados para as suas aspirações e necessidades. A metodologia predominante utilizada atualmente pelos PIS brasileiros caracteriza-se pelo direcionamento institucional de organização com intervenção profissional, sistemática e continuada.



Fundamentos Históricos da Inclusão Social pelo Esporte

Na década de 1960, surgiram documentos emitidos por organismos internacionais que tratavam da reformulação de questões relativas à área de Educação Física e esportes. Esses documentos relataram a necessidade de entender e legitimar o fenômeno esportivo numa dimensão maior do que a dominante na época: o esporte como rendimento. Em 1977 foi criada a Campanha EPT (sigla correspondente a Esporte para Todos), através do Plano Nacional de Educação Física e Desportos e a Lei Nº 6.251/75. Este movimento teve início no Brasil com o objetivo de promover a mobilização e a adesão às práticas esportivas segundo a própria motivação e iniciativa local (municípios). Tubino (1996) considera como relevante no processo de democratização e inclusão social do esporte a chegada do Movimento “Esporte para Todos” (EPT) no Brasil. Em 1978, foi emitida a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. O documento reforçou o direito à prática da Educação Física e dos esportes. Estimulava os governos, as organizações não-governamentais, os educadores, as famílias e os próprios indivíduos a utilizar a Educação Física como uma prática permanente. Este documento consolidou a tendência internacional da ampliação do conceito de esporte, ressaltando o fenômeno da participação esportiva.

Segundo Tubino (1996), ainda com o sucesso do EPT no Brasil e pelas ricas experiências desenvolvidas, a exacerbação da valorização dos resultados esportivos e da centralização da atenção a atletas de talentos no Brasil prossegue normalmente. A partir de 1985, este quadro começaria a ser modificado com o rompimento do ciclo militar de governo e a chegada de novos dirigentes na estrutura do Estado que estaria destinada a tratar das questões do esporte. A recém-criada Comissão de Esporte e Turismo organizou na Câmara Federal o ciclo de debates “Panorama do Esporte Brasileiro”. Neste contexto, surge a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, que norteou suas ações perante os seguintes passos: 1º) Consolidar o novo conceito de esporte no país, através do exercício das manifestações do seu conteúdo; 2º) Constitucionalizar o es-



porte na Carta de 1988, com um texto avançado que definisse inclusive o papel do Estado diante da sociedade, quanto ao fenômeno esportivo; 3º) Desburocratizar o esporte brasileiro, através do Conselho Nacional de Desportos; 4º) Criar condições financeiras para os projetos específicos do esporte de desenvolvimento científico e tecnológico e da capacitação de recursos humanos; 5º) Rever as práticas esportivas equivocadas no esporte-educação. Na discussão da reformulação do conceito de esporte foram reconhecidas as seguintes formas de organização esportiva: esporte federado, esporte universitário, esporte escolar, esporte classista, esporte militar, esporte não-formal ou promoção social e esporte profissional. Considerando agora o esporte como prioridade social e educacional, também foi discutido o redimensionamento dos papéis até então desempenhados pela União, Estados, Municípios, CND, COB, Confederações, Federações, entre outras instituições ligadas ao esporte brasileiro.

Em 1988, o esporte foi constitucionalizado no artigo 217 da Constituição - Título VIII (da Ordem Social), Capítulo III (da Educação, da Cultura e do Desporto), Seção III (do Desporto). A noção de direito à prática esportiva gerou a denominação atual de 'inclusão social' não só por meio das atividades esportivas, mas pelo direito ao seu acesso e aprendizado como um bem social e cultural. De acordo com Parente Filho, Filho & Tubino (1999), no texto "Desporto Constitucionalizado", destaca-se que "verificar-se-á, ainda, se tais normas constitucionais desportivas se adequam aos 'fins existenciais' da sociedade desportiva brasileira, sem olvidar que a Constituição não se faz apenas no momento da Constituinte, mas na soma de muitos momentos, compondo um processo histórico, longo e demorado, até porque a norma constitucional não é um fim em si mesma". Entretanto, DaCosta & Bramante (1989) apud Gomes e Turini (2005) já haviam identificado no Brasil, nas últimas décadas, um movimento de transição da prática esportiva não-institucionalizada (originada espontaneamente da população como manifestação cultural) para a prática de eventos organizados, produzidos ou patrocinados por entidades governamentais e privadas, com base em iniciativas locais, especialmente prefeituras e grupos voluntários.



De qualquer modo, o esporte no final do século XX já se constituía como um dos maiores fenômenos socioculturais existentes, situando a inclusão social como um dos principais desafios da área para o século XXI. Palm (2000), presidente da TAFISA (Trim and Fitness International Sport for All Association), observa que deveríamos especular sobre as mudanças ocorridas no esporte nos últimos cem anos e que provavelmente grandes mudanças são esperadas no século XXI. Para Palm, estas mudanças têm produzido uma diversificação de motivos e interesses e, conseqüentemente, uma gama maior de diversos tipos de participantes em esportes, o que coloca o esporte de competição como mais uma atividade dentre uma ampla lista de atividades. Ele enumera seis desafios do esporte na Sociedade Pós-Moderna, em face das mudanças sócio-culturais que estamos vivendo: (1) a redução do papel do trabalho; (2) o aumento no número de idosos; (3) o aumento nos custos de saúde; (4) o impacto da violência; (5) o incremento da virtualização; e (6) o papel da globalização.

Também, em 1988, as Recomendações da UNESCO foram aprovadas por seus estados-membros quanto às mudanças da Carta Internacional de Educação Física e Desportos de 1978. Este documento recomendava o favorecimento de igualdade de acesso a todas as categorias de população, incluídos os deficientes físicos e mentais e os grupos menos favorecidos, como as mulheres e os pobres. Além destas recomendações, a Carta condenou o *apartheid* dentro e fora da África do Sul e qualquer forma de preconceito, intolerância e racismo, reforçando apelos humanitários de sua época. A partir da década de 1990, estas recomendações passaram a regular os princípios das práticas de exercícios e jogos.

No Brasil, no início da década de 1990, promoveu-se uma nova legislação esportiva brasileira que substituiu a Lei Nº 6.251/75, representada pela Lei Nº 8.672/93 (Lei Zico). Segundo Tubino (1996, p. 94), “esta lei, pelo que tudo indica, promove profundas modificações estruturais no esporte brasileiro, dando contornos definitivos ao processo de contestação e ruptura iniciado em 1985. Agora com esta nova legislação ressurgem a esperança de um futuro mais democrático, mais participativo, e por que



não dizer, mais promissor para o esporte brasileiro”. Destacamos desta lei a referência à destinação de recursos para o esporte na qual se identifica uma melhora quantitativa. Com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP), surgem novas perspectivas para a promoção dos brasileiros através do esporte. A legislação também prevê a criação e assegura benefícios fiscais específicos destinados a fomentar as práticas físicas e esportivas, como direito de todos e pela livre iniciativa. Como conseqüência, intensificou-se, nesta década, a implementação de PIS com referência de inclusão social e promoção de cidadania pela livre-iniciativa. Em 1998, a Lei Nº 8.672/93 (Lei Zico) foi substituída pela Lei Nº 9.615 (Lei Pelé).

Mais recentemente, a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. De acordo com o artigo 1º desta Lei: “Até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pela pessoa física, ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte”.

Desde então, o Ministério do Esporte dentro da sua Política Nacional de Esporte tem tratado do esporte em quatro níveis: Esporte Social, Esporte Educacional, Esporte de Alto Rendimento e Recreação e Lazer. O Esporte Social, nesta abordagem, tem sido, sobretudo, entendido como instrumento de inclusão social; ou seja: em todos os tipos de esporte, há o fator inclusão social, mas há, também, uma política específica para este fator. Esta nova organização político-administrativa reflete o avanço conceitual do esporte e das formas de organização política direcionada para a tomada de ações de forma setorial. Nota-se que além das instituições governamentais, outras instituições, como ONGs (organizações não-governamentais), entidades privadas e religiosas, atuam isoladas ou em parceria para promover ações relativas à inclusão social pelo esporte.





Inclusão social é um valor do esporte atual que estimula a participação de grupos vulneráveis tal como acontece com a terceira idade

O primeiro e significativo levantamento de inclusão social pelo esporte foi apresentado no *Atlas do Esporte no Brasil* (2005). No *Atlas*, o capítulo de Inclusão Social é apresentado com os seguintes textos: “A História e Conceitos dos Projetos de Inclusão Social” (Heloisa G. P. Nogueira, Nilda Teves, Leonardo Mataruna & Lamartine DaCosta); “Os Projetos Esportivos de Inclusão Social-PIS para Crianças e Jovens” (Marta Corrêa Gomes & Marcio Turini Constantino); “O Esporte, Atividades Físicas e Inclusão Social para Idosos” (Alfredo Faria Junior, Ivone Cogo, Rafael Botelho, Gustavo Gonçalves, Cardozo, Ana Paula Sousa da Silva, Regina Celi Lema Santos, Paulo Farinatti, Marcos Avellar do Nascimento, Ana Cláudia Romeu Craveiro, Silvio Telles, Marieni Bello Corrêa, Alessandra Brod, Eduardo Pires Rodrigues, Edmundo de Drummond Alves Junior & Ivanete Oliveira); “O Esporte e Inclusão Social para Surdos, Deficientes Visuais, Portadores de Nanismo, Esporte Adaptado, Paraolimpíadas e Olimpíadas Especiais (Leonardo Mataruna, Celby Rodrigues Vieira dos



Santos, Heloisa Nogueira, Fernanda Costa & Silva, Waleska Rocha de Souza, Ciro Winckler de Oliveira Filho, Mário Sérgio Fontes, José Julio Gavião de Almeida, Claudia Aparecida Stefane, Efrain Maciel e Silva, Sérgio José de Castro & Luciana de Oliveira). Com base nessas fontes, são apresentadas a seguir as políticas e ações de inclusão social pelo esporte para crianças e jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, mulheres, e trabalhadores com base resumida dos capítulos do *Atlas do Esporte do Brasil* (2005).

Inclusão Social pelo Esporte – Crianças e Jovens

De acordo com informações adquiridas no site oficial do Ministério dos Esportes do governo federal (http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp), tomando o esporte como fator de inclusão social, é prioridade atender o universo de 32 milhões de crianças e jovens, de 0 a 17 anos de idade, que vivem em situação de pobreza absoluta, ou seja, originários de famílias cuja renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa. Outro pressuposto importante é de que a essas crianças e jovens tem sido negado o direito constitucional de acesso a atividades de esporte e lazer, sendo possível, segundo esta fonte, corrigir esta distorção. Para este propósito, os programas que estão em execução têm revelado por seus resultados o caminho mais rápido para a inclusão social das populações marginalizadas. Na corrente década de 2000, têm sido realizados pelo governo federal três Programas Esportivos na área de inclusão social que atendem crianças e jovens: (i) Programa Esporte Solidário, (ii) Navegar e (iii) Segundo Tempo. Este último, iniciado no dia 3 de outubro de 2003, está ainda em fase de implantação e já em 2005 atendia 516.700 crianças e adolescentes em 2.681 núcleos em todo o país. Estes programas têm se descentralizado nos estados e municípios, o que fica bem exemplificado no Programa Esporte Solidário, que chegou a atingir 783 municípios no ano de 2001.



De acordo com Gomes & Turini (2005), além da parceria com o governo federal, os estados e municípios também têm seus próprios PIS, conforme o desdobramento da Constituição Federal nas Constituições dos estados e municípios. Consta-se, ainda, que hoje os PIS estão sendo desenvolvidos pela iniciativa privada e por ONGs, apoiadas por pessoas físicas ou grupos, com subsídios de órgãos nacionais e/ou internacionais do setor público e/ou privado. Na instância das ONGs, podem-se destacar algumas iniciativas de grande repercussão, como o Projeto Virando o Jogo e Dois Toques, da Fundação Gol de Letra com apoio do UNICEF, e o Projeto Educação pelo Esporte, do Instituto Ayrton Senna. As empresas privadas estão sendo cada vez mais questionadas quanto à sua responsabilidade social que assumem diante dos pressupostos dos direitos sociais e cidadania, previstos na Constituição de 1988. A Constituição também prevê leis específicas de incentivos fiscais para empresas do setor privado com interesse em realizar investimentos na área social. Destaca-se, neste caso, o Projeto Vila Olímpica da Mangueira (Rio de Janeiro-RJ) de iniciativa da empresa Xerox do Brasil. Identificam-se ainda projetos com iniciativa de pessoas físicas sem fins lucrativos como, por exemplo, o da Associação Gurupiense dos Amigos do Basquete (AGAB), realizado na cidade de Gurupi, Tocantins.

Em geral, o sentido de cidadania dos PIS para crianças e jovens está centrado na ampliação de oportunidades segundo o oferecimento de um conjunto de atividades multidisciplinares. Em conjunto com as atividades esportivas e de lazer estão normalmente presentes as atividades artístico-culturais, atividades de orientação para o trabalho, de assistência médica básica, de complementação alimentar e aulas de informática (inclusão digital). Ressalta-se que cada PIS apresenta características peculiares que enfatizam um determinado objetivo: a iniciação esportiva, o treinamento esportivo e a ocupação do tempo livre e/ou prática esportiva habitual, dependendo das demandas socioculturais relacionadas ao grupo-alvo atingido.

Em 2003, foi realizado em São Paulo o Seminário Internacional Esporte e Cidadania: Ações Sócio-Culturais para a Cidadania, o qual endossa, de acordo com a transcrição a seguir, a perspectiva dos PIS na atualidade: “A recor-



rência e o agravamento de problemas sociais, notadamente nos grandes centros urbanos, tem impedido agentes públicos e privados, comprometidos com a causa da inclusão social, a um posicionamento mais ativo, porque estão preocupados com a eficiência dos meios e a eficácia dos resultados. É indispensável vislumbrar-se uma efetiva implementação de ações capazes de responder às demandas socioculturais de crianças e jovens, de adultos e idosos, ainda hoje colocados à margem dos benefícios da sociedade. Uma das vias pressupostas deste exercício de cidadania seria prática habitual, o aprendizado e a manutenção de políticas esportivas, mas também multidisciplinares, destinadas, sobretudo, às crianças e adolescentes. Diante desse quadro de preocupação, o SESC e a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, realizam um Seminário Internacional Esporte e Sociedade - Ações Sócio-Culturais para a Cidadania.(Seminário Internacional Esporte e Sociedade - SESC Vila Mariana)''

Para uma melhor avaliação do tema inclusão social e esporte, Gomes & Turini (2005) apresentaram uma estimativa percentual mínima de crianças e jovens atendidos em PIS no Brasil em 2003, incluindo-se as iniciativas governamentais, não-governamentais (ONGs) e privadas. A população brasileira de crianças e jovens (7 a 17 anos) em 2003 foi de 36.992.374 (IBGE / Diretoria de Pesquisas / Departamento de População e Indicadores Sociais, 2003). De acordo com os autores, o número de crianças e jovens atendidos em PIS no Brasil foi de 1.936.030 e a estimativa percentual mínima de crianças e jovens atendidos em PIS no Brasil foi de 5,2%. As iniciativas governamentais são as mais substantivas neste setor, principalmente com o apoio do governo federal. A média de atendimento de crianças e adolescentes de 2001 a 2003 nos principais programas do governo federal naquela época – Navegar, Esporte Solidário e Esporte na Escola – foi de 613.287 e a média de profissionais envolvidos de 2001 a 2003 foi de 3.148.

Inclusão Social pelo Esporte – Idosos

Faria Junior e colaboradores (2005) identificam como uma das primeiras manifestações públicas e inclusivas de atividades físicas para idosos



as aulas de ginástica radiofônicas do professor Oswaldo Diniz Magalhães no programa *A Hora da Ginástica* realizadas na praia de Copacabana, em 1932. Nessas ocasiões, ao se reunirem pessoas de todas as idades em um único agrupamento, possibilitou-se a adesão de idosos com mais de 60 anos à prática da ginástica. As aulas foram realizadas graças à parceria entre a Rádio Victor do Brasil e a Sociedade Rádio Nacional, e transmitidas do serviço de salvamento da saúde pública na praia de Copacabana. Em sua época (décadas 1930- 1970), as aulas de ginástica do programa do professor Oswaldo Diniz Magalhães constituíram um dos principais veículos promotores da prática de atividades físicas de massa - incluindo principalmente adultos e idosos - realizando exercícios em casa, no trabalho ou outros locais. Em 1936, realizavam-se competições de atletismo para veteranos no Parque Trianon, em São Paulo (GOBBI, 1990 apud FÁRIA JUNIOR, 2005). Na década de 1940 a Associação Cristã de Moços (ACM) embora sem trabalho específico para idosos, aceitava pessoas mais velhas em suas classes (FÁRIA JUNIOR, 1999).

Em 1970, no município de Itapira-SP, foram ampliadas as ofertas fora das escolas e clubes, atendendo a toda a população em parques e áreas livres. Pessoas de várias idades se reuniam, ao ar livre para a prática de atividades físicas. Outras iniciativas na década de 1970 foram importantes para incluir pessoas idosas na prática de atividades físicas: o SESC oferecia aulas de ginástica e programas de adaptação de diferentes esportes (voleibol, basquetebol) para pessoas de 40 a 90 anos, com predominância de mulheres; com a campanha Mexa-se, a Rede Globo procurou mobilizar toda a população para a prática de atividades físicas; e a Campanha Esporte para Todos, que incluiu o esporte de massa entre as áreas prioritárias.

De acordo com Faria Junior e colaboradores (2005) as principais atividades físicas, esportivas e de lazer que incluíram idosos na década de 1980 foram: (i) em Belo Horizonte, o Projeto Movimento, que reunia os corredores até 30 anos; entre 30 e 39 anos; entre 40 e 49 anos; entre 50 e 59 anos e acima de 60 anos; (ii) a Macroginástica (Domingo Alegre, Domingo Feliz, Manhã de Recreio e Dia Alegre), que reunia pessoas de



diversas idades e condicionamento físico; (iii) a Matroginástica de Canavieiras-BA (1979), que reuniu 2.000 pessoas “com idades entre 2 e 60 anos”; (iv) o Projeto Recreação e Lazer orientado em Praças e Quadras de Esporte (Florianópolis-SC, 1980), com a participação de 50.000 pessoas entre 4 e 60 anos; (v) a Caminhada de Mogi- Mirim a Itapira-SP (1981), com “210 pessoas, de 7 a 79 anos”; (vi) a Rua de Lazer-Gincana, em Chapecó-SC, que incluía pessoas com mais de 60 anos; (vii) a corrida de 8 km (Aracaju-SE, 1982), com “680 corredores jovens, crianças e idosos de até 68 anos de idade”; (viii) a Travessia da Lagoa de Araruama - RJ (1980), que reuniu “900 nadadores, desde crianças até os mais velhos e experientes de 70” e (ix) o 1º Torneio Master, no Clube Regatas do Flamengo, com a participação de 524 nadadores.

Na década de 1980 começaram a ser oferecidas formal e amplamente atividades exclusivas para idosos. Podemos citar entre outras: Manhã de Lazer - 600 idosos (Palmeiras dos Índios-AL, 1980); a ginástica no Solar Colombino (Projeto Rondon/ESEFEGO, 1982) -; o 1º Evento de Esportes para Todos (Xapuri-AC, 1983) com “mais de 250 idosos acima de 60 anos”, jogando “dominó, baralho, dama e futebol e dança”; o projeto Todos Podem Fazer, da Secretaria de Educação e Cultura-PB, no Lar da Providência. Em 1984, foi criado no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIEATI) que passou a reunir, sob a liderança do professor José Francisco Dias, o Juca, Grupos de Atividades Físicas para Idosos (GAFTI), tendo o Grisalhas da Primavera sido o primeiro. Além disso, ainda em 1986, o NIEATI inverteu a ordem que adotara, qual seja, ao invés de somente ir em direção à comunidade, como no caso do projeto GAFTI, criou o Projeto Idoso, Natação e Saúde. Em 1989, procurando também reverter a forte tendência do entusiasmo inconseqüente, foi criado por Alfredo Faria Junior o projeto Idosos em Movimento - Mantendo a Autonomia (Projeto IMMA), que começou a funcionar no município do Rio de Janeiro. O Projeto IMMA, além das atividades de intervenção, introduziu atividades de pesquisa e capacitação de profissionais para o trabalho com idosos (FARIA JUNIOR; RIBEIRO, 1995). Apesar destes esforços, em âmbito legal a Constituição Brasileira



(Brasil Assembléia Nacional Constituinte, 1988) e a resultante Constituição do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, não fizeram qualquer referência específica à atividade física para idosos (FARIA JUNIOR, 2005).



Projetos Esportivos de Inclusão Social (PIS): Idosos

A Resolução nº 46/91 das Nações Unidas de 1991, contendo os “Princípios das Nações Unidas para o Idoso: acrescentando vida aos anos que foram acrescentados à vida”, foi uma importante declaração que gerou princípios e motivações para que diferentes governos incorporassem atividades físicas nos seus programas sociais. No Brasil destacam-se os trabalhos do SESC em todo Brasil; municípios pequenos como Guaçuí, no Espírito Santo, mantinham projetos, como o Grupo Bem Viver, que desde 1992, atende cerca de 150 idosos, com Jorge Luiz de Carvalho; em Santa Maria-RS, em 1993, o NIE-ATI/UFSM implantou o projeto Movimento e Vida - Atividades Físicas e Recreativas em Asilos, iniciado em três grandes asilos para idosos do município.



Em 1994 foi sancionada a Política Nacional do Idoso (Brasil, Lei nº 8.8842/94), visando a “incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade”. Dois anos depois o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, regulamentou a Política Nacional do Idoso, e em 1997, foi tornado público o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. Com o apoio do Ministério do Esporte e Turismo, 12 municípios brasileiros implantaram núcleos de atividades físicas para idosos atendendo 2.500 idosos. Por intermédio do Programa Vida Ativa na Terceira Idade, em 1999, foram atendidos 5.058 idosos em 13 municípios de nove estados brasileiros (Faria Junior e colaboradores, 2005). Em 1995 e 1996, no estado do Paraná, destacaram-se algumas ações: Maior Idade em Ação (Correndo/ Caminhando/ Pedalando/ Trucando); Mini-Maratona (115 municípios participantes); Caminhando com a Maior Idade (111 municípios participantes); Festival de Truco (149 municípios participantes); Passeio Ciclístico (151 municípios participantes). Houve também apoio para eventos e manifestações municipais vinculados ao esporte e lazer (CACHEL; KORI-TIAK; KUSTER, 1996).

Mais recentemente, o Ministério do Esporte tem apoiado sistematicamente os municípios em PIS voltados para idosos. Em 2000, foram atendidos 15.611 idosos, em 48 municípios de 11 estados brasileiros e, em 2001, foram atendidos 18.915 idosos, em 43 municípios de 12 estados brasileiros. Podemos citar como exemplos vivências de expressão corporal, danças – de salão e regionais – e atividades lúdicas para “pessoas que estão na faixa etária entre 55 e 85 anos”. Em 2003, com o apoio do Ministério do Esporte e Turismo (denominação da época) foram atendidos 23.550 idosos, em 52 municípios de 12 estados brasileiros. Note-se que o Programa Vida Ativa para a Terceira Idade, do Ministério do Esporte e Turismo, foi fundamental para manter muitas das atividades físicas para idosos que vinham sendo oferecidas em todo o país (FARIA JUNIOR, 2005).



A situação atual indica ofertas de atividades físicas organizadas por secretarias estaduais e/ou municipais, universidades e/ou Instituições do Ensino Superior (IES) (públicas e privadas), academias, clubes e ONGs, em que em boa parte o apoio do Ministério do Esporte tem sido fundamental. Em termos quantitativos, Farinatti e Oliveira da Luz (2005) apresentam um mapeamento preliminar e parcial realizado entre 2003 e 2004 em que o número de idosos atendidos em PIS em todo Brasil foi de 72.015 pessoas em 177 núcleos de atividades.

Inclusão Social pelo Esporte – Portadores de Necessidades Especiais

Acompanhando o passado filantrópico da inclusão social, aqui observado anteriormente, têm sido identificadas ações de inclusão social pelo esporte para portadores de necessidades especiais desde o século XIX. As iniciativas verificadas atingem surdos, deficientes visuais, portadores de nanismo, esporte adaptado, paraolimpíadas e olimpíadas especiais.

Mataruna e colaboradores (2005) apresentam exemplos de Jogos voltados para surdos entre o século XIX e XX. No plano internacional, em 1924 ocorreu a participação de França, Bélgica, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Itália, Romênia, Polônia e Tchecoslováquia na primeira Olimpíada Mundial dos Surdos, uma espécie de Jogos Olímpicos para deficientes auditivos. Em 1931, acontecem os 3º Jogos Internacionais do Silêncio em Nuremberg, Alemanha. No Brasil, em 1937, foi construído o ginásio poliesportivo do INES, que possibilitou cada vez mais o atendimento a alunos do Instituto e o desenvolvimento das atividades físicas. Esse ginásio passou a influenciar a compreensão da importância da prática de atividades físicas para a qualidade de vida da comunidade surda. Os registros de atividade física formal para cegos são identificados no final do século XIX com aulas de ginástica no Instituto Benjamim Constant (IBC), no Rio de Janeiro-RJ, se consolidando somente no início do século seguinte. A prática não-formal esportiva para pessoas portadoras de deficiência física



remonta aos tempos que antecedem a Abolição da Escravatura no país e apontam para práticas de lazer, como o ato de deslocar-se dentro da água, algo como uma forma de natação, e a pescaria como as prováveis atividades físicas iniciadas por pessoas cegas no Brasil.

Em outro enfoque, declaram Mataruna & Barros (2005, p. 650) que as “atividades físicas para portadores de nanismo no sentido de inclusão social são um movimento bastante recente. A primeira associação a reconhecer a necessidade de pessoas de baixa estatura foi a Finlândia”. Para os autores, o Brasil ainda não possui uma associação que promova a inclusão social de pessoas de baixa estatura por provavelmente ainda ser reduzido número de indivíduos portadores de nanismo no país. Os primeiros jogos, com o estilo das olimpíadas para atletas com inabilidades, foram organizados pela primeira vez em Roma, em 1960. O Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) foi criado em 1989, na Cidade de Düsseldorf, Alemanha, e o Comitê Paraolímpico Brasileiro em 1995, na cidade de Niterói-RJ, tendo como Presidente João Batista de Carvalho.

O número de PIS para portadores de necessidades especiais ainda não é significativo no Brasil, mas tende a crescer nos próximos anos, conforme as fontes acima consultadas. Entre os grupos-alvo atendidos na classificação de inclusão social, os PIS para portadores de necessidades especiais são os que existem em menor quantidade. Um exemplo a ser citado é o de Flávio Canto, medalhista olímpico brasileiro, que desenvolve no Rio de Janeiro um PIS de judô para surdos. Outro destaque é o do projeto iniciado no ano de 1994 na cidade de Curitiba, que permite atualmente a distribuição de bolas para cegos e atende a diversos países no mundo. Hoje, a cada ano são distribuídas 2.074 bolas de futebol para cegos.

As bolas brasileiras são utilizadas em todas as competições internacionais na atualidade. Elas são desenvolvidas pelo Programa Pintando a Liberdade, no qual presidiários confeccionam materiais esportivos. No Rio de Janeiro, desde 2003 o professor Sérgio José de Castro tem tentado criar a Associação Brasileira de Esporte para Anões (ABEPA), a fim de proporcionar a prática de esportes adaptados e atividades socioculturais para



pessoas de baixa estatura. Os esportes mais praticados por portadores de nanismo no Brasil são o futebol e o futsal e, no mundo, a natação. Há indícios de que o futebol seja o mais inclusivo para homens no Brasil. De acordo com Mataruna & Barros (2005), o município de Caxias no Estado do Rio de Janeiro é o local que possui o maior número de portadores de nanismo fazendo atividade física, tais como musculação e ginástica.

De acordo com os autores revisados, as iniciativas de inclusão social pelo esporte para portadores de necessidades especiais no Brasil estão voltadas principalmente para formação de atletas e promoção de competições. Em Sydney, Austrália, ocorreram os Jogos Paraolímpicos de Verão (18 a 29 de outubro de 2000) com a presença de 4.000 atletas. O Brasil contou com 102 pessoas envolvidas, sendo 65 atletas e 37 assistentes do setor administrativo, técnico, médico e de apoio. De acordo com Stefane, Maciel e Silva, Mataruna & De Castro (2005), a Confederação Brasileira de Desporto de Participação conta com 14 associações estaduais filiadas com mais de 130 núcleos distribuídos em 75 cidades e a estimativa de 20.000 atletas portadores de necessidades especiais participantes e 4.500 técnicos, em 16 modalidades esportivas.

As experiências e interpretações teóricas aqui relatadas, embora não exaustivas, tanto no que diz respeito ao Brasil como ao âmbito internacional, sugerem que a inclusão social está definitivamente incorporada às práticas esportivas, respeitando-se diferenças entre grupos sociais e especificidades de cada grupo. E como tal, estas práticas renovadas obedecem a princípios norteadores por vezes transferidos de setores humanitários religiosos, de direitos sociais e políticos, de educação para todos, de intervenções terapêuticas, etc. Nesse viés, a inclusão se estabelece pelas diferentes formas de intervenção e adequação aos interesses e necessidades da prática esportiva. Por outro lado, podemos também afirmar que a incorporação do esporte pelos domínios da inclusão social pressupõe a sua valorização como um bem social e cultural, tornando-o por si só um valor social que deve ser compartilhado e garantido. Os princípios, neste caso específico de inclusão social, traduzem valorização de novas posturas de intervenção, tendo, portanto, significados axiológicos.



Há então uma transvalorização – expressão de uso em filosofia – em que surge uma nova fonte de referência para ideais e julgamentos socioculturais, que, no caso da inclusão, tem passado de preconceitos e desvalorização de certos grupos sociais para seus opostos. A própria dinâmica sociocultural e suas demandas vão produzindo uma dupla hermenêutica na relação esporte e cultura, dando novas sínteses, novas significações, na medida em que o esporte é, ao mesmo tempo, produtor e reproduzidor de sentidos.

Na área do esporte, o exemplo histórico a citar é o do barão Pierre de Coubertin que, segundo DaCosta (2006), para consolidar o esporte vindo da Inglaterra do século XIX, dando-lhe uma amplitude universal (“todos os esportes, todas as nações”), transvalorizou o atletismo da Grécia Antiga atribuindo-lhe novos valores e significados. Daí a sobreposição da palavra “valor” nos textos deste restaurador dos Jogos Olímpicos da era moderna, com as expressões “princípios” e “ideais”:

Significativamente, Coubertin é o inventor da expressão “Esporte para Todos” como também se dedicou ao esporte do trabalhador após deixar o Comitê Olímpico Internacional, também fundado por ele, em meados dos anos de 1920. As valorizações positivas, assim sendo, foram as do indivíduo não-atleta e do proletariado constituído pela classe trabalhadora européia. Contudo, a visão coubertiniana é mais de valores do esporte do que no esporte, uma vez que o Barão em sua jornada de vida manteve seus preconceitos contra a mulher no esporte (MIRAGAYA, 2006), que será relatada no capítulo que se segue, como também não alcançou com seu ideário os deficientes físicos. Considerando as relações esporte, sociedade e cultura, tal posicionamento reflete não somente o lugar social ocupado pelo barão, mas o próprio contexto temporal e do direito civil ocidental, que não contemplavam na sua mais ampla dimensão a diversidade e a pluralidade como princípios incorporadores da inclusão social, frutos de um longo período de conscientização, lutas, reivindicações, discussões e novas configurações.



REFERÊNCIAS

CAMPOS, Rui. SESI: esporte e lazer. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DACOSTA, Lamartine P. A never-ending story: the philosophical controversy over Olympism. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 33, p. 157-173, 2006.

FARIA JR. et. al. Esporte e inclusão social: atividades físicas para idosos I. In: DACOSTA, Lamartine. **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

FARIA JR. et. al. Projetos de inclusão social I: história e conceitos. In DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

FARINATI, Paulo; OLIVEIRA DA LUZ, Leonardo. Esporte e inclusão social: atividades físicas para idosos III: uma tentativa preliminar de mapeamento regional. In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

GOMES, Marta; TURINI, Marcio. Projetos esportivos de inclusão social – PIS: crianças e jovens. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

MATARUNA, Leonardo; BARROS, Luciana. Inclusão social: esporte para portadores de nanismo. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

MATARUNA, Leonardo. et. al. Esporte e educação física de inclusão social: surdos. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.



MATARUNA, Leonardo. et. al. Inclusão social: esporte para deficientes visuais. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

MIRAGAYA, A. M. **The process of inclusion of women in the Olympic Games**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Física)–Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

PALM, Jurgên. **Ciclo de palestras proferidas como professor visitante do curso de mestrado em Educação Física da Universidade Gama Filho**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2000.

PARENTE FILHO, Marcos; FILHO, Álvaro; TUBINO, Manoel. **Esporte, Educação Física e constituição**. São Paulo: Livros que Constroem, 1999.

SANTOS, Júlio Maia F. Dimensões e diálogos de exclusão: um caminho para a inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-29.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESPORTE E CIDADANIA, 2003, Sesc, Vila Mariana, São Paulo. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp>.

STEFANE, Cláudia. et. al. Esporte adaptado, paraolimpíadas e olimpíadas especiais. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

TUBINO, Manoel. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: IBRASA, 1996.



Capítulo 4

Inclusão Social pelo Esporte: Mulheres



De acordo com Thompson (1999), o esporte moderno, sistematizado, como instituição foi criado na Inglaterra do século XIX pelo e para o sexo masculino. O papel das mulheres era apoiar e servir a esta instituição de forma que, com o seu trabalho, propiciassem que mais homens pudessem participar de atividades esportivas, enquanto elas estariam fora da prática. Em meio a muitas explicações para este tipo de atitude, duas parecem ser as mais fortes: (i) a falta de representação das mulheres na prática esportiva, que reflete as atitudes sexistas prevalentes numa sociedade patriarcal, desenvolvidas ao longo de séculos e (ii) esse comportamento é parte do sistema econômico capitalista que parece querer manter as mulheres como forma mais barata de mão de obra, forçando com que elas assumam várias jornadas. As mulheres teriam, então, pouco tempo disponível para a prática desportiva. O século XIX e, especialmente, o século XX representam uma era de muitas transições, mudanças e afirmação para as mulheres na medida em que passos importantes e decisivos foram tomados por algumas mulheres em relação à sua maior participação no esporte como atletas.

Segundo Mangan & Park (1987), coragem física, culto aos ideais da época dos grandes cavaleiros, afirmação, militarismo e patriotismo eram atributos de homens valorosos. Os ingleses da primeira metade da era Vitoriana (1837-1901) estavam mais preocupados com o caráter do indivíduo, que incluía valores como honestidade, abnegação, maturidade e integridade. Ao final do século XIX, entretanto, os valores cultivados passaram a ser mais relacionados com virtudes espartanas tais como autocontrole, robustez, virilidade e resistência. O culto à virilidade se transformou num fenômeno transatlântico na medida em que foi exportado para muitos países. Os ideais varonis dos ingleses vitorianos incluíam o homem realizador, o homem cristão e o masculino primitivo. Não por coincidência, muitas das características masculinas da época foram adicionadas à personalidade do barão Pierre de Coubertin (1863-1937), admirador da sociedade e dos esportes ingleses, assim como dos Jogos Olímpicos da Antiguidade (776 a.C. - 393 d.C.), que não incluíam mulheres entre os atletas e que exaltavam a coragem e a força física (MIRAGAYA, 2006). Às



mulheres cabiam atitudes e comportamentos que demonstrassem feminilidade através da graça, beleza, leveza, fragilidade, gentileza, doçura, exatamente o oposto do que era esperado dos homens. Este é caso das classes mais favorecidas da população, pois as mulheres empregadas como serviçais executavam todo o trabalho físico doméstico.

O esporte moderno, organizado, surgiu então na era vitoriana, e as escolas públicas para meninos proveram o meio ideal para sua organização e codificação. Os alunos do sexo masculino freqüentavam escolas onde se praticavam esportes e se educavam meninos para seguirem determinados tipos de comportamento muito próprios aos pensamentos da época. As escolas públicas para meninas não ofereciam a mesma qualidade em educação, porém auxiliavam na preparação de futuras esposas, mães e donas de casa. As meninas faziam muito pouca atividade física através de jogos e brincadeiras porque o objetivo era outro (MIRAGAYA, 2006).

As atitudes da classe médica reinante na Inglaterra eram, em sua maioria, desfavoráveis à participação da mulher em atividades físicas e esportivas, e foram consolidadas através de debates sobre medicina e anatomia que cresciam na época devido aos avanços da ciência, dominada por homens (POLLEY, 1998). Havia teorias que mantinham as mulheres longe da prática de atividades físicas e esportivas. A teoria da 'força vital' ou da 'preservação de energia' apregoava que as pessoas nasciam com toda a energia que seria consumida durante sua vida. Como a função principal da mulher da época era de procriadora, se elas praticassem atividades físicas, não poderiam casar e ter filhos, pois não teriam energia para exercer essas funções, determinadas pela sociedade. Isto em muito desencorajava mocinhas que gostavam de praticar atividades físicas, porém não queriam ficar sem um par. É importante mencionar que a mulher dependia do homem em termos financeiros, legais e políticos. Logo, as mulheres precisavam se casar e ter filhos para que pudessem sobreviver. Por conseqüência, a prática esportiva não era vista com bons olhos e as mulheres que praticavam esportes eram discriminadas, o que contribuiu em muito para que elas se afastassem do esporte ou ficassem 'invisíveis' em suas práticas (MIRAGAYA, 2006). Os conceitos instituídos



pela classe médica inglesa da época, constituída somente por membros do sexo masculino, se tornaram princípios que tiveram um efeito longo e profundo na sociedade britânica e nas sociedades influenciadas pela cultura britânica. Este foi o caso do Brasil, que em meados do século XIX recebeu maior imigração inglesa por conta das oportunidades de negócios desenvolvidas pelo império (GARRIDO, 2005). As mulheres eram criadas para o casamento, para o lar e para ter filhos, deveriam se comportar de maneira graciosa, não suar, vestir-se discretamente sem mostrar o corpo, demonstrar sua fragilidade, saber administrar uma casa, lidar com afazeres domésticos, e, sobretudo, não comprometer a hegemonia masculina. A prática do esporte, como era o pensamento corrente na época, faria com que a mulher se igualasse ao homem, o que não era desejado, por causa da teoria dos opostos: o homem era o oposto da mulher. O homem era forte porque a mulher era fraca e deveria continuar deste jeito para que o patriarcalismo e a hegemonia masculina pudessem ser mantidos. Entretanto, outras sociedades tinham outras culturas e outras teorias, como a sociedade alemã, que cultivava a ginástica e preconizava que mulheres fortes que praticavam ginástica teriam filhos fortes. O Brasil também recebeu imigração alemã, principalmente localizada em São Paulo e nos estados do sul.

Quando se fala da inclusão e da participação das mulheres no esporte é possível a utilização de um parâmetro ou índice que demonstre ou meça este processo. Um dos principais parâmetros é a participação de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos uma vez que para participar de competições de alto rendimento há uma longa estrada que leva a atleta desde a simples prática diária por diversão até a prática em um clube, sua federação e uma carreira estruturada com uma base bastante ampla de prática e treinamento direcionado. O fato de que mais mulheres participam dos Jogos em várias modalidades significa que há cada vez mais mulheres naquela prática.

A prática do esporte sistematizado consolidou-se com a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894 pelo barão Pierre de Coubertin, e com a instituição dos Jogos Olímpicos (1896). O francês Coubertin nutria



muita admiração pela Inglaterra, especialmente pela prática de esportes, que não incluía mulheres. Quando dos primeiros Jogos Olímpicos (1896 em Atenas), a inclusão de mulheres atletas não havia sido nem pensada em fins do século XIX, porque as mulheres que praticavam esportes eram poucas e 'invisíveis' aos olhos de sociedades preconceituosas (MIRAGAYA, 2006). As primeiras mulheres que participaram como atletas dos Jogos Olímpicos o fizeram em 1900 devido a problemas do comitê organizador. É importante ressaltar que eram mulheres de classes altas e que dispunham de meios financeiros para adquirir equipamentos tais como raquetes de tênis e tacos de golfe, esportes da elite da época, pagar mensalidades a clubes exclusivos e bancar viagens a outros países para competirem, pois não havia patrocínios para elas. A partir das primeiras participações femininas, outras vieram e as mulheres, que já passavam na Europa por uma revolução de costumes, de emancipação e inclusão, instituíram um processo de pressão no COI para terem seus esportes incluídos nos Jogos buscando o direito de igualdade de participação. A francesa Alice Milliat foi a primeira empreendedora olímpica, criando os primeiros Jogos Olímpicos Femininos em 1922 (MIRAGAYA, 2007).

Com o processo de emancipação feminina em alguns países europeus, que se iniciou em fins do século XIX, e as mulheres conquistando o direito ao voto, houve um aumento da participação feminina no esporte. Esse movimento não demorou a chegar a terras brasileiras e logo havia mulheres utilizando roupas mais confortáveis, pedalando, praticando tênis, turfe, natação. Observa-se que algumas moças começaram a praticar esportes, especialmente aquelas oriundas de famílias de imigrantes. Da mesma forma como ocorreu na Europa, mulheres que tinham meios financeiros eram as que mais praticavam atividades recreativas e esportivas.

A primeira equipe esportiva feminina do Brasil foi a de Bolão (boliche) em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, criada em 1918. Segundo Teixeira (2001), "Em 1896 foi fundado o 14 de Abril. É o segundo mais antigo grupo de Bolão da América do Sul, e o sugestivo Violeta Arco-Íris, formado exclusivamente por mulheres, existe desde 1918". Em tempo, o Bolão é o esporte das colônias alemãs do Rio Grande do Sul.



Um ano mais tarde, em 1919, Blanche Pironnet Bezerra foi a primeira mulher a participar numa competição de natação no Rio Tietê (São Paulo) na ocasião de festas do Clube Espéria. Blanche, filha de imigrantes belgas, tinha 16 anos e praticava natação como lazer e nesta competição tirou o primeiro lugar, concorrendo contra homens (*Atlas do Esporte no Brasil*, 2005). A natação era um dos esportes mais recomendados na época, especialmente para pessoas que tinham saúde considerada 'fraca'. Este foi o caso de uma menina, filha de imigrantes alemães, que começou a nadar em 1930, no rio Tietê, auxiliada pelo pai para melhorar a saúde e se tornou a primeira heroína olímpica brasileira, servindo de exemplo a muitas outras esportistas: Maria Emma Hulda Lenk, a primeira mulher sul-americana a ir a uma Olimpíada, em 1932, em Los Angeles (MIRAGAYA, 2007b). Neste ano as mulheres brasileiras também conseguiram a cidadania através do direito ao voto, o que fortaleceu a igualdade de participação das mulheres nos esportes. O exemplo de Maria Lenk e a influência dos Jogos Olímpicos Femininos criados por Alice Milliat se materializaram, em 1935, na organização dos Jogos Femininos do Estado de São Paulo, como a primeira 'olimpíada' feminina do Brasil. Tavares & Portela (1998) resgataram dos arquivos doados por Maria Lenk à biblioteca da Universidade Gama Filho fontes primárias (jornais) que revelam o processo de organização desses jogos, num movimento autêntico de inclusão feminina que reuniu 150 mulheres em várias modalidades esportivas, consolidando o aumento de ofertas de esportes femininos no Brasil. No ano seguinte, 1936, Maria Lenk voltou aos Jogos Olímpicos com mais cinco atletas brasileiras, em Berlin

No entanto, a alegria das mulheres de poder participar em atividades físicas e esportivas passou a não incluir todas as modalidades, visto que o governo de Getúlio Vargas (Estado Novo - 1937-1945) instituiu em 1941 o Decreto Lei 3199 que criou o Conselho Nacional dos Desportos, que ficou em vigor até 1975. Este decreto tinha no artigo 54 uma recomendação baseada nos princípios médicos e higienistas do século XIX: "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza". Porém, o Conselho Nacional de Desportos (CND) somente



regulamentou este decreto em 1965 através da Deliberação 7, estipulando: “Não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e baseball”. Cabia às mulheres uma única alternativa, a prática de outras atividades esportivas. O decreto foi revogado em 1979, através deliberação nº 10 do CND.

Segundo Mourão (1998), Mario Filho criou em 1949 os Jogos da Primavera, jogos similares às Olimpíadas Femininas, que até os dias atuais ocorrem em setembro no Rio de Janeiro. Os Jogos da Primavera foram tão bem sucedidos que houve desenvolvimento de versões em outros estados da federação. Para que pudessem participar desses Jogos, as instituições às quais as moças eram vinculadas, associações, colégios, clubes, escolas deveriam entrar em contato com o Jornal dos Sports através de ofício, sem, no entanto, designar as modalidades esportivas. Essa foi a estratégia que o Jornal utilizou para incentivar as moças às várias práticas esportivas de acordo com seu gosto e interesse de forma a estimular a socialização com o esporte. Na realidade, qualquer atleta, registrada ou não nas federações esportivas, poderia se inscrever. Esse fato também garantia o caráter de democracia do evento, já que não discriminava a participação das atletas que já praticavam várias modalidades esportivas. É interessante notar que as mulheres, em princípio, não buscavam as atividades esportivas que seriam consideradas ‘inadequadas’ pela legislação vigente e pelos usos e costumes da sociedade da época. É possível deduzir daí a manutenção de preceitos que haviam sido estabelecidos no século XIX e que foram perpetuados através da cultura, hábitos, usos e costumes. A própria escolha da rainha e princesas dos Jogos da Primavera simbolizava a presença da graça e da beleza, da juventude que tanto brilhou nas competições, preservando características e virtudes que sempre foram ligadas às mulheres. Os Jogos da Primavera representaram um processo contínuo de inclusão da mulher brasileira em esportes e atividades físicas por mais de 50 anos (MOURÃO, 1998).

O Brasil retomou em 1948 sua participação nos Jogos Olímpicos e foi representado nas Olimpíadas de Londres (1948) por 11 mulheres e



70 homens; em Helsinque, na Finlândia, (1952) por 5 mulheres e 103 homens; por 47 homens e apenas uma mulher (Mary Dalva Proença, competiu na plataforma, classificando-se em 16º lugar); em 1956, em Melbourne (Austrália); e por 80 homens e uma mulher (Wanda dos Santos no atletismo) em 1960 em Roma.

O ano de 1960 foi também marcado pelas vitórias da grande tenista brasileira, Maria Esther Andion Bueno, natural de São Paulo, que se tornou a primeira mulher a vencer os quatro torneios do Grand Slam (Australian Open, Wimbledon, Roland Garros e US Open). Foi apelidada de a 'rainha de Wimbledon'. Maria Esther conquistou 589 títulos em sua carreira, numa época em que o tênis era esporte amador.



Inclusão social pelo esporte no SESI: mulheres-trabalhadoras



Os Jogos Olímpicos de 1964 em Tóquio (Japão) assistiram Aída dos Santos, que mesmo sem técnico ou sapatilhas chegou à final olímpica, saltando 1,74m, ficando em 4º lugar. Os atletas do sexo masculino foram 67. Em 1968, aos Jogos Olímpicos do México foram 81 atletas masculinos e 3 atletas mulheres; em 1972, em Munique (Alemanha), foram 84 homens e 5 mulheres e em Montreal (Canadá) em 1976 foram 7 mulheres e 86 homens.

A década de 1980 mostrou progresso na evolução esportiva da mulher brasileira, o que pode ser verificado através dos números de inclusão e inserção dos Jogos Olímpicos. O número de mulheres atletas enviadas passou de algumas poucas nas décadas de 1950 a 1970 para 15 nos Jogos em Moscou (URSS) em 1980; 21 em 1984 em Los Angeles e 35 em 1988 em Seul (Coreia do Sul). O maior time feminino até então participou em 1992 em Barcelona (Espanha) com 51 mulheres atletas.

Se a visibilidade da inserção da mulher no esporte pode ser constatada através de sua participação nos Jogos Olímpicos, o Quadro 1 mostra o avanço em direção a uma emancipação esportiva. O Brasil só começou a participar dos Jogos Olímpicos de verão em 1920, mas não enviou representantes do sexo feminino. É possível notar um aumento no número de mulheres atletas participantes das delegações brasileiras a cada edição dos Jogos. Depois de 1972, o número de mulheres atletas participantes não parou de crescer, o que significa que houve no esporte de alto rendimento uma maior valorização feminina, com uma participação de quase 50% da delegação nos Jogos Olímpicos de Atenas. Esses números representam em termos comparativos a feminização do esporte brasileiro de alto nível, demonstrando que a mulher brasileira já se encontrava incluída em quase todas as modalidades olímpicas.



Quadro 4 - Participação de mulheres atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos

Jogos Olímpicos	Mulheres atletas	Homens atletas	Total	% de mulheres
1920, Antuérpia (Bélgica)	0	21	21	-
1924, Paris (França)	0	12	12	-
1928, Amsterdã (Holanda)	Não enviou delegação			
1932, Los Angeles (EUA)	1	66	67	1,5
1936, Berlin (Alemanha)	6	88	94	6,4
1948, Londres (Inglaterra)	11	70	81	3,6
1952, Helsinque (Finlândia)	5	103	108	4,6
1956, Melbourne (Austrália)	1	47	48	2,1
1960, Roma (Itália)	1	80	81	1,2
1964, Tóquio (Japão)	1	67	68	1,5
1968, Cidade do México	3	81	84	3,6
1972, Munique (Alemanha)	5	84	89	5,6
1976, Montreal (Canadá)	7	86	93	7,5
1980, Moscou (URSS)	15	94	109	13,8
1984, Los Angeles (EUA)	22	129	151	14,6
1988, Seul (Coreia do Sul)	35	135	170	20,6
1992, Barcelona (Espanha)	51	146	197	25,9
1996, Atlanta (EUA)	66	159	225	29,3
2000, Sydney (Austrália)	94	111	205	45,9
2004, Atenas (Grécia)	122	125	247	49,4

Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (2007)



A década de 1990 mostra muitos resultados positivos para o esporte feminino de alto nível não somente nas Olimpíadas. As mulheres-atletas parecem também ter ocupado seu espaço nos campeonatos internacionais de várias modalidades, individuais e coletivas. Pode-se afirmar que a inclusão social da mulher como valor pelo esporte ocorreu inicialmente de forma lenta, inicialmente através das mulheres pertencentes às classes mais altas da sociedade, porém caminhou a passos largos a partir da década de 1990, na medida em que a mulher tinha mais acesso à educação e ao mercado de trabalho. Pode-se observar que houve então a participação generalizada em todos os esportes, incluindo aqueles ainda dominados por atletas do sexo masculino, como é o caso das lutas e dos esportes radicais (*Atlas do Esporte no Brasil*, 2005).

Numa época de mudanças sociais, em que a mulher iniciava sua inclusão no esporte de alto rendimento, o início do século XX também representou o início da inclusão da mulher-trabalhadora em atividades físicas e esportivas em alguns países. Em termos internacionais é importante citar a fundação da CSIT (Confédération Sportive Internationale du Travail), fundada na Bélgica em 1913, para garantir o direito à prática do esporte para trabalhadores e suas famílias, especialmente mulheres e crianças. A CSIT foi muito afetada pelas duas guerras mundiais e por outros problemas políticos europeus, porém conseguiu sobreviver e foi re-estabelecida em 1946, quando começou a ganhar importância (CSIT, 2007). Hoje a CSIT é uma organização internacional esportiva baseada em valores do movimento internacional do trabalhador: igualdade e solidariedade no esporte. Durante a última década, a CSIT tem crescido muito rapidamente no mundo inteiro com 35 sindicatos-membros de 29 países e com 12-14 milhões de membros individuais. Dentro do mundo do esporte internacional, a CSIT apóia qualquer trabalhador que se beneficie de atividades esportivas independentemente de suas qualificações, talentos, nacionalidade, idade, sexo e circunstâncias sociais. A CSIT trabalha em parceria com a GAISF (General Association of International Sports Federations), a ICSSPE (International Council of Sport and Physical Education) e a Comissão Internacional do COI (Comitê Olímpico Internacional) que coordena o Esporte para Todos (CSIT, 2007).



A CSIT é uma organização que visa promover e aumentar a oferta de atividades esportivas para os trabalhadores e desta forma se desenvolver num maior movimento internacional. Isto vai dar suporte ao cultivo dos valores para democracia, solidariedade e melhora da qualidade de vida através do esporte (CSIT, 2007).

O SESI é membro da CSIT e como tal tem participado desde 1995 de competições internacionais voltadas para o trabalhador, organizadas pelas entidades-membro da CSIT (Confederação Esportiva Internacional do Trabalho) e COPADET (Confederação Pan-Americana de Desporto do Trabalhador). Estes eventos são grandes oportunidades para intercâmbio cultural entre atletas de diversas nações. Muito além da prática esportiva em si, todos ganham com as ricas experiências, maior reconhecimento e auto-estima. Os eventos proporcionam grande integração e confraternização entre todos os envolvidos, constituindo também oportunidades únicas para divulgar as marcas das empresas no Brasil e no exterior (SESI, 2007). O SESI é o único representante oficial da CSIT na América do Sul. Desde sua filiação em 1996, a entidade passou a promover e participar anualmente de eventos do calendário da CSIT e COPADET (Confederação Pan-Americana de Desporto do Trabalhador), tendo levado dezenas de trabalhadores-atletas ao exterior, de onde trazem na bagagem mais títulos e medalhas, boas lembranças e mais experiência sociocultural acumulada (SESI, 2007). As mulheres-trabalhadoras do SESI têm participado cada vez mais de competições internacionais. De 1995 a 2007, segundo Rui Campos do SESI, (via correio eletrônico, em 23 de junho de 2007), houve 246 participações femininas do total de 724, o que representa 33,9% em várias modalidades conforme Quadro 5, percentual intermediário entre a participação feminina nos Jogos Olímpicos de Atlanta (29,3% em 1996) e de Atenas (49,4% em 2004). Em se comparando o número de atletas-trabalhadoras (246) com atletas olímpicas (282) entre 1996 e 2004, pode-se observar a proximidade de números, uma vez que as trabalhadoras-atletas competiram em um número menor de modalidades. Entretanto, é importante observar que o número de atletas masculinos nos Jogos Olímpicos entre 1996 e 2004 foi de 395 enquanto o número de trabalhadores-atletas



foi de 478. Pode-se concluir que o Brasil enviou mais trabalhadores-atletas masculinos para competições internacionais do que para os Jogos Olímpicos em termos de sexo masculino. Porém, o número de mulheres-atletas ficou bem próximo, um pouco abaixo com diferença de 0,87%.



Trabalhadoras-atletas na representação internacional das empresas brasileiras

No entanto, antes de haver participação internacional, é muito importante mencionar que o Sesi tem tradição em competições esportivas já que sempre acreditou no poder de transformação que o esporte exerce na vida dos trabalhadores e para isto estruturou o programa Sesi Esporte (SESI, 2007). O eixo principal deste programa compreende os Jogos do Sesi, em competições que reúnem, anualmente, mais de 1.000.000 de trabalhadores de ambos os sexos (números de 2006), que participam como atletas no Brasil e no exterior. Os torneios reúnem atletas de centenas de empresas nas em muitas modalidades (SESI, 2007).



Quadro 5 - Trabalhadoras-atletas que competiram internacionalmente 1995 - 2007

Modalidade	246 Atletas
Vôlei de quadra	80
Natação	70
Vôlei de praia	52
Atletismo	32
Tênis de mesa	8
Tênis de campo (só 2007)	4

Devido à sua importância, os Jogos do SESI são reconhecidos por organismos nacionais e internacionais do esporte e por diversas confederações, federações, empresas, prefeituras e atletas de renome. O SESI emprega esforços visando a excelência dos serviços prestados na área esportiva, para o trabalhador da indústria e seus dependentes, pois tem reconhecido o seu papel de disseminador de valores que refletem em melhores resultados na vida social e no trabalho dos envolvidos. O objetivo maior é fazer com que um número cada vez maior de pessoas seja beneficiado pelo esporte (SESI, 2007). As competições esportivas destinadas ao trabalhador-atleta industrial ocorrem em etapas municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais.

Os Jogos Nacionais fazem parte dos Jogos do SESI, o maior torneio esportivo de classe do país. A promoção do esporte como forma de colaborar para a produtividade do setor industrial é um dos alicerces da atuação da entidade. Esta vê na prática esportiva não somente uma forma de valorizar as habilidades individuais, mas também de resgatar a auto-estima, o espírito de equipe e dar destaque para a indústria do país, que encontra nos jogos um excelente veículo para exercer sua responsabilidade social. Na fase nacional, a competição reúne os trabalhadores-atletas que mais se destacaram nas etapas anteriores. Todas as empresas que contribuem para o SESI podem participar do torneio (SESI, 2007).





Mulheres-atletas-trabalhadoras participando dos jogos Sesi: integração nacional trabalhadores-empresas

A primeira competição oficial promovida pelo Sesi foi a dos Jogos Desportivos Operários, realizados pela primeira vez em 1947. A competição teve a participação de 2.500 atletas industriários de São Paulo, no Estádio Municipal do Pacaembu. Ao longo dos anos, o Sesi realizou vários eventos para promover a prática esportiva. Depois de promover na década de 1950 muitos jogos estaduais, a entidade realizou em Curitiba, em 1953, a 1ª Olimpíada Operária Brasileira, que foi o primeiro evento esportivo para trabalhadores de âmbito nacional. Participaram do evento trabalhadores-atletas de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1975 foi realizada em Fortaleza (Ceará) a 1ª Olimpíada Nacional do Sesi, com a participação de 910 atletas jovens, na faixa dos 16 anos, divididos em oito delegações e em 1982, em Belo Horizonte, ocorreu a 2ª Olimpíada Nacional (chamada de Olimpíada Global), com equipes de trabalhadores-atletas competindo em 20 modalidades. A partir de sua sexta edição, no ano 2000, a Olimpíada Nacional passou a ser chamada de Jogos Nacionais do Sesi, com apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB),



da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Unesco. As mulheres-trabalhadoras estão cada vez mais presentes nas competições regionais do SESI. É possível observar essa presença nos Quadros 6, 7 e 8. Entre os anos de 2004, 2005 e 2006, nota-se que houve uma maior participação feminina em níveis regionais. A região Norte, embora tivesse uma participação maior de atletas trabalhadores em números durante o ano de 2005, manteve o percentual de participação feminina em 30%. A região Nordeste que ostentava uma participação feminina de 40% em 2004, caiu para 30% em 2005 e voltou a subir em 2006, indo para 32% do total de atletas. A região Sudeste, que em 2004 tinha 35% de atletas femininas, passou a ter 40% do total em 2005, porém esse número caiu para 38% em 2006. Enquanto isso, a região Sul, que detinha 30% de atletas mulheres em 2004, passou a ostentar um aumento de 10%, indo para 40% em 2005, porém teve uma pequena queda para 37% de participação feminina em 2006. A região Centro-Oeste mostrou um perfil de queda em seus percentuais quanto á participação de mulheres atletas nos Jogos do Sesi: os 40% que tinha em 2004, desceram 1% em 2005 e reduziram-se para 34% em 2006. Na realidade, em percentuais brasileiros totais, houve uma variação de alta da participação feminina de 2004 de 35% para 38% em 2005, porém uma ligeira queda em 2006, indo para 35%, embora houvesse um aumento no número total de participantes de 2006 em relação a 2004 da ordem de 12,7% (225.489 atletas).



Quadro 6 - Participação de mulheres-atletas em competições nacionais em 2004

Região	Mulheres	Homens	Total	% de mulheres do total
Norte	8.511	19.858	28.369	30%
Nordeste	46.345	69.517	114.862	40%
Sudeste	148.789	268.198	416.987	35%
Sul	68.510	159.855	228.365	30%
Centro-Oeste	23.565	35.347	58.912	40%
Total Brasil	295.720	552.775	848.495	35%

Fonte: SESI

Quadro 7 - Participação de mulheres-atletas em competições nacionais em 2005

Região	Mulheres	Homens	Total	% de mulheres do total
Norte	17.536	40.915	58.451	30%
Nordeste	39.364	91.848	131.212	30%
Sudeste	176.360	264.538	440.898	40%
Sul	104.859	157.288	262.147	40%
Centro-Oeste	23.795	36.938	60.733	39%
Total Brasil	361914	591527	953441	38%

Fonte: SESI



Quadro 8 - Participação de mulheres-atletas em competições nacionais em 2006

Região	Mulheres	Homens	Total	% de mulheres
Norte	9.138	21.322	30.460	30%
Nordeste	38.729	82.299	121.029	32%
Sudeste	219.568	358.241	577.809	38%
Sul	100.373	170.903	271.276	37%
Centro-Oeste	24.960	48.450	73.410	34%
Total Brasil	375.895	698.089	1.073.984	35%

Fonte: SESI

Ao se comparar o percentual de participação feminina dos Jogos do SESI com a participação feminina brasileira nos Jogos Olímpicos (Quadro 4), pode-se observar uma tendência intermediária de aumento da participação feminina do SESI que não ocorreu na evolução da participação feminina dos Jogos Olímpicos. O percentual de mulheres-atletas a irem aos Jogos saltou de 29,3% em 1996 para 45,9% em 2000, o que pode significar que a participação de atletas femininas nos Jogos do SESI esteja evoluindo rumo a uma ascensão mais lenta do que houve com a participação feminina nos Jogos Olímpicos. Em suma, observa-se uma tendência ao aumento no número de mulheres-atletas, que, porém vem ocorrendo de maneira mais gradual, especialmente por se tratar de um grupo com características mais diferenciadas de atletas mulheres.

De acordo com Eloir Simm, gerente-executivo de Cultura, Esporte e Lazer do SESI nacional, na Revista Gestão Social, publicada pelo SESI, em março de 2007, "nos últimos anos, a mulher passou a mostrar um índice de empregabilidade elevado, ocupando espaço de destaque na indústria. Isso se evidencia quando ela atua como facilitadora do desenvolvimento das atividades e programas do SESI como Ginástica na Empresa e Esporte em Casa". Segundo Antonio Carlos Brito Maciel, diretor-superintenden-



te do Sesi-DN, “a mulher tem hoje uma participação superior a 90%, em média, nos programas de responsabilidade social do Sesi” (Sesi, 2007). Nada mais natural que tenha sua participação aumentada em atividades esportivas e competições municipais, estaduais, regionais, nacional e internacionais.



REFERÊNCIAS

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Delegações brasileiras nos jogos olímpicos: 1920-2000**. Rio de Janeiro: COB; Memória Olímpica. Disponível em: <www.cob.org.br>. Acesso em : 22 abr. 2007.

CONFÉDÉRATION SPORTIVE INTERNATIONALE DU TRAVAIL – CSIT. Disponível em: <http://www.csit.tv/csittvdb1/index.php?option=com_frontpage&Itemid=98&lang=en_EN>

GARRIDO, F. Lazer e esportes no Rio de Janeiro-RJ. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

MANGAN, J. A.; PARK, R. **From ‘fair sex’ to feminism: sport and the socialization of women in the industrial and post-industrial eras**. London: Frank Cass, 1987.

MIRAGAYA, A. M. **The process of inclusion of women in the Olympic Games**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Física)–Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006

MIRAGAYA, A. Alice Milliat: the first Olympic entrepreneur. In: MORGAS, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Seminário Brasil-Espanha em Estudos Olímpicos**. Universidade Gama Filho – UGF; Universidade Autônoma de Barcelona – UAB, 2007a.

MIRAGAYA, A. **Maria Lenk: a primeira heroína olímpica brasileira**. FÓRUM OLÍMPICO, 7, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

MOURÃO, L. **A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização**. 1998. Tese (Doutorado)–Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998



POLLEY, M. **Moving the goalposts:** a history of sport and society since 1945. London: Routledge, 1998.

SESI. Mulher, mulher. **Revista Sesi de Gestão Social**, v. 9, n. 96, mar. 2007. Disponível em: <http://www.sesi.org.br/Programas/jornal/Ed_96/GN9606_capa.pdf>

TAVARES, Otávio; PORTELA, Fernando. Jogos femininos do Estado de São Paulo: 1935: a primeira "olimpíada" feminina do Brasil. CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER, EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA, 6., 1998, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1998.

TEIXEIRA, Iza (Coord.). **Associação Leopoldina Juvenil resgate de uma história**. Porto Alegre: Scan, 2001.

THOMPSON, S. **Mother's taxi:** sport and women's labor. Albany: State University of New York Press, 1999.



Capítulo 5

Valores do Esporte para Trabalhadores



De acordo com Sebastian Coe, medalhista olímpico por duas vezes e presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, o esporte é um ‘trabalhador social oculto, além de ser um grande educador e motivador’. Coe proferiu uma palestra durante a Conferência “Legacy Lives” em 1 de fevereiro de 2007, como relatado pelo UK Sport (fevereiro, 2007). Na medida em que novos ventos sopram no mundo do esporte, observa-se um foco diferente nos benefícios que o esporte pode prover para comunidades locais e também para o desenvolvimento nacional e internacional. De acordo com ele, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e o Comitê Organizador dos Jogos Paraolímpicos de Londres 2012 estão planejando utilizar os Jogos como um catalizador a fim de garantir uma ampla variedade de benefícios sociais, econômicos e ambientais para tornar as comunidades mais fortes e mais saudáveis. Além de criar milhares de empregos novos e transformar a vida de milhares de pessoas através de formas mais ‘verdes’ de energia, numa era que enfatiza 24 horas de entretenimento por dia, gerando sedentarismo e obesidade, os Jogos Olímpicos, detentores de uma tradição de valores e ideais, segundo Coe, têm agora um significado mais relevante para a juventude, para o trabalhador e para a sociedade como um todo. O Movimento Olímpico transcende o esporte e cria um vínculo único entre a educação, cultura, o meio ambiente e o esporte, o que o faz agir como um catalizador para mudanças dentro e fora dos campos e das quadras.

Observa-se então que os valores olímpicos, ligados ao esporte, vão conseqüentemente se aproximar mais ainda dos vários grupos sociais existentes nas mais diferentes comunidades do planeta, incluindo e desenvolvendo novas formas de se valorizar o ser humano. Os valores transmitidos através da prática do esporte e da atividade física serão cada vez mais inerentes aos indivíduos ao redor do mundo e, em particular, os trabalhadores dos mais diversos segmentos, em todos os países participantes.

Existem alguns estudos na literatura internacional relatando a participação de trabalhadores no esporte através dos programas do Esporte para Todos (Sport for All - SFA) nos cinco continentes. Esses estudos apontam direta e indiretamente para o cultivo de alguns valores ligados



ao esporte que podem ser aplicados à prática das empresas. O livro *Worldwide Experiences and Trends in Sport for All* (2002) é um grande banco de dados que inclui informações importantes a respeito da inclusão do trabalhador em atividades esportivas em seus países de origem. Alguns dos casos mais importantes se encontram resumidos a seguir, agrupados em continentes.

Ásia

Em países da Ásia, como no Japão, por exemplo, que concentra atividades políticas, de negócios e de indústrias, especialmente nas grandes cidades, o esporte tem sido conduzido por organizações governamentais e não-governamentais, de acordo com Ikeda e colaboradores (2002). A idéia proposta pelo governo japonês era de esporte para a vida toda de forma a incentivar a população a adotar atividades físicas e esportivas para enfatizar um estilo de vida saudável e produtivo. O Ministério do Trabalho oferece cursos de treinamento em liderança, convoca líderes e treinadores em saúde para promover atividades físicas e esportivas nos locais de trabalho, um pouco próximo do que é chamado no Brasil de ginástica laboral. A ênfase do Ministério do Trabalho japonês situa-se na saúde do trabalhador e na segurança no local de trabalho.

No caso de Israel (BRAZ, 2002), o Ministério da Saúde tem interesse também no valor saúde quando os programas incentivados pelo governo beneficiam primeiramente trabalhadores de fábricas e indústrias. Os objetivos desses programas são: (i) explicar a importância da atividade física e do esporte na prevenção de doenças, na promoção do bem-estar e na qualidade de vida para os trabalhadores que são fisicamente ativos; (ii) organizar projetos de esportes para trabalhadores em seu tempo livre e (iii) estudar e acompanhar a influência da atividade física na saúde e na eficiência dos trabalhadores. Existem também projetos para a área gerencial, nos quais gerentes e chefes são conscientizados sobre a importância da prática da atividade física e do esporte para o trabalhador. Isto é realizado através de palestras e da prática de algumas



atividades, que enfatizam, por exemplo, o valor saúde através de palestras sobre a importância da prática de esportes e atividades físicas na saúde de trabalhadores. A ativação dos trabalhadores começa também com palestras e cursos para uma maior sensibilização e conscientização do próprio trabalhador. Os benefícios têm sido observados na melhora da saúde e do bem-estar do trabalhador, na diminuição de problemas médicos e na diminuição do absenteísmo.

De acordo com Chang (2002), na Coreia do Sul há um fator marcante em relação à participação do trabalhador em atividades esportivas: a diminuição do número de horas da jornada de trabalho. Isso fez com que aumentasse a procura pela prática de esportes. Em 1986, o governo coreano conduziu uma pesquisa para obter dados a respeito de preferências de atividades esportivas por parte da população em geral e dos trabalhadores. Com base nessa pesquisa, o governo aprovou uma lei obrigando empresas que tivessem mais de 500 empregados a formarem 'clubes de esporte' que oferecessem mais de um esporte aos trabalhadores. A partir de então, muitas empresas estimularam a organização de clubes de esportes e competições esportivas para os trabalhadores, assim como desenvolveram programas com a finalidade de melhorar as condições de saúde, especificamente dos chamados 'trabalhadores do colarinho branco'.

No caso de Cingapura, Yam (2002) relata que a National Trade Union Congress (NTUC), representante do movimento trabalhista em Cingapura, tanto para empresas públicas quanto para empresas privadas, tem se mostrado extremamente ativa na promoção de atividades esportivas para todos os trabalhadores. Além de organizar eventos e competições esportivas, a NTUC confere total apoio ao programa Employee Fitness, especialmente através da NTUC Income, companhia de seguros sob responsabilidade da NTUC, que mantém mais de 25 centros de atividades esportivas no país. Os valores relacionados à prática esportiva cultivados são diretamente ligados à saúde e ao bem-estar do trabalhador, uma vez que proporcionam melhor qualidade de vida e conseqüentemente maior desempenho e produtividade, objetivos também



buscados pelo Conselho de Esportes de Cingapura, que também apóia o programa de atividades esportivas para trabalhadores. O esforço de organizações e indivíduos que ativamente promovem esportes e atividades físicas nas empresas é anualmente contemplado com os prêmios Sports ACE (Active Corporate Employers and Employees). Os primeiros foram entregues pelo primeiro-ministro Goh Tong em 1998.

África

Na África do Sul, de acordo com Goslin & Bush (2002), o projeto Sangala visa à qualidade de vida de todos os tipos de trabalhadores, desde aqueles que trabalham nas fábricas, os que trabalham no escritório, ser-ventes e gerentes. Como se trata de um país de cultura bastante complexa, tendo passado por uma longa história de colonização e problemas raciais muito sérios, onde se falam 11 línguas oficiais, os programas de esporte para quaisquer públicos enfatizam valores como harmonia social, respeito mútuo, solidariedade e construção de uma nação através de trabalho em equipe. O governo promove programas de atividades esportivas e incentiva que os muitos tipos de trabalhadores busquem esportes e atividades físicas condizentes com seus interesses, sempre oferecendo apoio a associações de trabalhadores e comunidades nas quais estejam inseridos.

Moçambique sofreu muito com guerras internas e teve declarada sua independência em 1975. Segundo Prista & Ribeiro (2002), a criação de sindicatos e associações ligadas aos trabalhadores fizeram com que estes comesçassem a organizar suas próprias competições esportivas, o que demonstra determinação e coragem numa nação quase que destruída por uma longa guerra. O movimento mais marcante em prol do esporte foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Moçambique. De 1975 a meados da década de 1980, o sindicato organizou campeonatos de trabalhadores entre distritos e províncias. Esta iniciativa envolveu trabalhadores de todo o país, mas declinou após a instauração de outra guerra civil. Ao final desta guerra, iniciativas tímidas têm ocorri-



do através de torneios de voleibol e futebol, o que demonstra uma certa preservação dos valores antes cultivados.

Europa

O esporte para trabalhadores na Dinamarca tem se desenvolvido através da organização Esporte para Trabalhadores Dinamarqueses, pertencente à Federação Dinamarquesa de Esportes (DIF), fundada em 1896 e associada ao Comitê Olímpico Dinamarquês em 1993, com mais de 1.500.000 de associados. Suas raízes estão no esporte olímpico amador, no futebol inglês e na tradição de esportes aquáticos, que apregoavam valores existentes no século XIX, especialmente aqueles ligados ao esporte (IBSEN; JØRGENSEN, 2002). Os clubes esportivos foram estabelecidos numa sociedade de cultura industrial em que o estilo de vida burguês se tornou um instrumento físico de preparação para os jovens construírem uma nova sociedade. Inicialmente, estes jovens eram do sexo masculino, para depois, ao longo do século XX, haver a inclusão das mulheres na medida em que o Estado dinamarquês se modificava e adquiria a estrutura que tem hoje, socialista com um enorme setor público que muito oferece ao cidadão. Embora os primeiros clubes de esportes para trabalhadores tenham sido fundados nas décadas de 1880 e 1890, a organização Esporte para Trabalhadores Dinamarqueses somente foi fundada em 1929. Depois de uma longa história de lutas em prol do esporte do trabalhador, a organização está envolvida hoje especialmente com o desenvolvimento e o fortalecimento da prática esportiva no local de trabalho, criando inclusive uma outra organização: a Associação para a Promoção do Exercício Físico e do Esporte durante o Dia. O objetivo é a promoção do esporte para o trabalhador, inclusive para aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, aguardando novas oportunidades. Há ainda a Federação de Esportes das Empresas Dinamarquesas, fundada em 1946, e que tem mais de 220.000 associados e consiste em 75 associações locais de clubes de esportes em empresas. Diferentemente dos clubes tradicionais de esportes, onde as pessoas estão



ligadas através das atividades esportivas que praticam, as pessoas que freqüentam um clube de esportes de uma empresa têm em comum o fato de que trabalham para a mesma companhia. A maior parte desses clubes não organiza o treinamento e o exercício, embora os associados participem de torneios locais de futebol, boliche, badminton, etc. De qualquer forma, o objetivo principal é manter a saúde e a qualidade de vida do trabalhador dos vários níveis dentro de uma empresa.

Na Finlândia, de acordo com Savola (2002), tanto o local escolhido para a prática esportiva do trabalhador quanto as estratégias utilizadas pela empresa estão contextualizadas no próprio local escolhido para estas atividades físicas. Conseqüentemente, a abordagem da prática de atividades esportivas pelos trabalhadores tem uma relação muito próxima com a empresa que apóia o desenvolvimento dessas atividades, o que coloca o trabalhador mais próximo da empresa. Indústria, comércio, agricultura e escolas focam na prática de atividades físicas de muitos ângulos diferentes por diferentes razões. Os objetivos são manter a capacidade de trabalho dos indivíduos, sua eficiência, saúde e bem-estar em suas várias fases da vida, prover formas de recreação e contato social entre os participantes, além de desenvolver aptidão física. Dessa forma, a atividade esportiva organizada nos locais de trabalho oferece possibilidades favoráveis ao crescimento e desenvolvimento saudável não somente ao indivíduo trabalhador e ao clima dentro da empresa, mas à empresa como um todo. Na realidade, isso tem um significado extremamente importante: as comunidades se beneficiam da prática esportiva desenvolvida pelos trabalhadores uma vez que os efeitos positivos são automaticamente transferidos para as famílias, as amizades e as redondezas. Para que esses efeitos positivos sejam gerados, há necessidade de organização e planejamento a longo prazo. Para o indivíduo, os efeitos da atividade física patrocinada pelo empregador são os mesmos em qualquer outro programa, pois da mesma forma melhoram a função cardiovascular, força muscular e flexibilidade, ao mesmo tempo em que diminuem a bradicardia, os níveis de colesterol e de triglicérides. Os resultados mais importantes obtidos até hoje com a prática



de esportes nas empresas têm sido (i) o desenvolvimento dos talentos e habilidades dos trabalhadores; (ii) a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores; (iii) a diminuição de incidência de doenças e (iv) a redução do absenteísmo. As atividades físicas e esportivas numa empresa podem ser organizadas e coordenadas por vários indivíduos, geralmente voluntários. É muito raro uma empresa pagar alguém para fazer esse trabalho de coordenação. A gerência e os departamentos de recursos humanos são geralmente responsáveis pelos programas de esportes. A gerência usualmente delega a tarefa a clubes voluntários ou a indivíduos da área de recursos humanos que cuidam da saúde das pessoas, dependendo do objetivo das atividades, se forem de competição ou não. A necessidade principal é saber sobre o planejamento a longo prazo e seus benefícios e como as atividades vão ser conduzidas e quem vai participar, etc. De uma forma geral, os departamentos de recursos humanos tendem a utilizar as várias práticas de esportes como formas de prevenção de doenças e de gerar bem-estar aos trabalhadores, além de promover encontros de todos para que se desenvolvam trabalhos em equipe harmoniosos e condizentes com os objetivos da empresa. É importante notar que todo o planejamento e desenvolvimento das atividades esportivas de competição ou não é feito por grupos de indivíduos voluntários. Os diversos sindicatos de trabalhadores também organizam atividades esportivas dentro das empresas através de ligas, competições e torneios os mais variados. A experiência da Finlândia constitui um trabalho bastante interessante, já que dentro das empresas os funcionários são divididos em quatro grandes grupos de acordo com suas capacidades físicas, a saber: (i) sedentários (aqueles que fazem atividade física de 0 a 1 vez por semana, não têm condicionamento cardiovascular adequado à idade e nível de atividade diária, geralmente encaminhados à reabilitação em programas individuais, percentual dentro da empresa entre 10 e 30%); (ii) semi-sedentários (aqueles que fazem atividade uma vez por semana, nível cardiovascular e de força muscular abaixo do esperado, geralmente encaminhados à reabilitação em programas individuais ou em grupos, percentual entre 10 e 50%); (iii) moderadamente ativos (aqueles que fazem atividade esportiva 2 a



3 vezes na semana, bom nível cardiovascular e de força muscular, ênfase no programa esportivo do indivíduo, percentual entre 10 e 40%); (iv) muito ativos (aqueles que fazem atividade esportiva 2 a 5 vezes na semana, têm excelente nível cardiovascular e de força muscular, ênfase no programa esportivo do indivíduo e em competições e torneios, percentual entre 5 e 20%). O objetivo final é ajudar os trabalhadores a se tornarem fisicamente ativos e manter essa atividade para que os efeitos sobre a saúde dos indivíduos sejam de longo prazo, capacitando-os para o trabalho e para uma melhor qualidade de vida. É importante observar que na Finlândia 10% de todas as atividades esportivas são patrocinadas pelos empregadores.

No caso da Romênia (SUCIU et al., 2002), os programas para trabalhadores são em sua maioria conduzidos na própria empresa, criados e desenvolvidos por instrutores voluntários entre os próprios funcionários, porém monitorados por profissionais de Educação Física, pelo Conselho de Esportes do Município e por professores subvencionados pelos vários sindicatos. As companhias oferecem ainda o que chamam de “O Espaço da Educação Física”, que são espaços simples dentro da indústria para a prática de atividades físicas e esportivas. Estes espaços contam com vários tipos de equipamento, tais como halteres, tornozeleiras, anilhas, cordas, colchonetes, etc. para que os funcionários façam pequenos treinamentos durante sua jornada de trabalho, longe da poluição da indústria. O principal objetivo deste tipo de programa é a qualidade de vida do trabalhador através de uma oportunidade para uma pequena recuperação e relaxamento espaçadamente durante a jornada de trabalho. Já nas associações esportivas ligadas aos trabalhadores, são programadas atividades esportivas que incluem: (i) grupos de iniciação à prática de vários esportes; (ii) encontros para viagens e ciclismo para estimular a prática esportiva; (iii) avaliação dos funcionários, que inclui avaliação física e funcional para verificar a aptidão física dos indivíduos que querem participar de competições; (iv) campeonatos das diferentes modalidades esportivas e (v) participação na Daciada, que é um programa romeno diversificado envolvendo todos os movimentos esportivos e



competições em todo o país. O programa foi originalmente organizado e patrocinado por organizações políticas, sindicatos e muitos órgãos e ministérios do governo romeno. Existem ainda programas esportivos para os trabalhadores rurais, tais como atividades folclóricas, festivais, demonstrações e competições, tais como várias modalidades de atletismo e lutas. O objetivo é a participação do maior número possível de trabalhadores, de forma que haja um constante progresso na qualidade de vida e na saúde das pessoas.

América do Norte

Nos Estados Unidos da América, segundo a pesquisadora Jones-Palm (2002), os primeiros movimentos em prol do esporte para trabalhadores foram realizados - e ainda são muitas vezes, dependendo do estado - nas comunidades, bairros e lugarejos já que não existe uma autoridade central ou um Ministério do Esporte nos Estados Unidos que organize programas para este fim, como ocorre em muitos outros países. O esporte é 'organizado' de forma descoordenada, através de uma rede de agências privadas e públicas e organizações em nível local, regional, e algumas em nível nacional. No século XIX, a YMCA (Young Men's Christian Association - Associação Cristã de Moços, ACM), a YWCA (Young Women's Christian Association, - Associação Cristã de Moças), Departamentos de Parques e Recreação, organizações religiosas, organizações específicas de determinados grupos de população e grupos de comunidades começaram a se organizar para promover a prática de atividades físicas e esportivas. Os esportes organizados na virada do século XX tinham como objetivo principal o cultivo de valores como disciplina, patriotismo, competição, auto-estima, principalmente nas classes trabalhadoras e entre os jovens do sexo masculino. O esporte era a ferramenta para a formação da identidade, já que ensinavam valores aos jovens. Esse elemento cultural ainda é mantido em muitas escolas e comunidades através de algumas organizações e programas. Ainda no âmbito da YMCA, YWCA, Departamentos de



Parques e Recreação dos Estados, empresas se organizam para que seus funcionários possam participar de campeonatos de diversas modalidades esportivas, tais como futebol, baseball, softball, rugby, etc. Empregadores americanos aumentaram muito sua preocupação com a saúde de seus empregados desde a década de 1940, na mesma época em que pesquisas médicas começaram a relacionar aptidão física com saúde. Desde a década de 1980, empresas de porte médio e grande, assim como corporações (incluindo hospitais e universidades), têm começado a oferecer programas para melhora do condicionamento físico dentro dos próprios locais de trabalho através de academias e centros de bem-estar. Os empregadores, inclusive, incentivam a utilização destas instalações durante intervalos, hora de almoço, antes do início e depois da jornada de trabalho. A razão para a adoção desta quase 'filosofia de vida' das empresas estaria na pesquisa que comprova que funcionários fisicamente ativos e que têm boa condição física têm taxas mais baixas de absenteísmo, mais satisfação com seu trabalho e suas tarefas, menos episódios de depressão e menos dores nas costas do que funcionários sedentários e que não tenham boa aptidão física. A linha principal de raciocínio das empresas é que os benefícios físicos, psicológicos, emocionais que os funcionários obtêm através de programas de atividades físicas e esportivas beneficiam também em muito as empresas. Isso faz total sentido num país onde existe uma alta taxa de indivíduos obesos e com sobrepeso, acarretando enormes custos para as organizações, indústrias e empresas de uma forma geral, além de sofrimento para os indivíduos e suas famílias. Com instalações para a prática de atividades físicas e esportivas localizadas nas próprias indústrias e empresas de uma forma geral, os funcionários dos vários níveis e os líderes contribuem com alto retorno para a empresa. Isso é considerado um benefício adicional em 25% de todos os negócios americanos de hoje. Além das estruturas oferecidas pelas indústrias e empresas de uma forma geral, é importante observar que a existência de locais apropriados ao desenvolvimento de atividades físicas e esportivas é crucial como elemento motivador àqueles que procuram praticar esportes. Muitas comunidades americanas dispõem de instala-



ções esportivas em parques, praias e locais públicos para incentivar as pessoas à prática esportiva. Muitas indústrias têm projetos ambiciosos para melhorar a oferta de acesso a opções de esportes a seus funcionários. Observa-se, conseqüentemente, que houve uma troca na eleição de valores cultivados pela população e pelos setores de produção, que cada vez mais focam no bem-estar do indivíduo, porém sem se esquecer de valores como competição, disciplina e trabalho em equipe.

No Canadá, de acordo com Kisby (2002), o programa ParticipACTION foi criado em 1971, principalmente devido à preocupação com a inatividade e o sedentarismo da população. O programa teve recursos vindos do governo, porém foi idealizado fora dele e se transformou numa organização sem fins lucrativos. O conselho de diretores é formado por líderes do mundo empresarial e da mídia. Desde então o ParticipACTION tem sido um experimento inovador com a missão de ser um líder catalizador e provedor de informação para influenciar positivamente comportamentos, estilos de vida, apoios sociais que incentivem uma vida mais ativa, saudável e com mais qualidade para todos os canadenses. O fato de o ParticipACTION ter sido desenvolvido fora do governo foi uma estratégia sábia na medida em que tem permitido que a organização se desenvolva de forma transparente, flexível e responsável, sendo bem-sucedida em suas propostas. Essa independência gerou iniciativas de cooperação com grupos empresariais do comércio e da indústria, do governo e de profissionais independentes. A justificativa hoje para o ParticipACTION se torna cada vez mais crucial na medida em que investimentos na vida ativa e na aptidão física da população têm gerado cada vez mais benefícios. Um considerável número de pesquisas tem confirmado os muitos benefícios de um estilo de vida ativo. Os parceiros corporativos, especialmente a indústria e o comércio, têm sido pilares na imagem institucional do ParticipACTION desde o início de 1990. Na realidade, as empresas desenvolvem um convênio com o ParticipACTION para que seus funcionários também sejam beneficiados pelo programa de promoção de atividades físicas e esportivas na medida das suas necessidades. O planejamento inicial é de médio para



longo prazo e os benefícios para os funcionários têm sido enormes. Para que o programa atinja os objetivos programados e siga um determinado planejamento, é necessário que ele (i) sirva aos objetivos da empresa; (ii) atinja os respectivos públicos-alvo; (iii) tenha um custo relativamente baixo e um ganho proporcionalmente alto e (iv) gere impacto positivo e benefícios, tais como a visibilidade da empresa e o envolvimento cada vez maior dos funcionários, num crescente trabalho de equipe e parceria com a empresa. Parceiros empresariais e patrocinadores da atividade esportiva buscam de uma forma geral: (i) imagem que projete excelente perfil da empresa e credibilidade; (ii) acesso a redes de contatos e membros de projetos variados; (iii) expertise através de eventos especiais ou projetos de comunicação; (iv) exclusividade que mantenha a concorrência afastada; (v) integração dos muitos participantes da empresa, dos funcionários aos gestores, para desenvolvimento de valores; (v) segurança para que não haja riscos aos participantes nem problemas advocatícios e (vi) longevidade, com muitas oportunidades de expansão em busca da melhoria de todos. Milhares de empresas canadenses já aderiram ao programa de esporte ao trabalhador através do ParticipACTION. Muitos dos programas desenvolvidos através do ParticipACTION contam também com material educativo distribuído aos trabalhadores e suas famílias sobre exercícios, esportes, nutrição, hábitos higiênicos, atitudes e iniciativas de prevenção de acidentes e de doenças, etc. Os milhares de trabalhadores envolvidos nesses programas têm dado retorno positivo às iniciativas, relatando melhora nas condições de vida e de saúde, baixo absenteísmo e aumento na qualidade de vida, que se reflete no aumento da produção da empresa. Em suma, para eles, o trabalhador que é feliz produz mais e melhor.

América Latina

No Chile, de acordo com Vriessen (2002), existem programas de esportes para trabalhadores em todo o país. O objetivo destes programas é prover atividades físicas e esportivas sistemáticas para melhorar



a qualidade de vida do trabalhador, desenvolvendo o bem-estar físico, mental e social, além de ajudar a reduzir os níveis de estresse. Em 1969, a Secretaria Geral de Esportes e Recreação (DIGEDER) foi criada para conduzir as políticas nacionais de esporte dentro dos seguintes valores e princípios aplicados a todas as práticas, inclusive àquelas que envolvem os trabalhadores: (i) cultura e ética no esporte; (ii) igualdade a todos na prática do esporte; (iii) autonomia e liberdade para associações e representações nos esportes; (iv) liberdade para competições esportivas; (v) descentralização e participação de todos em atividades esportivas; (vi) coordenação e eficiência e (vii) regulação e produção de serviços ligados ao esporte. Em termos do objetivo geral, a DIGEDER propõe melhorar a qualidade de vida dos chilenos através de desenvolvimento de atividades físicas e esportivas, no sentido da atividade humana, competição, motivação para participação em recreação e em desempenho esportivo como formas de desenvolvimento do indivíduo. A prática de atividades físicas e de esportes deve funcionar como um mecanismo de integração social, desenvolvimento das comunidades, melhoria da saúde para todas as pessoas transformarem seu tempo livre em tempo saudável.

De acordo com Simon e colaboradores (2002), a Confederação de Esportes do México (CODEME), durante muitos anos, organizou, com o auxílio do setor privado, competições e campeonatos nacionais para trabalhadores das cidades e do campo, sendo os únicos campeonatos nacionais em toda a nação, organizados fora das federações esportivas. Essas iniciativas para atender aos trabalhadores podem ser consideradas pioneiras em termos de atender grupos sociais específicos. Devido a características cíclicas das várias administrações do governo mexicano, os projetos ligados aos trabalhadores diminuíram um pouco, porém retornaram com bastante força nas últimas décadas, especialmente através do “Instituto dos Trabalhadores”. É importante observar a influência positiva e essencial que os Jogos Olímpicos sempre exerceram no esporte mexicano desde 1968, quando lá se organizaram os Jogos Olímpicos. A quantidade de instalações para esportes aumentou



consideravelmente em todos os estados, o que, de uma certa forma, parece atender à demanda da população por mais áreas onde se possam praticar esportes. Foi a partir dessa época que houve um aumento nas competições para trabalhadores em várias áreas do país. Isso deu início a uma legislação em prol do trabalhador: o esporte como parte de seus direitos. Os diversos programas para trabalhadores têm sido realizados em parques, ginásios, academias, escolas, clubes, do setor público e privado, como parte das demandas dos próprios trabalhadores, que aos poucos viraram lei e foram incluídas em contratos coletivos. Além dessas iniciativas, o Instituto Mexicano de Seguridad Social (IMSS), fundado há mais de 60 anos, oferece serviços relativos à saúde e bem-estar para trabalhadores do setor privado. Entre eles, estão programas de promoção a práticas esportivas, como o apoio à saúde do trabalhador. O IMSS tem mais de 116 centros de seguridad social que oferecem serviços de esportes, cultura e saúde para trabalhadores em todo o México. Como exemplo, durante o ano de 1999, mais de nove milhões de atendimentos em termos de serviços relacionados a atividades esportivas foram realizados nas mais de 22 modalidades esportivas. Existe também o programa 'gym office', que leva a ginástica laboral aos escritórios de empresas públicas e privadas. O objetivo dos variados programas é atender às necessidades dos trabalhadores, oferecendo-lhes oportunidades para a prática de atividades físicas e esportivas, através da instituição de campeonatos e torneios, de modo que se sintam motivados a melhorar sua saúde e qualidade de vida, junto à empresa e à família.

Conclusões da área internacional

Como fechamento da área internacional, é importante que se mencione a escassez de estudos sobre valores no esporte praticado por trabalhadores. O banco de dados sobre o Esporte para Todos, *Worldwide Experiences and Trends in Sport for All*, oferece alguns destaques a respeito da prática de esportes por trabalhadores nos cinco continentes.



Algumas pesquisas apontam determinadas análises que, em muito, podem colaborar para um entendimento mais completo do que se passa nos cinco continentes quando se trata de esportes para trabalhadores. As abordagens culturais que apresentam diferenças marcantes em níveis de economia, estruturas de governos, filosofias de vida de povos diversos, estruturas sociais apresentam um denominador comum quando valores do esporte são examinados em relação ao trabalhador: esforços para melhorar a saúde, qualidade de vida e bem-estar do trabalhador. Alguns países chegam a promover competições e torneios entre associações e times de trabalhadores, embora as informações não sejam claras quanto a essa organização. Em suma, observa-se que, nos países aqui representados, o trabalhador com saúde e qualidade de vida produz mais e melhor. No entanto, para que um trabalhador atinja esse ponto através do esporte, é imprescindível levar em consideração: (i) uma gama enorme de variáveis intervenientes de acordo com cada país e cada cultura e (ii) um número de valores ligados à prática esportiva, que funcionam como 'pré-requisitos', tais como espírito de equipe, liderança, cooperação, criatividade, paz, determinação, disciplina, responsabilidade, respeito, busca pela excelência, coragem, superação, entre muitos outros corroborando para o bem-estar do trabalhador, sua família e a empresa onde trabalha.

A situação do Brasil

As instituições privadas brasileiras têm discutido o seu papel como agentes sociais no processo de desenvolvimento sustentável e sobre a necessidade da formulação de valores éticos. A ISO 26000 é uma norma internacional a ser adotada futuramente pelas instituições como uma plataforma de convergência entre as iniciativas de responsabilidade social de diversas partes do planeta. A ISO 26000 oferecerá diretrizes e orientará organizações de diferentes portes, naturezas e localidades a adotá-las como parte da gestão. Segundo Nogueira, Teves, Mataruna & DaCosta (2005, p. 601), *responsabilidade social* significa "a maneira



ética de condução dos negócios de uma empresa de forma que esta se torne co-responsável pelo desenvolvimento social, atendendo, simultaneamente, os interesses dos diferentes públicos com os quais ela se inter-relaciona, sendo capaz de incorporá-los ao planejamento de suas atividades". Para os autores isso significa que a empresa é socialmente responsável quando consegue gerar valor não apenas para seus proprietários e acionistas, mas sim para todos os demais públicos com os quais ela se relaciona: Empregados, Fornecedores, Clientes, Governo, Meio Ambiente e Comunidade (Instituto Ethos, 2001). De acordo com uma pesquisa feita pela *Revista Exame*, em parceria com o Instituto Ethos, 10 empresas eleitas como modelo de responsabilidade social faturaram 22 bilhões de reais em 2002, geraram um total de 52.000 empregos diretos e investem 87 milhões de reais anuais nos 1.200 projetos sociais voltados para a comunidade.

Nas iniciativas brasileiras de inclusão social pelo esporte, cultura e lazer para os trabalhadores destacam-se, indubitavelmente, as atuações do Sesi e do Sesc como as principais instituições sociais de atendimento aos trabalhadores da indústria e do comércio.

O Serviço Social da Indústria (SESI) foi criado em 7 de agosto de 1946 como uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria brasileira. Com a função de prestar serviços sociais de saúde, educação, lazer, cultura, alimentação e de promoção da cidadania, o Sesi visa melhorar a qualidade de vida do trabalhador da indústria, transportes, comunicação e pesca, bem como a de seus dependentes, através de um amplo programa que integra diferentes projetos sociais, entre eles: Sesi Ginástica na Empresa, Esporte Solidário, Sesi Lazer na Empresa, Terceiro Tempo, Largada 2000 e o Programa Sesi Esporte. Os programas do Sesi abrangem todo o território brasileiro, e os Jogos do Sesi têm abrangência também internacional através dos campeonatos mundiais e da Copa do Mundo do Trabalhador.

De acordo com Campos (2005), atualmente o Sesi põe à disposição de sua clientela instalações físicas espalhadas por todo o território na-



cional, totalizando 122 clubes do trabalhador, 244 campos de futebol, 640 quadras esportivas, 449 piscinas, 207 ginásios esportivos, 41 estádios, 73 pistas de atletismo, 62 academias, 108 alojamentos, 13 colônias de férias, 134 auditórios, 2 cinemas e 33 teatros. Além disso, está na fase final de construção, em Mato Grosso, o primeiro grande parque temático da instituição – o Sesipark – que na sua infra-estrutura contará com restaurante, lanchonetes, salão de eventos, piscinas, quadra poliesportiva, campo de futebol sintético, Clubinho e Vila do Sesinho, oferecendo jogos educativos e atividades teatrais para crianças.



Trabalhadores e empresas: uma parceria nacional no esporte

Em 2002, foi registrada na área de lazer, a formação de 35.369 turmas e 747.819 matrículas; 58.729 eventos com 25.595.981 participantes e 4.241.461 espectadores. Os recursos humanos da área de lazer, em 2001, tiveram um registro de 1.978 profissionais. Nas atividades com-



petitivas foram registrados, em 2002, em todo território brasileiro 8.633 eventos, sendo 4.985 relacionados às empresas e 3.648 ao público em geral; 924.679 atividades competitivas foram realizadas ao todo, sendo 607.391 relacionadas às empresas e 317.288 ao público em geral. Quanto aos espectadores, registraram-se 1.483.718 no total, sendo 635.215 relacionados às empresas e 848.503 ao público em geral (Quadro 9).

Em 2002, considerando todo o território brasileiro, o Sesi, através do Programa Ginástica na Empresa, atendeu a 1.211 empresas, 267.664 trabalhadores e 311.561 participantes. E através do Programa Esporte Solidário, atendeu 306 empresas e 18.299 trabalhadores, além de realizar 1.237 eventos com a participação de 59.101 pessoas.

De acordo com Gil e colaboradores (2005, p. 93), o SESC - Serviço Social do Comércio “foi criado em 13 de setembro de 1946 como uma instituição pioneira que nasceu de um ideal ainda presente e atual: conciliar o crescimento econômico com a justiça social, visando garantir uma sociedade democrática baseada na harmonia entre capital e trabalho”.

Quadro 9 - Sesi Atividades competitivas com empresas, segundo os departamentos regionais, 2002

REGIÕES	Número de eventos	Número de participantes	Número de espectadores
Região Norte	45	69.060	229.000
Acre	1	1.016	6.240
Amapá	-	-	-
Amazonas	25	52.301	187.180
Pará	8	7.443	1.900
Rondônia	-	-	-
Roraima	6	1.372	5.380
Tocantins	5	6.928	28.300
Região Nordeste	2.484	63.497	156.394
Alagoas	14	630	2.184

Continua...



...Continuação

Quadro 9 - SESI Atividades competitivas com empresas, segundo os departamentos regionais, 2002			
REGIÕES	Número de eventos	Número de participantes	Número de espectadores
Bahia	2	89	400
Ceará	-	-	-
Maranhão	6	7.877	10.296
Paraíba	429	9.126	24.139
Pernambuco	1.627	36.267	93.640
Piauí	2	624	5.417
Rio G. do Norte	386	7.204	19.928
Sergipe	18	1.680	390
Região Sudeste	1.989	284.749	44.688
Espírito Santo	813	24.899	44.388
Minas Gerais	-	-	-
Rio de Janeiro	5	680	300
São Paulo	1.171	259.170	-
Região Sul	295	177.335	162.066
Paraná	133	19.565	124.987
Rio Grande do Sul	77	106.658	37.079
Santa Catarina	85	51.112	-
Região C. Oeste	172	12.750	43.067
Distrito Federal	53	2.035	-
Goiás	104	5.959	27.482
Mato Grosso	-	-	-
Mato Grosso Sul	15	4.756	15.585
BRASIL	4.985	607.391	635.215

Fonte: Atlas do Esporte no Brasil, 2005, p.89.



Entre 1948 e 1958, o lazer e o esporte integraram-se ao se classificar como atividades de grupo: bibliotecas, cursos, atividades associativas, recreação infantil e jardim-de-infância, colônias de férias, férias coletivas e balneário; e como atividades associativas: atividades recreativas, esportivas, culturais e artísticas, bandeirantismo e escotismo.

O SESC possui unidades operacionais por todo o Estado brasileiro. Os projetos esportivos de maior impacto local (2003), segundo levantamento apresentado no *Atlas do Esporte do Brasil* (2005), são: Jogos do Comerciarário de Futebol de Campo, no Amazonas; JOCOMAC - Jogos dos Comerciarários e Mini-Maratona, no Acre; SESC Pantanal / Mato Grosso: Esportes da Natureza, Passeio Ciclístico e Cavalgada; Esporte Social e Cidadania, no Maranhão; Ciclo SESC, Mini-Maratona e Esportes de Aventura, no Ceará; Esporte Cidadania, Skate Suporte e Tempo Livre, no Rio de Janeiro; Dia do Desafio e SESC Verão, em São Paulo; Olimpíadas dos Comerciarários, Circuito Gaúcho de Esportes de Verão e Tênis SESC, no Rio Grande do Sul; além de vários outros exemplos em todo o Brasil.

Entre 1997 e 2003, a clientela com inscrições do SESC na área de recreação e esporte em todo Brasil foi de quase 1.200.000 pessoas, e o número de atendimentos entre 10.000.000 e 18.000.000. O total de instalações esportivas em todo o Brasil (2003) foi de 1.393, demarcadas numa área total de 537.163,11 m² com uma capacidade para 147.215 pessoas.

Gil (2005) destaca algumas iniciativas do SESC que foram significativas no setor de inclusão social pelo esporte. Em 2003, participaram do Dia do Desafio 1.548 cidades de 24 países do continente americano, totalizando 38.244.746 participantes. Ao longo de 10 anos do Projeto Tênis SESC (popularização do tênis) foram realizados, aproximadamente, 309.000 atendimentos, somando-se as turmas sistemáticas, subprojetos e campeonatos. Números do projeto: nº de alunos desde início - 4.283; nº de professores de Educação Física - 7; nº de professores não-formados em Educação Física - 6; nº de rebatedores (meninos auxiliares dos professores com idades entre 14 e 18 anos) - 11. O projeto Mini-Maratona



(popularização da corrida de rua), de 1989 até 1993, foi promovido em 22 estados e em mais de 80 cidades, totalizando a participação aproximada de cerca de 22.000 corredores. O Esporte Social - Projeto Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte em parceria com o SESC Nacional que visa à inserção social de jovens e adolescentes através de ações socioeducativas, com ênfase no desenvolvimento humano. A meta inicial do programa foi de atender 20.000 crianças em todo o país.

Em relação às intervenções da Instituição SESC, sua própria missão demonstra a preocupação de continuar a contribuir, no âmbito de suas áreas de ação (ou campo de ação: Educação Social, Cultura, Saúde, Turismo Social e Esporte e Lazer), para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos. Vale ressaltar que não cabe ao SESC resolver ou atuar tendo como foco as soluções de cunho estrutural, papel do Estado etc., e sim, atuar no espaço da ausência dessas soluções, fomentando a transformação no plano dos valores predominantes na sociedade brasileira, difundindo novas visões de mundo, novos conhecimentos e compreensão da sociedade (SANTOS, 2006).

Os estudos de valores do esporte no caso do Brasil são na sua maioria voltados para a o esporte juvenil, Educação Física escolar e esporte profissional. São escassos na literatura nacional estudos que relacionem valores do esporte e trabalhadores. De acordo com Cholley apud Bara Filho & DaCosta (1999), apesar da prática esportiva no início do século XX estar fortemente associada às competições dos Jogos Olímpicos, identifica-se já neste período uma atenção voltada para o trabalhador da indústria com relação à participação no esporte. Segundo Cholley, em 1925, em seu discurso de despedida da presidência do Comitê Olímpico Internacional (COI), o Barão Pierre de Coubertin, restaurador dos Jogos Olímpicos, declarou publicamente que seus projetos para a classe trabalhadora se tornariam uma prioridade. Coubertin relacionou esporte, paz mundial e reformas sociais e procurou introduzir suas idéias na Associação Internacional do Trabalho (AIT), que lutava por melhores condições para os trabalhadores. No entanto, o Comitê Olímpico Internacional (COI)



não apoiou esta iniciativa e o projeto não foi mais falado no Movimento Olímpico, que concentrou seus esforços fundamentalmente nos Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão.

Segundo DaCosta (1990), os programas de atividades físicas para o trabalhador têm crescido em diferentes países com objetivos voltados para o desenvolvimento de recursos humanos, promoção da saúde e bem-estar do indivíduo e do grupo. Pimentel (2005) apresentou no *Atlas do Esporte no Brasil* dados atuais que revelam que o tipo mais comum de atividade física interna na empresa é a ginástica laboral, cuja duração varia de 08 a 15 minutos, sendo realizada conforme as características do setor produtivo, compensando, relaxando e/ou condicionando o trabalhador.

Bara Filho & DaCosta (1999) verificaram em uma empresa um programa de atividades físicas oferecido para seus empregados cujo objetivo era reduzir o estresse ocupacional do dia-a-dia. Os resultados da pesquisa demonstraram que o programa de atividades físicas pode reduzir e controlar o estresse ocupacional dos trabalhadores, porém o programa não demonstra os mesmos benefícios fora do trabalho, não influenciando no processo educacional, nem nas relações sociais propostas por Coubertin na educação de valores olímpicos. As conclusões dos autores são de que a Educação Olímpica tem no Esporte para Todos uma justificativa histórica e, para os trabalhadores, deve ser ajustada através de valores, não apenas enfatizando a chamada qualidade de vida. Os autores justificam a importância de Programas de Educação Olímpica nas empresas considerando alguns dos valores preconizados pelo perfil do novo trabalhador como: responsabilidade, parceria, cumprimento de metas, bom relacionamento, cooperação e criatividade. Muller (1988) já criticava a tendência de desfocalização da prática esportiva para a busca da aptidão física centrada apenas na compensação, relaxamento e condicionamento. Para ele, o esporte oferece uma oportunidade para melhoria pessoal, independentemente da profissão ou posição na vida.

A capacitação de profissionais que vão atuar direta e indiretamente com os programas relacionados às atividades físicas, esportivas e de la-



zer em empresas tem sido também objeto de reflexão e ação das instituições de ensino superior, como podemos verificar no programa do curso de Especialização em Gestão da Qualidade de Vida na Empresa, realizado pela UNICAMP, que destaca: “O desenvolvimento dos conteúdos propostos relacionados às atividades físicas, esportivas e de lazer visa à eficiência da gestão, saúde psíquica e bem-estar emocional, qualidade de vida e adoção de participação integradora e coletiva na empresa, preparando o profissional para a utilização correta de instrumentos de intervenção que possibilitem melhorar as relações interpessoais no interior da organização.” Entre as disciplinas oferecidas, podemos destacar:

- esporte e integração na empresa
- lazer nas empresas
- qualidade de vida, saúde e sociedade
- qualidade de vida na empresa
- desenvolvimento integrado da pessoa na empresa
- qualidade da decisão gerencial e o bem-estar pessoal nas relações de trabalho
- seminários em qualidade de vida na empresa

A futura norma internacional de responsabilidade social, a ISO 26000, chegará em 2008 para oferecer diretrizes e orientar organizações de diferentes portes, naturezas e localidades a adotá-las como parte da gestão empresarial. A ISO 26000 determina a convergência entre as iniciativas de responsabilidade social de diversos setores sociais de várias partes do planeta, tais como empresários, sindicatos, universidades, governos, entre outros. Neste sentido, Daniela Reis, diretora executiva do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), já identifica uma migração do “assistencialismo” para o “investimento social privado”. Este fato pode ser analisado nas ações de fundações e institutos que gerenciam o investimento social das empresas e realizam projetos mais voltados para determinados focos como educação e esportes, destacando que a meta estratégica de desenvolvimento da



empresa pode estar também atrelada a um plano maior de desenvolvimento social do país (GOMES; TURINI, 2007).

Nessa perspectiva há uma clara inversão na forma de compreensão do valor atribuído ao esporte. As funções antes vistas exclusivamente como compensatórias, utilitárias e morais, freqüentemente de interesse unilateral da empresa, passam a ser vistas como elementos de criação de componentes sociais e psicoemocionais favoráveis ao desenvolvimento integral do ser humano que venham ao encontro da esfera ética, numa noção de integridade que antecede a produção. O esporte não é importante porque a empresa é importante, o esporte é importante porque o ser humano é importante e através do esporte a pessoa constrói identidade individual, identidade de grupo, laços de confiança e de reconhecimento, o que representa a valorização humana com respeito à integridade e aos limites de sua condição. Logo, o esporte é também em si um valor que agrega comprometimento, participação cooperativa e criatividade, elementos tão buscados pelas empresas. Segundo Dejours (2002), não há como dissociar produtividade e vida, estando a produtividade atrelada a um conjunto integrado de componentes referentes ao ser humano em situação de trabalho, entre eles qualidade, segurança e promoção de saúde, esta na sua mais complexa forma de compreensão.

Em 2005 foi lançado, em Santa Catarina, o Projeto Sesi Valores do Esporte. O Projeto prevê a intervenção sobre atletas, gestores de empresas e profissionais envolvidos com os Jogos do Sesi com o objetivo de reforçar e agregar valores do esporte. O projeto tem sido desenvolvido com a realização de Seminários de Valores do Esporte, o reforço de valores durante os Jogos através de bonés, folhetaria e pulseiras, e, por último, a avaliação da experiência prevista para 2007. Durante os seminários, foram eleitos entre gestores e trabalhadores, os valores mais significativos para as inter-relações na própria empresa e como necessários para a construção de um país melhor. Um fato importante é que a eleição de valores já segue o princípio da ISO 26000, que visa promover convergência entre as iniciativas de responsabilidade social e estabelecimento de procedimentos nas empresas. O Projeto Sesi Valores do Esporte prevê



ainda a sua extensão para todo o Brasil, baseado na experiência de Santa Catarina. Conta também com um Seminário Internacional de Valores do Esporte (julho de 2007), a elaboração de um manual de fundamentos e uma cartilha sobre valores do esporte que servirão como referência para palestras e treinamento de professores do Sesi voltados para valores do esporte entre trabalhadores praticantes esportivos. A experiência do Projeto Sesi Valores do Esporte em Santa Catarina, ora em andamento, é apresentada detalhadamente no capítulo a seguir.



REFERÊNCIAS

BARA FILHO, M. G.; DACOSTA, L. P. A concepção de Pierre de Coubertin sobre a Educação Olímpica para os Trabalhadores: uma abordagem atualizada. In: TURINI, M.; DACOSTA, L. P. (Org.) **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. CD-ROM Biblioteca Básica em Estudos Olímpicos.

BRAZ, I. Israel: development and management of Sport for All. In: DACOSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 127-132.

CAMPOS, Rui. SESI: esporte e lazer. In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

CHANG, J. Sport for All in Korea. In DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 133-173.

COE, S. Sport is a hidden social worker. **UK Sport**. 2007. Disponível em: <http://www.uk sport.gov.uk/news/sport_is_a_hidden_social_worker_explains_coe/>

DACOSTA, L. P.; PEGADO, P.; GRANDO, J. C. **Esporte e lazer na empresa**. Brasília: Ministério da Educação/SEED, 1990.

DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DACOSTA, L. P. A never-ending story: the philosophical controversy over Olympism. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 33, p. 157-173, 2006.

DEJOURS, C. **O fator humano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.



GIL, Rosemeiri. Serviço Social do Comércio -SESC II: esporte, lazer e bem-estar social. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

GIL, Rosemeiri et al. Serviço Social do Comércio -SESC I. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

GOMES, M.; TURINI, M. O impacto do programa SESI-Esporte para agregar valores olímpicos na vida do trabalhador e da empresa: uma avaliação. In: MORAGAS, M.; DACOSTA, L. (Org.). **Universidad y estudios olímpicos: Seminarios Espana-Brasil, 2006**. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos - Universidad Autónoma de Barcelona, 2007.

GOSLIN, A.; BUSH, A. South Africa: Sport for All as 'Getting the Nation to Play'. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 209-225.

IBSEN, B.; JØRGENSEN, P. Denmark: Sport for All as a cultural and voluntary development. In DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 293- 322.

IKEDA, M.; YAMAGUCHI, Y.; CHOGAHARA, M. Japan: Sport for All in life-long perspectives of health and fitness. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 89-107.

INSTITUTO ETHOS. 2001. Disponível em: <www.ethos.org.br>.

JONES-PALM, D. United States of America: Sport for All as a complex and uncoordinated network. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 707-724.



KISBY, R. Canada: participation and active living as catalysts of Sport for All. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 725-747.

MIRAGAYA, A. M. The process of inclusion of women in the Olympic Games. 2006. Tese (Doutorado em Educação Física)–Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

MULLER, N. Olympism and Sport for All. In: **Proceedings of the 28th International Session**. Ancient Olympia, IOA. p. 187-199, 1988.

NOGUEIRA, Heloísa et al. Projetos de inclusão social I: história e conceitos. In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

RIBEIRO, E.; PRISTA, A. Mozambique: Sport for All under poverty and war conditions. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 227-236.

SANTOS, Júlio Maia F. Dimensões e diálogos de exclusão: um caminho para a inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-29.

SAVOLA, J. Finland: the country where sport is for all. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 333-351.

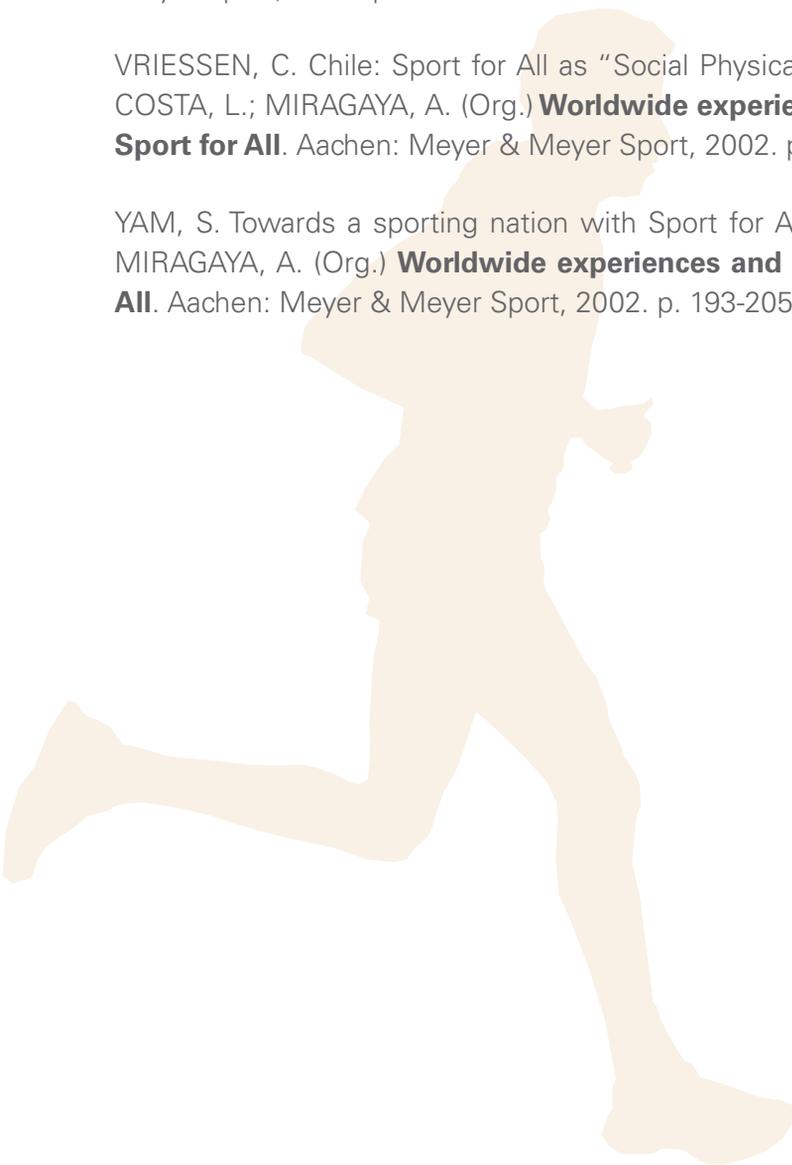
SIMON, E. et al. Mexico: a cultural based Sport for All with social inclusion. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 661-674.



SUCIU, A.; BALOTA, I.; OANA, O. Romania: Sport for All as a change of mentality and a new lifestyle. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 475-492.

VRIESSEN, C. Chile: Sport for All as "Social Physical Education" In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 627-645.

YAM, S. Towards a sporting nation with Sport for All. In: DACOSTA, L.; MIRAGAYA, A. (Org.) **Worldwide experiences and trends in Sport for All**. Aachen: Meyer & Meyer Sport, 2002. p. 193-205.



Capítulo 6

Experiência do SESI de Santa Catarina
em Valores do Esporte na Empresa
2005 / 2007



Fábio F. S. Rodrigues

Coordenador de Lazer SESI/SC

Bases e Conceitos

O projeto Valores do Esporte do SESI – Santa Catarina (SC) consiste na disseminação e divulgação de atributos positivos que o esporte é capaz de fazer refletir junto ao trabalho. Disputar uma jogada, correr atrás de um objetivo, incentivar ou até mesmo chamar a atenção de uma equipe, saber lidar com vitórias e derrotas, “jogar limpo” (‘fair play’) são peculiaridades que estão incutidas em uma competição esportiva e que podem ser resgatadas de forma produtiva e exemplar para o ambiente profissional, visando a melhores resultados tanto para o indivíduo como para empresa em que ele trabalha.

Ao se focalizar nos valores presentes no esporte, deixando de percebê-lo apenas como uma atividade competitiva em que há vencedores e vencidos, a prática esportiva se torna predisposta a dar sentidos de valor à vida do trabalhador. Esses valores, se absorvidos e internalizados, influenciam o comportamento de cada indivíduo, que poderá enfim apresentar melhores resultados e melhorias, seja no ambiente esportivo, seja no trabalho ou em sua vida.

Prevendo fazer a ponte que liga os bons exemplos que o esporte reflete no ambiente profissional e ao mesmo tempo cumprindo seu papel de fomentar bem-estar para o trabalho, o SESI iniciou o projeto Valores do Esporte no estado de Santa Catarina com base no conceito “Esporte melhora o resultado de pessoas e empresas”. Este projeto na área esportiva foca valores que enfatizam a relação trabalho e vida de seus praticantes e assim tornando o Programa SESI Esporte uma atividade que agrega valor à vida do trabalhador e consequentemente ao local de trabalho.

Em 2005, a partir de março, iniciou-se a concepção e formatação do projeto, através de reuniões e discussões internas, além da



contratação de uma consultoria técnica para a elaboração da base conceitual. Ainda neste ano, a partir de agosto, teve início a primeira fase do projeto, na qual foram realizados 15 seminários em Santa Catarina, onde 673 participantes representando 327 indústrias catarinenses foram sensibilizados sobre o tema. O formato Seminário constituiu uma primeira etapa deste projeto, visando à sensibilização dos representantes das indústrias sobre o tema e a eleição dos valores desenvolvidos naturalmente pelo esporte. Esta eleição foi meramente opinativa com base em experiências individuais e em possibilidades de convergência para valores desejados pela empresa moderna como atributo de trabalhadores, até mesmo como um diferencial competitivo para o mercado de trabalho.



Seminário em São Bento do Sul - SC, com mais de 100 participantes



Os valores de eleição foram propostos no projeto para serem escolhidos em forma geral e que pudessem representar e colaborar com as atividades de pessoas e empresas de todas as regiões do estado, e não somente com uma empresa em particular. Além disso, sugeriu-se na introdução de cada seminário que as empresas deveriam organizar suas próprias iniciativas quanto à identificação e desenvolvimento de valores internos e típicos a cada uma delas. Participaram dos seminários empresários, diretores, gerentes, representantes da área de RH, representantes esportivos de empresas e de associações recreativas das principais empresas catarinenses.

O projeto tem pretendido, desde então, ser fator de relevância quando da análise da contribuição do esporte para melhorar processos de gestão de pessoas e empresas. Nestas condições, entendeu-se que a experiência de Santa Catarina fosse uma das bases para o projeto Valores do Esporte SESI, uma versão nacional e mais avançada do que o trabalho inicial de Santa Catarina, o que dependeria de avaliações de impactos pós-seminários. Seguem-se, portanto, nas seções seguintes desta comunicação, as abordagens adotadas da experiência de Santa Catarina que poderão ser ampliadas para alcance nacional, tendo o suporte da estrutura do SESI.

Objetivos Gerais

Em suas origens, o projeto de Santa Catarina teve como pontos de partida conhecimentos correntes no mundo empresarial e em textos sobre o tema de valores em empresas. Neste particular, os objetivos então assumidos para o projeto foram experimentais e definidos com base em perguntas geradoras, tais como: o trabalhador que pratica esporte pode ser um profissional melhor, ou com um perfil mais próximo do que procura a empresa moderna? A empresa que estimula a prática de esportes é uma empresa melhor para se trabalhar? O esporte pode ser considerado um indicador de qualidade de vida para o trabalho? É possível melhorar a imagem e os resultados de pessoas e empresas por meio da prática esportiva?



As respostas a estas questões ainda permanecem válidas ao longo da experiência de Santa Catarina, contudo, inicialmente, deram origem a dois objetivos gerais para o desenvolvimento do projeto, atendendo tanto as empresas como seus trabalhadores. Estes objetivos foram naturalmente relacionados ao Programa Sesi Esporte, um contexto privilegiado de definições das relações entre empresa e trabalhador, sendo este entendido como praticante esportivo ou mesmo atleta participante das competições do Sesi:

- Reconhecer o Programa Sesi Esporte como um produto que agrega valor às empresas clientes, e não somente um resultado final, ao se admitir que valores do esporte podem coincidir com valores a serem introduzidos e cultivados nas empresas visando a um desenvolvimento eficaz dos seus recursos humanos.
- Melhorar as relações de ambiente de trabalho nas empresas por meio de valores do esporte, fortalecendo igualmente relações do trabalhador-atleta em seus vários ambientes, ou seja: familiar, comunitário, da empresa e do exercício da cidadania.

Metodologia e Resultados

O projeto Valores do Esporte de Santa Catarina apresenta-se dividido em três etapas, conforme se segue:

Etapa 1 – Sensibilização e Eleição dos Valores

Realização de 15 seminários em todo o estado para discussão de temas relacionados à prática esportiva e aos valores que o esporte desenvolve e que podem refletir no ambiente de trabalho, na família e até mesmo na sociedade.





Eleição dos valores: mesa de convidados com material e cédula discutindo os valores que representaram o voto do grupo

O público-alvo do seminário envolveu dirigentes esportivos das indústrias, além de representantes de RH e empresários.

O objetivo específico do seminário foi sensibilizar as indústrias através de seus representantes sobre a importância da prática do esporte e sobre os benefícios que ele pode trazer em termos de desenvolvimento de valores a seus praticantes, estabelecendo a relação entre os vários ambientes onde este indivíduo interage e é influenciado por esses valores. Além disso, o seminário visou eleger os cinco valores que melhor representassem essa relação e convergissem com os interesses da indústria moderna.



Material de comunicação para esta etapa:

Comunicação Social

- Pesquisa.
- Assessoria de imprensa.

Comunicação Visual

- Criação marca
- Convite para seminário
- Banner
- Cédula
- Pasta
- Bloco

Os resultados ao final da primeira etapa foram os seguintes:

Participantes: 673

Indústrias: 327



Cronograma e local dos seminários:				
DATA	LOCAL	EMPRESAS	PÚBLICO	UNIDADES
17/08	Joinville	20	49	Joinville
18/08	Jaraguá do Sul	19	35	Jaraguá do Sul
18/08	Blumenau	17	64	Blumenau e Pomerode
20/09	São Bento do Sul	54	103	São Bento, Rio Negrinho, Mafra e Canoinhas
28/09	Tubarão	21	40	Tubarão e Orleans
29/09	Criciúma	07	11	Criciúma
10/10	Rio do Sul	23	60	Rio do Sul
13/10	Florianópolis	18	38	Florianópolis
18/10	Lages	22	31	Lages
25/10	Joaçaba	16	44	Joaçaba
26/10	Videira	16	36	Videira
27/10	Caçador	17	29	Caçador
09/11	Chapecó	16	31	Chapecó
09/11	Concórdia	26	37	Concórdia
18/11	Brusque	35	65	Brusque e Itajaí
TOTAL GERAL		327	673	



Valores Eleitos / Votação:	
Espírito de Equipe	94
Respeito	69
Comprometimento	67
Motivação	61
Orgulho de Representar a Empresa	57

Etapa 2 – Validação do Projeto Valores do Esporte e dos Valores Eleitos

Realização de visitas a empresários para conhecimento e sensibilização sobre o projeto e seus benefícios. Esta etapa teve início a partir de fevereiro de 2006, tendo como ponto de partida os resultados da etapa 1, preparando material de comunicação e agendando visitas a 35 empresários de grandes empresas de Santa Catarina. O objetivo principal era validar os valores eleitos por seus representantes durante os seminários, bem como difundir o escopo do projeto. Esta etapa foi finalizada em outubro de 2006 com 100% de aceitação sobre o projeto e de concordância sobre os cinco valores eleitos em Santa Catarina na primeira etapa.

O público-alvo foram empresários e/ou principais dirigentes de uma amostra indicativa das principais indústrias catarinenses.

Os objetivos específicos desta etapa são:

- Divulgar ao corpo empresarial a importância estratégica da prática esportiva como desenvolvimento de valores relacionados à gestão de pessoas, despertando o interesse e apoio à participação de seus colaboradores nas atividades do Programa Sesi Esporte e outras atividades esportivas.
- Difundir o escopo do projeto, explicando resumidamente todas as etapas para sensibilização ao tema.
- Referendar os valores eleitos pelos representantes das empresas de Santa Catarina durante a etapa dos seminários.



Materiais de comunicação para esta etapa:

Comunicação Social

- Pesquisa.
- Assessoria de imprensa sobre resultado da pesquisa com empresários – meios de comunicação visual
- Convite composto de *teaser* explicativo com CD e um brinde para empresários (réplica de bola da Copa 2006 de Futebol em embalagem produzida especialmente para o evento).
- Réplicas (3) de bola da Copa 2006 em embalagem produzida para funcionar como instrumento de referendo do projeto, em que o empresário assinava na própria bola simbolizando o seu aval ao projeto.

Resultados

Empresários participantes – 30

Período de realização – 16/06 à 23/11/2006

Percentual de aceite e concordância – 100%

Etapa 3 – Fortalecimento dos Valores Eleitos (em andamento em 2007)

Esta etapa está fundamentada nos resultados obtidos nas etapas 1 e 2, e dá início efetivo ao processo de mobilização das empresas e colaboradores da indústria no que tange ao entendimento prático do projeto Valores do Esporte e à disseminação e conscientização dos cinco valores escolhidos por representantes das indústrias e referendados pelos empresários em relação ao estado de Santa Catarina.

O público-alvo desta etapa será principalmente a indústria e o trabalhador. No entanto, além destes, ficam também atingíveis indiretamente a opinião pública interessada e toda a sociedade.



Objetivos específicos:

- Conscientizar o trabalhador-atleta sobre os valores que o esporte desenvolve e a importância destes valores que o esporte gradativamente agrega a sua vida para a busca do melhor desempenho na atividade que pratica, e a influência deste valor agregado em outros ambientes, seja no trabalho, na família ou na sociedade.
- Transformar o trabalhador-atleta em um multiplicador da ideia e dos valores a serem disseminados
- Contribuir para o desenvolvimento da indústria catarinense na formação de um trabalhador-atleta-cidadão mais consciente e mais apto para o exercício de suas funções nos vários ambientes.

Esta etapa se dará objetivamente nos eventos do Programa Sesi Esporte, desde suas fases locais, regionais até as estaduais e/ou nacionais.

Alguns exemplos de aplicação prática do processo foram realizados na Copa Sesi – Fase Estadual 2006, porém, como os valores estavam apenas parcialmente referendados, toda a comunicação visual para os atletas focou apenas o tema central: “Esporte melhora o resultado de pessoas e empresas”.

Na fase estadual dos Jogos do Sesi do mesmo ano, no mês de novembro, já com a etapa 2 finalizada, foram oficialmente lançados os cinco valores eleitos pelo projeto, com diversas ações visando enfatizar e disseminar esses valores para as empresas e trabalhadores-atletas.

A partir de 2007 cada valor será trabalhado individualmente, visando conceituar e esclarecer os participantes do programa sobre a importância deste valor que está sendo disseminado e suas relações nos vários ambientes.

Materiais de comunicação para esta etapa:

Busca-se trabalhar nesta etapa apoio efetivo na comunicação visual (banners, faixas, brindes, folheteria, vídeos, mostras fotográficas, etc.),



já que possivelmente este seja o meio mais eficaz para atendimento dos objetivos de sensibilização.

Conceito gerador da etapa:

A intenção da sensibilização é que o trabalhador-atleta se torne consciente de que o esporte desenvolve valores que influenciam posturas pessoais e os ambientes que as contextualizam. Havendo esta consciência, ele ou ela estarão mais receptivos quando houver uma necessidade, ou uma possibilidade, de demonstrar comprometimento, espírito de equipe, de excelência no desempenho entre outros valores que desenvolvem tanto os trabalhadores como as empresas. Estes indivíduos passarão a ser um elo de incorporação de valores, podendo se tornar agentes de disseminação para outros colegas de trabalho, sociedade e membros da família.

A etapa 3 para tanto, subdivide-se em três processos de comunicação que devem ser trabalhados de forma integrada:

- Visual: contempla material de comunicação visual como banners, faixas, cartazes, back-drops, etc.
- Voz: referente à comunicação falada, escrita como impressos, jingles, vídeos, sites, discursos, etc.
- Vivência: brindes, cerimoniais, ações promocionais, etc.





Palestra para os atletas II e IV – Copa SESI Fase Estadual 2006 – Participantes passam pelo auditório a fim de ter contato com o trabalho dos valores

Materiais de comunicação para esta etapa:

Comunicação Social

- Assessoria de imprensa.

Comunicação Visual

- Impressão conceito nas camisetas SESI Esporte.
- Brindes com valores.
- Banners.
- Faixas.
- Folhetos.
- Cartazes.
- Back-drop.



- Jingle.
- Vídeo.
- Hot site.
- Folheto para empresas vencedoras

Etapa 4 – Pesquisa e monitoramento do projeto (em andamento em 2007)

Esta etapa é paralela à etapa 3 e servirá como instrumento de avaliação para a eficácia da aplicação do projeto em Santa Catarina.

O público-alvo desta etapa serão as indústrias e os trabalhadores-atletas participantes das atividades do Programa Sesi Esporte.

Objetivos específicos:

- Aplicar um método de pesquisa que possa traçar um comparativo sobre o esporte, os valores e a sua relação com os diversos ambientes, antes e depois da aplicação deste projeto em Santa Catarina.
- Comprovar que “Esporte melhora o resultado de pessoas e empresas”
- Trazer subsídios para uma possível reaplicação do projeto após o fim do primeiro ciclo.

Plano de Comunicação

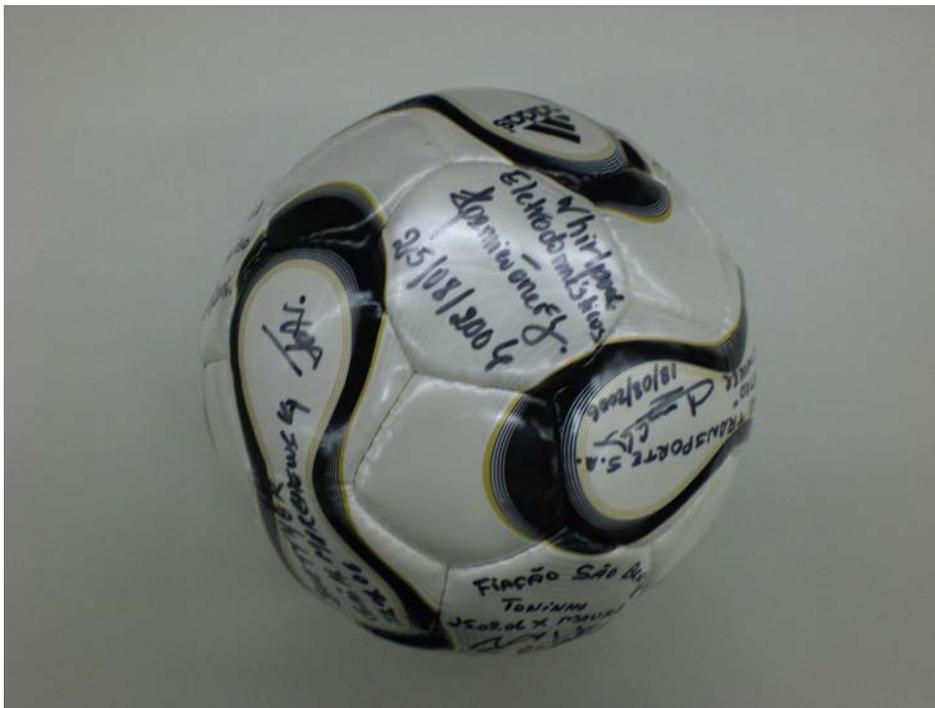
Projeção da marca

- A marca Valores do Esporte não deve ser traduzida como a marca de um produto, e sim percebida como um selo, um indicador de qualidade, de algo que agrega valor a um produto existente: Sesi Esporte. Ao mesmo tempo para que não haja equívoco, a marca deve trazer o conceito em seu corpo visual. Para tanto, elaborou-se uma marca associada à inscrição “esporte melhora o resultado de pessoas e empresas”



- Toda comunicação da marca se dará tendo o produto SESI Esporte como pano de fundo. Sendo assim, o selo Valores do Esporte estará sempre associado à marca SESI Esporte. O selo “Valores do Esporte” deve estar presente em todos os eventos do SESI Esporte, assinando as peças visuais (convites, banners, sites) ou prospectando certo Valor (o cronograma do Valor a ser trabalhado por evento será definido pela coordenadoria de Lazer).
 - Eventos do SESI Esporte para se comunicar Valores do Esporte:
 - SESI Verão
 - Prêmio SESI de Pesca
 - SESI Surf
 - Master SESI de Tênis
 - Meeting SESI
 - Copa SESI
 - Jogos SESI
- O selo Valores do Esporte deve estar presente dentro das empresas também, sendo assim se estará distribuindo brindes “Valores do Esporte” nas inscrições para eventos do SESI Esporte, bem como serão enviados para os RH das empresas e/ou corpo executivo cartões de parabéns referentes à empresa e/ou colaborador que tenha participado do SESI Esporte.





Validação do projeto Valores do Esporte SESI-SC e valores eleitos com empresários catarinenses – assinaturas coletadas em bolas de futebol



Capítulo 7

Análise da Experiência do SESI SC e Alternativas de Avaliação



Contexto do projeto

O Serviço Social da Indústria (SESI) foi criado em 7 de agosto de 1946 como uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria brasileira. Com a função de prestar serviços sociais de saúde, educação, lazer, cultura, alimentação e de promoção da cidadania, o Sesi visa melhorar a qualidade de vida do trabalhador da indústria, transportes, comunicação e pesca, bem como a de seus dependentes, através de um amplo programa que integra diferentes projetos sociais, entre eles: Sesi Ginástica na Empresa, Esporte Solidário, Sesi Lazer na Empresa, Terceiro Tempo, Largada 2000 e o Programa Sesi Esporte, que vem se destacando no contexto do esporte de competição para o trabalhador.

A atenção voltada para o trabalhador da indústria com relação à participação no esporte inicia-se com o nascimento do Esporte Moderno (final do século XIX) e o início do Movimento Olímpico proposto por Pierre de Coubertin. Embora a imagem de Coubertin esteja habitualmente associada aos Jogos Olímpicos da Era Moderna, sua preocupação era de que a prática esportiva não se restringisse ao atleta de alta competição, mas que atingisse o maior número de praticantes, valorizando também a participação do trabalhador. Coubertin procurou introduzir suas idéias na então existente Associação Internacional do Trabalho (AIT), que lutava por melhores condições para os trabalhadores. Mas o Comitê Olímpico Internacional (COI) rejeitou esta iniciativa e o projeto não transitou no Movimento Olímpico, que desde então concentrou seus esforços fundamentalmente nos Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão².

Atualmente os programas e iniciativas de atividades físicas para o trabalhador têm crescido em diferentes países com objetivos, sobretudo, voltados para o desenvolvimento de recursos humanos, promoção da saúde e bem-estar do indivíduo e do grupo. No Brasil, Pimentel (2005) apresenta dados atuais que revelam que o tipo mais comum de atividade física interna na empresa é a ginástica laboral.

² CHOLLEY apud BARRA FILHO; DACOSTA, 1999.



As condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores têm sido também objeto de reflexão e ação das instituições que capacitam os profissionais que vão atuar direta e indiretamente com os programas relacionados às atividades físicas, esportivas e de lazer em empresas. É o que verificamos, por exemplo, no programa do curso de Especialização em Gestão da Qualidade de Vida na Empresa, realizado pela UNICAMP, que destaca: “O desenvolvimento dos conteúdos propostos relacionados às atividades físicas, esportivas e de lazer visa à eficiência da gestão, saúde psíquica e bem-estar emocional, qualidade de vida e adoção de participação integradora e coletiva na empresa, preparando o profissional para a utilização correta de instrumentos de intervenção que possibilitem melhorar as relações interpessoais no interior da organização”.

Como anteriormente realçado neste Manual, Daniela Reis³, Diretora executiva do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), ao analisar as ações de fundações e institutos que gerenciam o investimento social das empresas e realizam projetos, aponta para um início de migração do “assistencialismo” para o “investimento social privado”. Isso significa que as ações estão mais voltadas para determinados focos, como educação e esportes, que vão além do que o projeto tenta resolver, “é um lastro do projeto e da ação social a uma questão que faz sentido para o Brasil, (...)”. Uma visão multidimensional considera a noção de que a meta estratégica de desenvolvimento da empresa pode estar também atrelada a um plano maior de desenvolvimento social do país.

Nesse contexto, tornou-se corrente entre os responsáveis pelo Projeto SESI Esporte - iniciativa de base do SESI em relação às práticas esportivas de suas empresas- clientes - uma insatisfação com o modelo de torneios de competição entre as empresas. Para os organizadores e gestores, falta um princípio diretor maior para o SESI e para a empresa. Tal princípio deveria ser voltado para os torneios competitivos e que não se restringisse à idéia de participar, competir e voltar ou não com um

³ REIS, Daniela. **Investimento social privado**: um novo patamar. GIFE –Grupo de Institutos, Fundações e Empresas/Brasil. Disponível em: <http://www.gife.org.br/artigos_open.php?codigo=6687>.



troféu para casa. O importante é que agregue valores como cooperação, co-responsabilidade e fortalecimento da democracia. Todos esses valores permanentes e positivos tanto para as inter-relações na própria empresa, como necessários para a construção de um país melhor.

Atualmente, no Programa SESI Esporte são desenvolvidos os Jogos Regionais e os Jogos Nacionais para trabalhadores. Por meio deste Programa ocorrem os campeonatos esportivos entre empresas, possibilitando a transformação do industriário em trabalhador-atleta, projetando nacional e internacionalmente a marca de suas empresas.

A primeira Olimpíada Operária Brasileira foi realizada em 1953 em Curitiba. Em 2005, os Jogos Nacionais do SESI contaram com a participação de 550 trabalhadores-atletas de 91 empresas, competindo em nove modalidades: futsal, futebol sete máster, voleibol, vôlei de praia, atletismo, tênis de mesa e xadrez, tendo o apoio institucional do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNESCO. Resultados expressivos foram alcançados após esta competição, pois sete empresas competindo em cinco modalidades participaram de torneios no exterior e outras duas empresas representaram o Brasil na Copa do Mundo do Trabalhador de 2006. Em 1998, foi realizada a primeira edição dos Jogos Regionais do SESI, que vem reunindo anualmente até hoje cerca de 3.000 trabalhadores-atletas de centenas de empresas. Os Jogos representam a fase seletiva para as empresas alcançarem a fase nacional, bem como para a fase internacional do calendário da Confederação Esportiva Internacional do Trabalho (CSIT) e da Confederação Pan-Americana de Desporto do Trabalhador (COPADET).

Os vínculos internacionais do SESI Nacional com a CSIT foram promovidos por Lamartine DaCosta em meados da década de 1990, quando participava da Academia Olímpica Internacional (AOI), Grécia, como professor palestrante (Rui Campos, 2006, comunicação oral). Desde então, a dimensão internacional do esporte de competição para trabalhadores-atletas expandiu-se no Brasil, e hoje se destaca entre as três dezenas de países que estão associados à CSIT.



Operacionalização do projeto

No Brasil, hoje a meta do Sesi Esporte é envolver o maior número de empresas, estabelecendo uma cadeia Sesi-TRABALHADORES-EMPRESAS através de valores reconhecidos pelos três como positivos, tendo o esporte como eixo condutor. Além disso, foi traçado um projeto de intervenção experimental em Santa Catarina (Capítulo 6 deste Manual) com empresas vinculadas ao Programa Sesi Esporte. Os objetivos são: (i) relacionar quais os benefícios que estes valores proporcionam para o indivíduo, a empresa e a comunidade e (ii) reconhecer o Programa Sesi Esporte como um produto que agrega valor às empresas-clientes, e não somente um resultado final, admitindo-se que valores do esporte podem coincidir com valores a serem introduzidos e cultivados nas empresas visando a um desenvolvimento eficaz dos seus recursos humanos.

Este projeto, a partir de 2005, foi denominado Valores no Esporte em Santa Catarina (SC), ao qual coube a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficácia do projeto a partir do seu real impacto sobre a percepção e ação dos trabalhadores diante dos valores declarados positivos, após as ações de intervenção na prática esportiva.

O Projeto Valores no Esporte em Santa Catarina foi planejado para ocorrer em três etapas. A primeira etapa (Sensibilização e Eleição dos Valores) realizou-se em 2006 por meio do Seminário Valores do Esporte em várias cidades de Santa Catarina, ministrado pelos professores Fábio F. Silva e Lamartine P. DaCosta (palestras de sensibilização). Participaram dos seminários representantes dos trabalhadores-atletas, gestores e empresários das empresas participantes do Programa Sesi Esporte. Os dez valores eleitos com maior incidência por trabalhos de grupo nesta etapa para a relação trabalhador-empresa foram:



Valores escolhidos	Frequência de votos
1º) Espírito de Equipe	94
2º) Respeito	69
3º) Comprometimento	67
4º) Motivação	61
5º) Desejo de representar a empresa	57
6º) União	52
7º) Integração	48
8º) Liderança	42
9º) Responsabilidade	41
10º) Excelência	37

A segunda etapa do projeto – ora em transcurso em 2007 – concerne ao fortalecimento dos valores, no sentido de chamar a atenção para a identificação, o reconhecimento e adoção dos valores. Durante os Jogos do Sesi estão sendo distribuídos entre os trabalhadores-atletas e representantes das empresas camisetas, vídeos, pulseiras alusivas, folhetaria, etc. acerca dos cinco valores mais votados nos seminários. Nas empresas visa-se estabelecer o vínculo entre os valores que podem estar presentes tanto no esporte, quanto no trabalho, na vida social e no país.





Copa Sesi – Comunicação visual 2006, uma das formas iniciais de comunicação do projeto Valores do Esporte com os trabalhadores-atletas

A terceira etapa (2007-2008) consiste na pesquisa de avaliação e monitoramento do projeto de Santa Catarina. E neste particular, pretendemos aqui estabelecer alternativas para sua avaliação. Nesta perspectiva, uma abordagem teórica pertinente do projeto de Santa Catarina pode se referir a Cohen (2004), que diferencia a avaliação de projetos sociais em Avaliação de Processo e Avaliação de Impacto. A primeira é realizada durante a implementação do projeto, afetando a sua organização, detectando suas dificuldades e corrigindo-as, diminuindo a sua ineficiência. A segunda procura determinar em que medida o projeto alcança seus objetivos e quais são seus efeitos secundários (previstos e não previstos). O que nos possibilita a avaliação de impacto é a tomada de decisão sobre a manutenção do projeto ou a sua substituição. Logo, o objetivo geral dessa pesquisa apresenta-se aqui preliminarmente como “Avaliar o impacto do Projeto Valores no Esporte em Santa Catarina quanto à sua capacidade para agregar ou fortalecer valores importantes na relação trabalhador-empresa”.



Análise do projeto para fins de avaliação

A pesquisa proposta no projeto na sua terceira etapa pode ser definida por um levantamento do tipo descritivo-exploratório, o qual, segundo Gil (1999), busca a compreensão de uma realidade ainda pouco explorada, possibilitando novos enfoques e hipóteses de pesquisa. Estes critérios de investigação se referem à natureza do projeto, portanto refletindo-o em seu entendimento posterior sob forma de impactos. Em princípio, um instrumento hábil para este tipo de investigação é um questionário aberto a fim de compreender a percepção dos trabalhadores-atletas sobre os valores eleitos na primeira etapa do projeto.

No segundo momento, é aplicável aos trabalhadores-atletas um questionário misto com questões relacionadas aos valores reconhecidos e vivenciados no esporte e a sua possível influência no cotidiano do trabalho, da família e da sociedade. Ter-se-ia então uma identificação e um dimensionamento dos impactos passíveis de serem gerados pelo projeto.

No terceiro momento, mostra-se também adequada a aplicação de um questionário fechado tanto com trabalhadores não-atletas que se relacionam com os trabalhadores-atletas, quanto com os seus chefes imediatos. Este terceiro estágio da pesquisa de avaliação teria a intenção de verificar se na percepção dos “outros”, as atitudes dos trabalhadores-atletas correspondem ao comportamento declarado com relação aos valores e, ainda, se em sua percepção o fato dos trabalhadores participarem dos torneios esportivos afeta positivamente o comportamento desse grupo. De acordo com Becker (1993), esta é uma estratégia de confrontação na equação grupo-informante-pesquisador. Estaríamos, assim, verificando os valores numa rede de relações.

Segundo Moura (1982), a percepção é a apreensão de idéias que se posicionam entre um estado de sensação e um estado de intuição intelectual. Percepção é uma posse de idéias. A percepção como uma apreensão direta de uma situação objetiva está desvelada de interpretações ou reconhecimentos específicos das características destas informações. Já a atitude pode ser entendida como a organização interna da posse de idéias



do indivíduo; considerando seus valores, sentimentos e emoções, ocorre um processamento ou filtragem das idéias, transformando-se numa predisposição para agir (comportamento) em relação a objetos, pessoas e situações a que está relacionado (DELA COSTA; DAMORIM, 1998).

A análise do comportamento dos trabalhadores-atletas no seu lócus de ação seria relevante para estabelecer níveis de correlação entre percepção, atitude e comportamento, já que alguns estudos na área de Valores, Educação Física e Esportes têm apontado para uma inconsistência entre percepção, atitude e comportamento⁴. Entretanto, a avaliação ora em análise de sua viabilidade limitar-se-á aos níveis da percepção e da atitude, considerando o grande número de trabalhadores existentes nas empresas que participam do projeto, o que inviabiliza, a princípio, uma observação de campo realizada no cotidiano do trabalho. Uma segunda limitação é a dificuldade de controlar as variáveis além do esporte que podem influenciar no bem-estar do trabalhador-atleta no cotidiano da empresa, como salários em dia, remuneração adequada à qualificação e ao trabalho do empregado, as condições de trabalho, oportunidades de aperfeiçoamento profissional, entre outras. Tais limitações para avaliação do projeto de Santa Catarina já foram apontadas previamente por Gomes & Turini em trabalho de 2006 e publicado em 2007 no livro *Universidad y Estudios Olímpicos – Seminarios España – Brasil, 2006* (MORAGAS; DACOSTA, 2007), cujo tema central foi o de valores esportivos olímpicos.

⁴ GOMES, Marta C. Solidariedade e honestidade: os fundamentos do fair-play entre adolescentes escolares. In: TAVARES, O.; DACOSTA, L. (Ed.). **Estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

TURINI, M. **Comportamento normatizado versus comportamento efetivo na prática do fair play entre jovens escolares, de Quintino, Rio de Janeiro**. 2002. Dissertação (Mestrado)–UGF, Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, C. **O espírito desportivo e os jovens praticantes desportivos**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1990.

VIEIRA, José Luiz. **Avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes em relação a dilemas morais da vida diária e da prática esportiva**. 1993. Dissertação (Mestrado)–UFSM, Santa Maria, 1993.



Conclusões

Em resumo, este trabalho de avaliação vislumbra futuras tomadas de decisão de caráter qualitativo, dando continuidade ou não ao projeto, e quantitativo, oferecendo dados significativos para modificações nos processos de intervenção de Programas de Esporte e Educação para Trabalhadores focando valores (Olímpicos ou não). Este último seria o caso da expansão do projeto de Santa Catarina para a escala nacional em termos de direcionamento do SESI.

Em conclusão, do ponto de vista científico, a avaliação do projeto de Santa Catarina pode ou não permitir seu desdobramento para todo o país, dependendo dos impactos constatados, o que somente será possível no transcorrer de 2008. Assim sendo, uma medida apropriada de gestão para a adoção de valores como base de intervenção do SESI Nacional no estágio atual e em seus projetos e programas consistiria em assumir os valores de acordo com seus potenciais já reconhecidos em educação, cultura, saúde e, sobretudo, esporte. Este reconhecimento pode explorar tal opção de valores à luz de exemplos práticos de organizações que tenham optado por tal solução anteriormente. Estas posições teóricas-práticas seriam adicionadas a longo prazo às lições do projeto de Santa Catarina, de modo a se ter uma experiência do próprio SESI atribuída a uma nova estratégia de lidar com o esporte de competição entre sua clientela.



REFERÊNCIAS

BARA FILHO, M. G.; DACOSTA, L. P. A concepção de Pierre de Coubertin sobre a educação olímpica para os trabalhadores: uma abordagem atualizada. In: TURINI, M.; DACOSTA, L. P. (Org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CAMPOS, Rui et al. Serviço Social da Indústria – SESI (I). In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

CAMPOS, Rui et al. SESI (II) Esporte e Lazer. In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

CAMPOS, Rui et al. SESI (III) Programas. In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DELA COSTA, M.; D'AMORIM, M. A questão da consistência entre atitude e comportamento. **Mente Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-22, dez. 1998.

GOMES, Marta C. Solidariedade e honestidade: os fundamentos do fair-play entre adolescentes escolares. In: TAVARES, O.; DACOSTA, L. (Ed.). **Estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

GOMES, Marta; TURINI, M. O impacto do Programa SESI-Esporte para agregar valores olímpicos na vida do trabalhador e da empresa: uma avaliação. In: MORAGAS, M.; DACOSTA, L. M. (Org.) **Universidad y estudios**



olímpicos: Seminarios España-Brasil, 2006. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos - Universidad Autónoma de Barcelona, 2007.

GONÇALVES, C. **O espírito desportivo e os jovens praticantes desportivos.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1990.

GIL, Antônio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

PIMENTEL, Giuliano G. Atividades físicas na empresa. In: DACOSTA, L. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Shape, 2005.

REIS, Daniela. Investimento social privado: um novo patamar. GIFE –Grupo de Institutos, Fundações e Empresas/Brasil. Disponível em: <http://www.gife.org.br/artigos_open.php?codigo=6687>.

TURINI, M. **Comportamento normatizado versus comportamento efetivo na prática do fair play entre jovens escolares, de Quintino, Rio de Janeiro.** 2002. Dissertação (Mestrado)–UGF, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, José Luiz. **Avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes em relação a dilemas morais da vida diária e da prática esportiva.** 1993. Dissertação (Mestrado)–UFSM, Santa Maria, 1993.



Capítulo 8

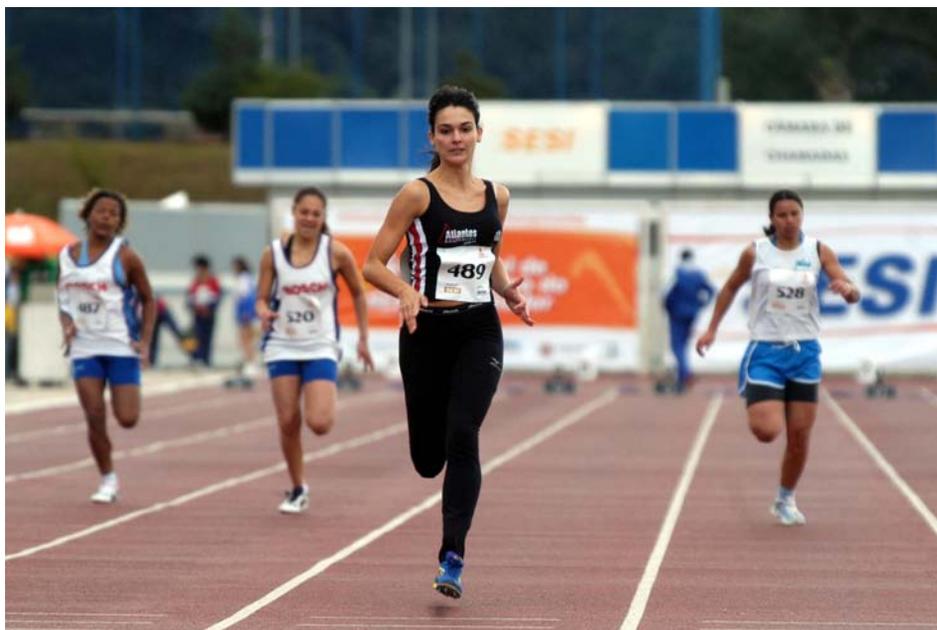
Conclusão: Possibilidades e
Direcionamentos do Projeto Valores do
Esporte SESI em Escala Nacional



O projeto Valores do Esporte SESI surge de uma iniciativa calcada na preocupação sobre o papel que o esporte estaria desempenhando na vida do trabalhador, especialmente do trabalhador-atleta envolvido com o esporte competitivo gerado por objetivos de performance e desempenho. O modelo de competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais, na medida em que se aproximava da reprodução do formato institucionalizado dos grandes Jogos e Competições promovidos pelo SESI, estaria também se desatualizando de sentido considerando um alto custo investido nos eventos competitivos, os quais poderiam se tornar, de certa forma, um fim em si mesmo, sem maiores retornos sob o ponto de vista do desenvolvimento social e humano e da própria empresa.

Embora os resultados esportivos representados por medalhas, recordes, frutos da performance atlética do trabalhador e da busca pela superação possam supostamente contribuir para a imagem da empresa, assim como acontece na imagem de países, a visão aqui estabelecida com o esporte limita-se ao seu caráter reducionista. O “esporte pelo esporte” seria uma prática restrita aos momentos de competição que visa única e exclusivamente o produto (vencer) e termina com a finalização do calendário dos jogos e das competições. Nestes casos, o valor atribuído ao esporte exclui a idéia de *processo*, de movimento, de ressignificação e de permanência para a vida individual e do grupo, não levando em consideração os sentidos que tais práticas passam a ter na vida do trabalhador e em consequência da empresa.





Valores do Esporte do Trabalhador: garra para vencer, busca da excelência...

Lembrando que os trabalhadores são “trabalhadores-atletas”, mas não “atletas profissionais”, o esporte praticado voluntariamente com caráter de performance ocupa o tempo livre, do *não-trabalho*, traduzindo-se assim também como esporte-lazer, o que imediatamente faz mudar a direção dos fundamentos, princípios éticos e objetivos relacionados a essa modalidade de prática esportiva e de possíveis intervenções. Caberia, em tese neste caso, uma conciliação entre objetivos e expectativas do trabalhador, do Sesi e da empresa.

O Sesi, por sua própria tradição e vocação para o desenvolvimento de políticas e ações sociais, tem refletido implicitamente (ver *Atlas do Esporte do Brasil*, p. 82-92) sobre a necessidade de construção de uma base mais significativa para os programas esportivos. Essa base deve estar calçada em valores de desenvolvimento da condição humana e social. Essa tendência revela-se desde 1946 – ano de início das atividades do Sesi – quando a razão fundadora das intervenções na nova entidade apoiava-se



na então chamada “paz social”. Nos anos seguintes, estas ações assistencialistas e de desenvolvimento social, cultural e físico dos trabalhadores da indústria tiveram continuidade com denominações e objetivos distintos, embora não assumidos todavia como “valores”.

Neste sentido, o SESI estaria entrando também em consonância com um movimento empresarial (internacional e nacional) de repensar a visão anterior de Investimento Social Privado, mais calcada no assistencialismo, dando espaço à perspectiva de Responsabilidade Social, o que, para Serva (2006), tem promovido novas formas de organização e institucionalização da ação empresarial no campo dos projetos sociais.

O movimento a favor dos valores que o esporte pode agregar o redimensiona como um valor social e dessa forma traz à tona a característica intrínseca de *caleidoscópico* – transforma-se e ganha diferentes significados dependendo da posição (lugar, cultura, condição sócio-econômica) por onde se “olha” e se vivencia. Lembramos que o que tem valor social é para cada sociedade particular e específico e somente pode ser compreendido por um percurso que identifique as relações entre todos os valores sociais e seus significados na totalidade da sua própria estrutura social. Entretanto, tal particularidade do esporte convive de forma, às vezes contraditória, com seu valor essencial de *universalidade*, garantido, obviamente pelas instituições.

As diferentes abordagens de programas de esporte nas empresas: valores e possibilidades de ações

Alguns exemplos internacionais de programas de esporte nas empresas foram apresentados no Capítulo 5 desse manual como diferentes perspectivas para o desenvolvimento do esporte entre trabalhadores. Neste particular, nota-se então que embora haja traços em comum que assemelham os objetivos e fins dos projetos, as necessidades, expectativas e significados relativos à cultura e ao nível de desenvolvimento social



e econômico reforçam a noção *caleidoscópica* do esporte: os projetos são criados refletindo as realidades locais e criando demandas (carregando valores) para as realidades, considerando não somente necessidades e expectativas de grupos, mas discursos sociais dominantes (como o da saúde pelo ponto de vista biomédico, orgânico e funcional, isto é, científico e racional). Neste particular, a experiência do SESI de Santa Catarina sobre valores do esporte na empresa pode ser incluída nesta interpretação a julgar pelo texto do Capítulo 6.

No Quadro 10, a seguir, podemos visualizar melhor essas demandas:

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Japão	O esporte tem sido conduzido por organizações governamentais e não-governamentais. O Ministério do Trabalho oferece cursos de treinamento em liderança, convoca líderes e treinadores em saúde para promover atividades físicas e esportivas nos locais de trabalho.	Esporte para toda a vida: incentivar a população a adotar atividades físicas e esportivas para enfatizar um estilo de vida saudável e produtivo.

Continua...



...Continuação

**Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em
13 países**

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Israel	<p>O Ministério da Saúde tem interesse no valor saúde quando os programas incentivados pelo governo beneficiam primeiramente trabalhadores de fábricas e indústrias.</p> <p>Procuram organizar projetos de esportes para trabalhadores em seu tempo livre e estudar e acompanhar a influência da atividade física na saúde e na eficiência dos trabalhadores.</p>	<p>Promover o bem-estar e a qualidade de vida para os trabalhadores que são fisicamente ativos; conscientizar gerentes e chefes sobre a importância da prática da atividade física e do esporte para o trabalhador. Isto é realizado através de palestras e da prática de algumas atividades. A ativação dos trabalhadores começa também com palestras e cursos para uma maior sensibilização e conscientização do próprio trabalhador.</p>

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Cingapura	A National Trade Union Congress (NTUC), representante do movimento trabalhista em Cingapura, tanto para empresas públicas quanto para empresas privadas, tem se mostrado extremamente ativa na promoção de atividades esportivas para todos os trabalhadores. Além de organizar eventos e competições esportivas, a NTUC confere total apoio ao programa Employee Fitness, especialmente através da NTUC Income, companhia de seguros sob responsabilidade da NTUC, que mantém mais de 25 centros de atividades esportivas no país.	Saúde e bem-estar do trabalhador. Proporcionar melhor qualidade de vida e conseqüentemente maior desempenho e produtividade

Continua...

...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Coréia do Sul	Diminuiu o número de horas da jornada de trabalho, aumentando a procura pela prática de esportes. Em 1986, o governo conduziu uma pesquisa para obter dados a respeito de preferências de atividades esportivas por parte da população em geral e dos trabalhadores. A partir dessa pesquisa, aprovou uma lei obrigando empresas que tivessem mais de 500 empregados a formarem 'clubes de esporte' que oferecessem mais de um esporte aos trabalhadores. A partir de então, muitas empresas estimularam a organização de clubes de esportes e competições esportivas para os trabalhadores.	Melhorar as condições de saúde especificamente dos chamados 'trabalhadores do colarinho branco'.

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
África do Sul	Incentivar os diferentes trabalhadores para que busquem esportes e atividades físicas condizentes com seus interesses, sempre oferecendo apoio a associações de trabalhadores e comunidades nas quais estejam inseridos.	Harmonia social, respeito mútuo, solidariedade e construção de uma nação através de trabalho em equipe.
Moçambique	O movimento mais marcante em prol do esporte foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Moçambique, de 1975 a meados da década de 1980 com competições entre distritos e províncias. Esta iniciativa envolveu trabalhadores de todo o país, mas declinou após a instauração de outra guerra civil. Ao final desta guerra, iniciativas tímidas têm ocorrido através de torneios de voleibol e futebol.	A criação de sindicatos e associações ligadas aos trabalhadores por meio de autogestão fez com que estes comesçassem a organizar suas próprias competições esportivas.

Continua...



...Continuação

**Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em
13 países**

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Dinamarca	O esporte para trabalhadores na Dinamarca tem se desenvolvido através da organização Esporte para Trabalhadores Dinamarqueses, pertencente à Federação Dinamarquesa de Esportes (DIF), fundada em 1896 e associada ao Comitê Olímpico Dinamarquês em 1993, com mais de 1.500.000 de associados.	Promoção do esporte para o trabalhador, inclusive para aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, aguardando novas oportunidades. Saúde e a qualidade de vida do trabalhador dos vários níveis dentro de uma empresa.

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Finlândia	<p>Tanto o local escolhido para a prática esportiva do trabalhador quanto as estratégias utilizadas pela empresa estão contextualizados no próprio local escolhido para estas atividades físicas. A abordagem da prática de atividades esportivas pelos trabalhadores tem uma relação muito próxima com a empresa que apóia o desenvolvimento dessas atividades, o que coloca o trabalhador mais próximo da empresa. A gerência é geralmente responsável pelos programas de esportes, mas delega a tarefa a clubes voluntários ou a indivíduos da área de recursos humanos que cuidam da saúde das pessoas, dependendo do objetivo das atividades, de competição ou não.</p>	<p>Manter a capacidade de trabalho dos indivíduos, sua eficiência, saúde e bem-estar em suas várias fases da vida e a longo prazo; prover formas de recreação e contato social entre os participantes além de desenvolver aptidão física.</p> <p>Prevenir doenças e gerar bem-estar aos trabalhadores além de promover encontros de todos para que se desenvolvam trabalhos em equipe harmoniosos e condizentes com os objetivos da empresa. É importante notar que todo o planejamento e desenvolvimento das atividades esportivas de competição ou não é feito por grupos de indivíduos voluntários.</p>

Continua...



...Continuação

**Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em
13 países**

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Romênia	Os programas para trabalhadores são em sua maioria conduzidos na própria empresa, criados e desenvolvidos por instrutores voluntários entre os próprios funcionários, porém monitorados por profissionais de Educação Física, pelo Conselho de Esportes do Município e por professores subvencionados pelos vários sindicatos.	Há diferentes programas que incluem desde a iniciação esportiva a grandes campeonatos, incluindo a DACIADA, que é um programa romeno diversificado, envolvendo todos os movimentos esportivos e competições em todo o país. O objetivo é a participação do maior número possível de trabalhadores de forma que haja um constante progresso na qualidade de vida e na saúde das pessoas.

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
EUA	<p>O esporte é 'organizado' de forma descoordenada, através de uma rede de agências privadas e públicas e organizações em nível local, regional e algumas em nível nacional. A linha principal de raciocínio das empresas é que os benefícios físicos, psicológicos, emocionais que os funcionários obtêm através de programas de atividades físicas e esportivas beneficiam também em muito as empresas. Baseia-se em pesquisas que comprovam que funcionários fisicamente ativos e que têm boa condição física têm taxas mais baixas de absenteísmo, mais satisfação com seu trabalho e suas tarefas, menos episódios de depressão e menos dores nas costas do que funcionários sedentários e que não tenham boa aptidão física.</p>	<p>Observa-se que houve uma troca na eleição de valores cultivados pela população e pelos setores de produção, que cada vez mais focam no bem-estar do indivíduo, porém sem se esquecer de valores como competição, disciplina e trabalho em equipe.</p>

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Canadá	Milhares de empresas canadenses já aderiram ao programa de esporte ao trabalhador através do ParticipACTION. Devido à preocupação com a inatividade e o sedentarismo da população, o programa teve recursos vindos do governo, porém foi idealizado fora dele e se transformou numa organização sem fins lucrativos. O conselho de diretores é formado por líderes do mundo empresarial e da mídia. Muitos dos programas desenvolvidos através do ParticipACTION contam também com material educativo distribuído aos trabalhadores e suas famílias sobre exercícios, esportes, nutrição, hábitos higiênicos, atitudes e iniciativas de prevenção de acidentes e de doenças, etc.	Melhorar as condições de vida e de saúde, interferindo na diminuição do absenteísmo e aumento na qualidade de vida, que se reflete na melhor produção da empresa.

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
México	Os diversos programas para trabalhadores têm acontecido em parques, ginásios, academias, escolas, clubes, do setor público e privado, como parte das demandas dos próprios trabalhadores, que aos poucos viraram lei e foram incluídas em contratos coletivos.	Atender às necessidades dos trabalhadores, oferecendo-lhes oportunidades para a prática de atividades físicas e esportivas, através da instituição de campeonatos e torneios de modo que se sintam motivados a melhorar sua saúde e qualidade de vida, junto à empresa e a família.

Continua...



...Continuação

Quadro 10 - Objetivos e valores de programas de esporte em 13 países

PAÍS	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS/ VALORES
Chile	Existem programas de esportes para trabalhadores em todo o país.	Melhorar a qualidade de vida através de desenvolvimento de atividades físicas e esportivas, no sentido da atividade humana, competição, motivação para participação em recreação e em desempenho esportivo como formas de desenvolvimento do indivíduo. A prática de atividades físicas e de esportes deve funcionar como um mecanismo de integração social, desenvolvimento das comunidades, melhoria da saúde para todas as pessoas.

Ao analisar de forma comparativa as características dos programas relativas ao perfil histórico-econômico-social dos países, assim como os objetivos e valores associados ao esporte nas empresas, podemos redistribuir essas propostas em quatro grandes categorias de abordagens:



Desenvolvimento de um Estilo de Vida saudável e produtivo

- Influência da atividade física e esportiva na saúde e na eficiência do trabalhador: saúde, bem-estar e qualidade de vida gerando, conseqüentemente, desempenho e produtividade – saúde como um valor relacionado a resultados.
- Apoio no discurso científico-biológico sobre indicadores de saúde.
- Esporte e atividades físicas indistintamente são englobados como atividades de intervenção sobre o corpo enquanto organismo funcional (benefícios físicos que se refletem em benefícios mentais e sociais).
- Melhoria das relações do trabalhador com sua família e comunidade em que vive.

Desenvolvimento do esporte como garantia de cidadania

- Conquistas dos trabalhadores pelo direito à prática esportiva refletindo-se em leis - inclusão.
- Concepção sobre atividades esportivas e saúde a partir do valor cultural do esporte - relação entre necessidades culturais e valores como harmonia, respeito mútuo, trabalho em equipe, solidariedade, integração e desenvolvimento comunitário.
- Valorização da concepção de saúde voltada para o prazer subjetivo e motivações relacionadas ao esporte a partir do respeito aos gostos e sentidos que a prática esportiva gera nos diferentes indivíduos e grupos – diversidade e participação.
- O esporte como atividade humana que gera qualidade de vida não somente pelo desenvolvimento do bem-estar físico, mas pela participação social e desenvolvimento comunitário.





Valores do esporte do trabalhador: espírito de equipe, disciplina...

Desenvolvimento e exercício de autogestão

- Organização de eventos esportivos a partir de movimentos de trabalhadores realizados pelos próprios sindicatos e associações.
- Esporte como um valor de agregação de interesses de grupos de trabalhadores - lazer afirmativo e identitário.
- Independência das empresas e de interesses e valores associados a elas - maior vinculação às necessidades sócio-culturais dos trabalhadores.



- Melhoria da produtividade da empresa por meio do desenvolvimento do local de trabalho e das relações entre recursos humanos, segundo condições delimitadas e promovidas pelas atividades esportivas.

Desenvolvimento e fortalecimento da cadeia de relações trabalhadores-empresa a partir de interesses comuns:

- As atividades esportivas são desenvolvidas pelos próprios trabalhadores, por grupos de indivíduos voluntários e gerenciadas por pessoas da área de Recursos Humanos das empresas, que apóiam essas atividades.
- As estratégias utilizadas pelas empresas são contextualizadas nos próprios locais escolhidos pelos trabalhadores para as práticas - gostos e motivações são respeitados.
- Os valores associados ao esporte combinam benefícios sobre a saúde e o bem-estar integral ao longo prazo, mantendo a capacidade e eficiência para o trabalho, e valoriza o esporte como desenvolvimento social através dos encontros de todos e do exercício do trabalho em equipe, condizente também com os objetivos da empresa.

A partir desse mapeamento internacional e respectivas interpretações à luz do desenvolvimento histórico do Sesi (ver *Atlas do Esporte do Brasil*, p. 82-92) o pretendido projeto Valores do Esporte Sesi pode potencialmente delinear suas ações a partir de alguns pressupostos:

Quanto ao modelo de intervenção

O enfoque dado às intervenções sobre os valores *do* esporte e *no* esporte pode ser pensado sob duas possibilidades:

- Com referência no trabalho: produção e resultados como intervenção com sensibilização sobre os valores relacionados à prática esportiva que vão servir à empresa como instrumento de melhoria da



capacidade do homem para o trabalho e para melhores relações no ambiente da empresa. Modelo de legitimação utilitária às vezes normativa. O valor atribuído à prática esportiva vincula-se a um objetivo secundário, fora do esporte em si, às vezes alheio aos interesses, expectativas e desejos dos próprios indivíduos - baseia-se numa visão funcionalista do esporte, seja pelo seu caráter compensatório, utilitarista ou moralista (educação para a disciplina). Modos de compreensão fundamentados no pensamento analítico, na maior parte das vezes unilateral e generalizante, raciocínio reducionista com visão de causa e efeito sobre as intervenções, não leva em consideração a dinâmica do cotidiano e os múltiplos fatores que compõem as condutas humanas no ambiente de trabalho.

- Com referência no indivíduo: o esporte nesse modelo é visto como atividade humana que tem valor em si mesmo e agrega valores. Possibilita a criação de componentes sociais e psico-emocionais favoráveis ao desenvolvimento integral do homem que venham ao encontro da esfera ética, numa noção de integridade que antecede a produção. O esporte não é importante porque a empresa é importante, o esporte é importante porque o ser humano é importante e através do esporte ele/ela constrói identidade individual, identidade de grupo, laços de confiança e de reconhecimento, o que representa a valorização humana com respeito à integridade e aos limites de sua condição. Logo, o esporte mesmo com características essenciais da competição, é também em si, um valor que agrega comprometimento, participação cooperativa e criatividade, elementos tão buscados pelas empresas. Modelo de legitimação autônoma, baseada no gosto, nas expectativas e sentidos que sua prática tem para os homens. Assim, não há como dissociar produtividade e vida, estando a produtividade atrelada a um conjunto integrado de componentes referentes ao ser humano em situação de trabalho, dentre eles, qualidade, segurança e promoção de saúde, esta na sua mais complexa forma de compreensão. Os modos de compreensão estão relacionados à perspectivas filosóficas, antropológicas e sociológicas.



Embora haja um reconhecimento sobre as diferentes motivações para a prática esportiva – normas, gostos e utilidades (Lovisolo, 2005), defendemos o direcionamento para o modelo autônomo, não deixando, obviamente de considerar inequívocas as relações positivas entre as práticas esportivas, a saúde e a qualidade de vida.

Quanto à natureza da diferença entre esporte e atividades físicas *gímnicas*.

A atividade físico-esportiva envolve o que podemos chamar de trocas simbólicas e exercício de relacionamentos internos de grupos de convivência que geram simultaneamente reflexos das e nas relações de trabalho como também produções de novas relações que surgem na própria dinâmica esportiva, quase que um mundo à parte. O esporte possibilita, por exemplo, a troca simbólica de poder e responsabilidades geradas por uma ótica diferente de capacidades, vocações e aptidões para a ação esportiva específica. Tal característica gera uma nova forma de valorização individual, fora do mundo do trabalho, onde o atleta-trabalhador tem reais possibilidades de demonstrar e desenvolver outros potenciais que extrapolam as exigências do seu fazer laboral.

O sentido de saúde é gerado pelo que o esporte pode proporcionar em termos de alegria e auto-estima, criando uma relação identitária também com a empresa que possibilita o desenvolvimento dessa potencialidade. Diferentemente das atividades de ginásticas, com ou sem sobrecargas, alongamentos e ginásticas compensatórias, nas quais a formação corporal, a aptidão física, o bom funcionamento orgânico, o relaxamento fazem da atividade física um mecanismo para o equilíbrio anátomo-fisiológico. Nestes termos, o possível desenvolvimento de saúde orgânica, a atividade esportiva propicia o desenvolvimento de aspectos ligados à saúde do indivíduo e no caso, do trabalhador, que vão ao encontro do que vem a se tornar subjetivamente fator de geração de saúde individual e coletiva na medida em que promove valorizações relacionadas aos indivíduos, suas necessidades, suas identidades e possibilidades de adesão a grupos de pertencimento. A relação esporte e empresa, nessa perspectiva, é estreitada, uma vez que favorece o fortalecimento dos laços de relações.



Em conclusão, o projeto Valores do Esporte Sesi tem possibilidades construídas historicamente de se estruturar por princípios constitutivos e balizadores que venham garantir e afirmar a perspectiva do esporte como uma atividade humana e intencional na direção de uma orientação permanente para a aquisição de autonomia e conquista de objetivos sócio-culturais. Pressupõe o desenvolvimento humano e da cidadania a partir da inter-relação entre todos os atores e agentes sociais (trabalhadores, Sesi e empresas) calcada numa ética que propicie o fortalecimento dessa cadeia de relação intermediada por valores que não sejam só compartilhados, mas respeitados por todos os envolvidos.

Neste contexto institucional do Sesi, é possível propor também que os valores a serem identificados como de comum interesse do esporte e da empresa operem em condições de transversalidade tal como DaCosta (2006) sugere para as atividade de lazer esportivo em geral e para o esporte entendido como atividade sócio-cultural. Tal identificação é aqui, sobretudo, entendida como produto de pesquisas e experimentações de abrangência do Sesi em escala nacional. Esta proposta é similar à dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dos Planos Nacionais de Educação do Governo Federal com validade para crianças e adolescentes, os quais constituem referências para o estabelecimento de objetivos, conteúdos e didática de ensino, e representam na prática Temas Transversais (Ética, por exemplo).





Aprendizagem social de valores: desenvolvimento de hábitos, expectativas e modelos de comportamento através do esporte

Princípios do Projeto Valores do esporte

O Projeto Valores no esporte tem possibilidades de pensar o esporte como um conjunto de valores sócio-culturais, considerando suas diferentes dimensões práticas como uma atividade humana voluntária e motivada por objetivos que:

- Como meio de promoção da saúde adotaria a perspectiva de geração de condições objetivas e subjetivas, de caráter psico-emocional, através da prática esportiva como *um dos componentes de um conjunto mais complexo de elementos resultantes de saúde;*
- Como meio de construção e desenvolvimento de identidades individuais e locais, construiria laços de confiança e pertencimento a partir da manutenção da reciprocidade e cooperação, mesmo reco-



nhecendo a competição como fim último do esporte;

- Como meio de percepção, reflexão e experiência sobre os valores que interagem na dinâmica das esferas do público e do privado, do trabalho e do lazer e das organizações políticas implicaria no desenvolvimento de uma cidadania emancipada calcada na ética democrática;
- Visaria a compreender os sentidos da competição esportiva entre trabalhadores, motivações e expectativas intervindo sob a máxima de que os fins podem ser atingidos por meios legítimos, tendo como princípios constitutivos e balizadores.

Em conclusão final, os princípios constitutivos e balizadores do futuro projeto Valores do Esporte SESI são os seguintes, considerando (1º.) os fundamentos anteriores e do presente capítulo; e (2º.) a produção posterior de um manual de orientação operacional para o projeto em pauta:

- 1) Co-participação: ações integradas que reúnam os atores e agentes sociais envolvidos no processo (SESI, trabalhadores e empresas) em torno de objetivos comuns criando uma cadeia de relações. Em termos de gestão avançada de empresas, a co-participação enfatiza a transmissão de valores do esporte para o desenvolvimento interno de Recursos Humanos.
- 2) Regionalismo: resgate e valorização dos valores, raízes e características culturais locais e grupais, de modo que a singularidade seja preservada como constituintes do coletivo, com valores universais compartilhados por todos. Tal relação é enfatizada em função da capacidade que o esporte tem em acordar ou construir sentimentos de solidariedade local ou nacional que pode, por outro lado, também levar para a direção do localismo ou nacionalismo.
- 3) Reciprocidade: valorização e fortalecimento dos laços de pertencimento criados em torno das identidades construídas na dinâmica das práticas esportivas, fundamentando a confiança necessária à cooperação, ao espírito de equipe.



- 4) Autonomia: capacidade de autogestão e organização social em função dos próprios interesses e necessidades dos indivíduos, a partir do desenvolvimento do comprometimento e do exercício de seus direitos e responsabilidades a partir de expressões e manifestações locais.
- 5) Diversidade: desenvolvimento e ampliação de possibilidades de práticas esportivas, que visem o alcance dos indivíduos (homens, mulheres, deficientes, de diferentes faixas etárias) abrindo espaço para a igualdade e a pluralidade.
- 6) Transversalidade: sentido do projeto Valores do Esporte de modo a se terem adaptações mútuas aos demais projetos e programas do Sesi – sobretudo o denominado de “Lazer Ativo” - aos valores identificados por experiências e pesquisas por terem influência tanto nas práticas esportivas como nas rotinas das empresas.
- 7) Intervenção por associação: ações de cunho educativo e de treinamento dos professores e agentes do Sesi sob forma de compartilhamento e de respeito à cultura local e de cada empresa quanto à compreensão dos valores do esporte aplicados ao meio empresarial.
- 8) Inovação: direcionamentos básicos dos profissionais do Sesi em contato com as empresas de modo a preconizarem e a praticarem uma forma de competição esportiva orientada mais para a participação do que para a vitória, buscando-se assim um melhor preparo para os Recursos Humanos diante das relações internas das empresas e respectivos desafios de gestão avançada.
- 9) Educação pelo exemplo: estímulo ao registro, pesquisa e divulgação de boas práticas de empresas voltadas para as competições mais participativas de modo a gerar um ambiente favorável à inovação dos valores do esporte como base para o desenvolvimento das empresas e do próprio Sesi em relação aos seus agentes de intervenção externa e gestão interna.
- 10) Responsabilidade social: padrões para decisão e processos geren-



ciais e institucionais do SESI calcados em normatização universal ao estilo da ISO 26000, ora em elaboração, que possam dar fundamento operacional e legitimidade à adesão das empresas aos princípios anteriores.

- 11) Inclusão social: valores informados pela participação e o acesso das pessoas aos bens sociais coletivos, fundamentais para promover experiências de vida e contribuir para o desenvolvimento enquanto entes sociais e cidadãos ativos. Na perspectiva do desenvolvimento humano, a inclusão social pode ser considerada como um valor social básico para que outros valores sociais possam ser desenvolvidos.



REFERÊNCIAS

DACOSTA, Lamartine P. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, J. E. (Org). **Lazer no espaço urbano**. Curitiba: Editora Universidade Champagnat, 2006. p. 113-116.

LOVISOLO, Hugo. **Estética, esporte e educação física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução: E. Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. Original publicado em 1932.

SERVA, Maurício **Do investimento social privado à responsabilidade social**: visões complementares ou distintas da ação social das empresas? Mesa redonda: Empresários, empresas e a questão social. V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: O mundo empresarial e a questão social. (resumo). Rio Grande do Sul, PUCRS. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/mesa05_mauricio.pdf> (2006).>

ISO 26000. Disponível em: <www.iso.org/sr>. Acesso em: 16 abr. 2007.



SESI/DN

Unidade de Cultura, Esporte e Lazer – UCEL

Eloir Edilson Simm

Gerente-Executivo

Felipe Frederico Fagundes

Equipe Técnica

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC

Maria Clara Costa

Produção Editorial

Gabriela Leitão

Normalização – Supervisão

Roberto Azul

Revisão Gramatical

Renata Lima

Normalização – Apoio Técnico

Projects Brasil Multimídia

Projeto Gráfico e Editoração

Banco de Imagens do SESI

Fotos



SESI - Serviço Social da Indústria

www.sesi.org.br

SBN Quadra 1 Bloco C - Edifício Roberto Simonsen
70.040-903 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3317-9000/Fax: (61) 3317-9190